



JUVENTUDE
COMUNISTA
PORTUGUESA

RESOLUÇÃO POLÍTICA



WWW.JCP.PT
GERAL@JCP.PT



12[★] con gre SSO

15 - 16 DE MAIO 2021 - ATENEU ARTÍSTICO, VILA FRANCA DE XIRA
MIL LUTAS NO CAMINHO DE ABRIL
ORGANIZAR - TRANSFORMAR



O 12º Congresso da JCP constituiu um grande êxito nas suas variadas dimensões. A alegria, combatividade e confiança dos jovens comunistas foi bem visível tanto ao longo dos dias 15 e 16 de Maio em Vila Franca de Xira, como nos meses de preparação que o antecederam, com centenas de reuniões e acções de luta e a adesão de mais de 300 jovens à organização revolucionária da juventude portuguesa.

A Resolução Política aprovada no Congresso traduz o profundo debate e discussão ao longo de meses na organização que envolveu milhares de jovens por todo o país, denuncia os problemas e dificuldades que a juventude enfrenta no nosso país e projecta as mil lutas no caminho de Abril, com uma JCP mais forte e interventiva. Por isso, é um valioso instrumento para todos os militantes no trabalho de todos os dias, mas também para todos os jovens que hoje não desarmam nem deixam de lutar por uma vida melhor para todos e um futuro mais justo e solidário.



SEDE DA JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA
Avenida da liberdade, 170 1250-096 lisboa
217 930 973 / geral@jcp.pt



RESOLUÇÃO POLÍTICA

12º Congresso da JCP

1. Situação Internacional	6
1.1 Crise e contradições do capitalismo.....	6
1.2 Ofensiva do Imperialismo.....	8
1.2.1 União Europeia e a juventude.....	9
1.3 Resistência e luta contra o imperialismo.....	10
1.3.1 A luta da Juventude.....	11
1.3.2 A solidariedade internacionalista, a luta pela paz e contra a dominação hegemónica do imperialismo.....	11
1.3.3 A FMJD e a luta da Juventude na frente anti-imperialista.....	14
1.3.4 Socialismo, exigência da actualidade e do futuro.....	15
2. Situação Nacional	16
2.1 Educação.....	17
2.1.1 Ensino Básico e Secundário.....	18
2.1.2 Ensino Profissional.....	22
2.1.3 Ensino Superior.....	24
2.2 Trabalho.....	29
2.3 Ciência e investigação científica.....	33
2.4 Movimento Associativo Juvenil.....	33
2.5 Liberdades e direitos democráticos.....	35
2.6 Igualdade de direitos e luta contra todas as discriminações.....	36
2.6.1 Discriminação da mulher na vida e no trabalho.....	36
2.6.2 Discriminação em função da orientação e identidade sexual e o combate aos preconceitos.....	38
2.6.3 Racismo e xenofobia.....	39
2.6.4 Imigrantes.....	39
2.6.5 Discriminação de pessoas com deficiência.....	40
2.7 Ambiente.....	41
2.8 Habitação.....	42
2.9 Cultura.....	43
2.10 Saúde.....	44
2.11 Direitos sexuais e reprodutivos.....	46
2.12 Desporto e actividade física.....	47
2.13 Comportamentos aditivos, dependências e exclusão social.....	48
2.14 Assimetrias regionais.....	50
2.15 Transportes e Mobilidade.....	51



2.16 Defesa Nacional	52
2.17 Emigração	53
2.18 Ofensiva Ideológica	53
2.19 A alternativa	55
3. Caracterização e Luta da Juventude	58
3.1 Movimento Juvenil	58
3.1.1 Movimento estudantil no ensino básico e secundário	59
3.1.2 Movimento Estudantil do Ensino Superior	61
3.1.3 Movimento estudantil do Ensino Profissional	62
3.1.4 Caracterização do Movimento Associativo Estudantil no Ensino Básico, Secundário e Superior	64
3.1.5 Juventude trabalhadora	66
3.1.6 Associativismo Popular de Base Local	68
3.1.7 Organizações de juventude de outros partidos	72
3.2 A disponibilidade da Juventude, a unidade e a luta pela alternativa: o contributo da JCP	72
4. A JCP	74
4.1 A JCP	74
4.1.1 A organização revolucionária da juventude portuguesa	74
4.1.2 Acção do PCP e da JCP	74
4.1.3 O Projecto do PCP	75
4.1.4 JCP, organização da juventude do PCP	75
4.2 O papel dos jovens comunistas	76
4.2.1 Trabalho em unidade e luta	76
4.2.2 Recrutamento e enquadramento	76
4.2.3 Colectivos de base	77
4.2.4 Militância	78
4.3 Intervenção, afirmação e reforço da JCP	79
4.3.1 Campanhas e iniciativas diversas	79
4.3.2 Propaganda	80
4.3.3 AGIT – Jornal da JCP	81
4.3.4 Imprensa Partidária	82
4.3.5 Formação Ideológica	82
4.3.6 Festa do Avante!	83
4.3.7 Concurso de Bandas do Palco Novos Valores da FA!	84
4.3.8 Política de Fundos	84
4.3.9 Relacionamento Institucional e Batalhas Eleitorais	85
4.3.10 Actividade Internacional	86



4.4 Organizações autónomas e sectores	88
4.4.1 OE Secundário	88
4.4.2 OE Superior	89
4.4.3 Intervenção junto dos estudantes do ensino profissional	90
4.4.4 Intervenção junto dos jovens trabalhadores	90
4.4.5 Organizações Regionais	91
4.5 Linhas de orientação para o trabalho de direcção da JCP	91
4.5.1 O Congresso	92
4.5.2 A Direcção Nacional	92
4.5.3 A Comissão Política	93
4.5.4 O Secretariado	94
4.5.5 A Coordenadora Nacional do Ensino Secundário (CNES)	95
4.5.6 A Direcção Central do Ensino Superior (DCES)	95
4.5.7 As Comissões Regionais	96
4.5.8 Colectivos de apoio e grupos de trabalho centrais	97



1. Situação Internacional

1.1 Crise e contradições do capitalismo

O 12º Congresso da JCP realiza-se num momento em que se confirma a natureza exploradora, opressora, agressiva e predadora do capitalismo, num quadro de aprofundamento das suas contradições e do agravamento da sua crise estrutural. Acentuam-se factores que estiveram na base da crise desencadeada em 2007/2008 e o surgimento de um novo e grave pico de crise, acelerado pela eclosão da pandemia da Covid-19, com expressão no plano económico, social, político e ambiental. Desenvolve-se, neste quadro, um complexo processo de rearrumação de forças à escala mundial, que evidencia o declínio relativo dos EUA.

O capitalismo, na sua fase de desenvolvimento imperialista, caracteriza-se pelo aumento da exploração e intensificação dos ataques aos direitos sociais e políticos dos trabalhadores, dos povos, da juventude e suas organizações de classe; pelo aumento da concentração e centralização do capital e da riqueza, com um domínio cada vez maior do capital financeiro e especulativo sobre a economia; pela apropriação de recursos e matérias-primas e destruição de forças produtivas, recorrendo para isso a guerras de agressão, ingerência e chantagem contra países soberanos e independentes, à concentração do poder em organizações supranacionais dominadas pelas grandes potências imperialistas, pela drenagem de recursos públicos para os grupos económicos, com destaque para o sector financeiro, por um novo ímpeto nos processos de privatização, fusão e aquisição.

Continuamos a assistir ao aumento do peso do capital especulativo, à expansão dos off-shores e da fuga de capitais, à não recuperação de indicadores como o PIB, o investimento produtivo, o emprego. Elementos que, agravados pela pandemia da Covid-19, evidenciam cada vez mais as profundas contradições e limitações do sistema capitalista.

A crise do capitalismo tem-se manifestado com particular gravidade nos principais pólos do imperialismo (EUA, UE) e em geral nos países capitalistas desenvolvidos, com uma situação de estagnação ou crescimento anémico.

Nos EUA, potência hegemónica do mundo capitalista – com o seu enorme potencial económico, científico e tecnológico, militar e ideológico –, são mais evidentes os problemas, contradições e desigualdades, e uma situação de conflito social a par de visíveis clivagens no seio da classe dominante.

A administração Trump aprofundou a política de favorecimento do grande capital, promoveu uma deriva mais reaccionária, acentuou a corrida aos armamentos e a política de ingerência e agressão do imperialismo norte-americano.



As recentes eleições nos EUA que resultaram na derrota de Donald Trump e a vitória de Joe Biden, não menosprezando a vontade de mudança do povo norte-americano e diferenças que se possam eventualmente realizar, corresponderá ao prosseguimento de uma política que reforce o papel hegemónico dos EUA enquanto potência imperialista.

No quadro do aprofundamento das contradições e crise da União Europeia (UE) – de que são expressão a crise e o descrédito do sistema político liberal-burguês e das políticas neo-liberais e de subjugação dos povos a ditames supranacionais, a saída do Reino Unido e as divisões face ao impacto da pandemia da Covid-19 –, as grandes potências capitalistas europeias, com destaque para a Alemanha, procuram afirmar a UE como um bloco imperialista sob o seu domínio.

Continua-se a assistir à ascensão da China no plano internacional, assim como de outros Estados, como a Índia, a Rússia, ou ainda, num plano regional, como a África do Sul, o Brasil, o Irão ou a Turquia. Paralelamente desenvolve-se uma perigosa escalada de confrontação promovida pelos EUA e suportada pelos seus aliados contra a República Popular da China e de cerco à Federação Russa.

Evidenciando forças e capacidades que, de modo algum, devem ser menosprezadas, o capitalismo procura contrariar o aprofundamento da sua crise estrutural, com recurso aos instrumentos económicos e políticos que domina e ao seu poderio militar e influência ideológica, conseguindo, por vezes, recuperar posições perdidas, como se verificou em alguns países na América Latina.

Agudiza-se a contradição entre capital e trabalho, entre o carácter social da produção e a sua apropriação privada, com o capital cada vez mais concentrado e fundido com o aparelho do Estado, agrava-se a irracionalidade do modo de produção capitalista, o ataque a direitos laborais que procura contrariar a baixa tendencial da taxa de lucro, recursos utilizados de forma anárquica, ameaçando a sociedade e o futuro da humanidade, em vez de serem colocados ao seu serviço. As contradições entre as possibilidades reveladas pelo progresso da ciência e da tecnologia para resolução de graves problemas da humanidade e o agravamento destes resulta da apropriação por parte do capital dessas mesmas conquistas – por exemplo, o progresso tecnológico permitiria uma redução dos horários de trabalho devido à mecanização e automatização da produção, mas assistimos, pelo contrário, ao aumento dos horários de trabalho e, por consequência, da taxa de exploração.

Reconhecendo a insustentabilidade das brutais desigualdades e de forma a desviar as massas de uma luta consequente pela transformação social, o grande capital e as forças que defendem os seus interesses tentam «mudar alguma coisa para que tudo fique na mesma», promovendo a ideia de que «não se pode viver como até agora», criticando o neoliberalismo para salvar o capitalismo e especulando sobre a possibilidade de um capitalismo dito «verde», «progressista» ou «ao serviço de todos» e remetendo a solução para o plano individual.



Confrontado com as suas próprias contradições, o capital promove a demagogia populista e forças de extrema-direita, para se salvaguardar, para reforçar instrumentos de domínio, impor os seus objectivos de exploração e opressão e procurar combater as forças progressistas.

O estreitamento da base social de apoio do capitalismo é consequência da agudização das suas contradições, afectando cada vez mais amplos sectores da sociedade. Neste quadro é de redobrada importância o reforço e intensificação da luta de massas e a convergência na resistência ao imperialismo. A juventude não está condenada a um sistema que não serve os seus interesses e aspirações.

1.2 Ofensiva do Imperialismo

Assistimos a uma continuada ofensiva e ataques à paz, à democracia e soberania dos povos, intensificando-se as ingerências, agressões e guerras do imperialismo contra Estados soberanos e independentes. Com o aprofundamento do militarismo, pilar central da acção do imperialismo, confirma-se a tendência identificada em anteriores congressos de um aumento da instabilidade e insegurança no plano mundial.

Nos últimos 4 anos, a situação ficou marcada por uma violenta ofensiva, em que o recurso à guerra, à ingerência e a promoção por vezes de forma mais evidente de forças reacionárias e fascistas se traduziu numa reacção e tentativa de contenção do declínio relativo das principais potências imperialistas, em particular, dos EUA.

O imperialismo não hesita em atacar povos e países que afirmam os seus direitos, lutam e resistem pela sua soberania, ou países que colocam em causa o papel das principais forças imperialistas e o seu domínio hegemónico. A ofensiva imperialista procura expandir mercados, impedir o exercício de soberania dos Estados e o direito dos povos a decidir o seu próprio destino e, nomeadamente, os EUA que, com apoio directo ou indirecto dos seus aliados, têm intensificado a imposição de sanções e bloqueios, entre outras medidas repressivas de cariz social, económico e financeiro.

Ao mesmo tempo, assistimos à cooperação de classe das grandes potências imperialistas contra os trabalhadores e os povos, no âmbito da relação de concertação-rivalidade imperialista e à insistência dos EUA em manterem a sua hegemonia no campo imperialista e de, simultaneamente, arrastarem os seus aliados para a sua escalada de confrontação e agressão ao nível mundial.

Apesar de contradições no seu seio que tendem a agravar-se, a NATO, como instrumento do imperialismo, sob a hegemonia dos EUA, mantém-se como seu mais importante instrumento de agressão e é, assim, fonte de grandes perigos e instabilidade para a humanidade. A luta pela paz, pelo desarmamento e, em particular, contra as agressões da NATO e pela sua dissolução, reveste-se da maior importância.

Enquanto as condições de vida dos trabalhadores são deterioradas, os serviços públicos e funções sociais do Estado descapitalizados e milhões de pessoas privadas do acesso



a necessidades básicas, assistimos a um exponencial aumento do orçamento e despesas militares.

A corrida armamentista, o incumprimento unilateral de acordos de desarmamento, o desrespeito pela carta das Nações Unidas e pelo direito internacional, a proliferação de focos de tensão e desestabilização continuam a representar enormes perigos para a paz mundial e para a humanidade.

O recurso ao terrorismo mantém-se, seja pelo terrorismo de Estado seja pela criação e apoio a grupos que desenvolvem uma acção criminosa e de terror.

As principais potências imperialistas usam ainda o domínio das redes mundiais de comunicação social e redes sociais, a par das instituições internacionais já controladas, o que constitui um dos principais sustentáculos da ofensiva ideológica do imperialismo.

A ofensiva ideológica tenta ocultar a todo o custo a natureza exploradora, opressora, agressiva e predadora do capitalismo. Para tal, promove elementos de divisão de classe, recorre às concepções mais reaccionárias, racistas e xenófobas; instrumentaliza e instiga o medo; apela ao individualismo e ao conformismo; espalha a crença da inevitabilidade de retirada de direitos e do empobrecimento; reescreve a história, falsificando-a; promove o anti-comunismo e o branqueamento do fascismo e do nazi-fascismo; descarateriza o papel da luta da juventude e dos povos; ensaia um discurso demagógico e populista; promove o assistencialismo e o empreendedorismo como soluções e garantias únicas de um futuro próspero, e oculta os danos do modo de produção capitalista para o ambiente.

1.2.1 União Europeia e a juventude

Nos últimos anos, o aprofundamento da crise da e na União Europeia com o crescimento de contradições e rivalidades não é mais do que resultado das suas próprias políticas e orientações e expressão da crise estrutural do capitalismo.

A UE é uma estrutura configurada pelos interesses e necessidades do grande capital, concebida como instrumento e espaço de domínio dos monopólios e transnacionais, com uma natureza neoliberal, federalista e militarista. É desenhada à medida para concentrar os poderes das principais potências, como Alemanha e França, à custa dos trabalhadores e dos povos e da ^{soberania} nacional dos vários países, sendo Portugal um dos países mais prejudicados.

Pela sua natureza, pelo processo de integração capitalista que representa – em primeira e última instância, de classe –, pela própria configuração e pelo que a própria vida demonstra, a UE não é reformável.

Os seus instrumentos, particularmente o Euro, limitam e retiram a países como Portugal instrumentos soberanos de política orçamental, económica e monetária, que são



indispensáveis para a concretização de um processo de desenvolvimento nacional, de valorização do trabalho e dos trabalhadores, para o investimento na produção nacional e nos serviços públicos. O Tratado Orçamental, os pacotes da Governação Económica, o Semestre Europeu, os condicionamentos vários na utilização de fundos estruturais e de investimento, a imposição da União Bancária, a consolidação e alargamento do mercado único, a implementação da Política Agrícola Comum e a Política Comum de Pescas são alguns dos instrumentos que concorrem para a afirmação da natureza do processo de integração capitalista consubstanciado na União Europeia.

Desde o 11º Congresso, intensificou-se a luta ideológica em torno da UE, uma realidade que acompanha desde sempre o seu desenvolvimento.

A tentativa de naturalizar a UE é expressa na ideia das inevitabilidades quanto às imposições de Bruxelas ou às campanhas de confusão em torno dos fundos comunitários que, apagando as consequências como o endividamento e destruição do aparelho produtivo nacional, procura passar um quadro de que todo o crescimento nas últimas décadas é devido à UE, e ainda a ideia de uma Europa de paz, ocultando a sua natureza militarista, a ligação indissociável à NATO e a responsabilidade directa e indirecta em conflitos e agressões por todo o mundo, por exemplo, com a conivência com a ocupação ilegal pela Turquia de uma parte do território do Chipre. A ofensiva é tão mais forte num quadro em que todos os jovens portugueses nasceram já no quadro da participação na UE, multiplicando-se as campanhas dirigidas à juventude, inclusivamente nos conteúdos escolares e particularmente visível nas eleições para o Parlamento Europeu.

Envolvida numa profunda crise e contradições - de que é exemplo a saída do Reino Unido - que levaram ao crescimento do seu questionamento nos últimos anos, a UE anunciou recentemente supostas reformas designadamente uma lavagem verde, através do «Pacto Ecológico Europeu», instrumentalizando problemas e justas preocupações ambientais para garantir novas condições de acumulação capitalista por parte dos grupos económicos transnacionais, ao mesmo tempo que intensifica o anti-comunismo primário, expresso na resolução que procura equiparar o comunismo ao nazi-fascismo para atacar os primeiros que foram os principais obreiros da luta contra a besta nazi-fascista.

A afirmação de que é possível a construção de outro caminho para a Europa é uma ideia mobilizadora para os jovens comunistas e parte integrante do projecto dos comunistas portugueses para o presente. Uma Europa dos trabalhadores e dos povos, de paz, solidariedade e cooperação entre os povos e Estados soberanos e iguais em direitos, para um efectivo desenvolvimento económico e social.

1.3 Resistência e luta contra o imperialismo

No quadro mundial actual, grandes perigos, resultantes da ofensiva do imperialismo, convivem com grandes potencialidades de desenvolvimento da luta e resistência: abrem-se novas frentes de unidade e de luta, cada vez mais aguda, eleva-se a



consciência social e política de muitos trabalhadores e da juventude, camadas sociais outrora conformadas com o sistema juntam-se à luta. Vivemos, pois, num quadro de grande complexidade, de resistência e acumulação de forças para o desenvolvimento da luta revolucionária.

Perante a brutal ofensiva do imperialismo, a juventude tem assumido, por todo o mundo, um papel importante na resistência e luta contra o imperialismo nas suas mais diversificadas expressões.

1.3.1 A luta da Juventude

A luta de massas, em torno dos problemas mais sentidos pelos jovens, revelou-se determinante para derrotar os ataques aos direitos, o aumento da exploração e o empobrecimento, para derrotar tentativas de atacar ou reverter processos progressistas ou de libertação nacional, para defender a paz e contrariar o avanço do fascismo, para alcançar vitórias e avanços que puseram em causa, a diferentes escalas, os interesses do imperialismo. A realidade internacional, desde o 11º Congresso, comprova que é pelo desenvolvimento da luta em cada país que cada povo melhor pode contribuir para a luta mais geral contra o imperialismo.

Nestes anos, a juventude saiu à rua em todo o mundo para defender os seus direitos, quando procuravam impor políticas de ataque à Educação e outros serviços públicos ou aumentar a exploração e a precariedade.

Têm emergido acções de massas em torno de causas relativas a problemas, desigualdades e discriminações que radicam no sistema capitalista – como os respeitantes às mulheres, ao racismo e à xenofobia e ao ambiente – que, embora nem sempre assumindo um conteúdo de classe e por vezes instrumentalizadas pelo próprio sistema, traduzem descontentamento com «o estado de coisas existente». Estes problemas e questões exigem uma activa reflexão e intervenção com vista à sua superação, que só será plena no quadro de luta de classes e de um processo de transformação social.

A luta demonstra que, ao contrário do que o imperialismo pretende, a juventude continua a ser uma camada que questiona o que lhe é imposto, que protesta e resiste. Lutas que alcançaram em alguns casos vitórias, das mais simbólicas às mais profundas, que colocam “grãos de areia na engrenagem” do imperialismo e das instituições e governos ao seu serviço.

1.3.2 A solidariedade internacionalista, a luta pela paz e contra a dominação hegemónica do imperialismo

Nos últimos anos, a juventude tem expressado a sua luta, organizada e em unidade, das mais diversas formas na defesa dos seus direitos, pela soberania e independência, pelo progresso nas suas vidas e nos seus países.



O imperialismo tem demonstrado a sua face mais violenta por meio da chantagem, de imposições, de ingerências e guerras. Um quadro hegemónico em que os Estados Unidos da América, a NATO, a União Europeia e seus aliados se sobrepõem sem escrúpulos ao direito internacional, e em que os EUA são responsáveis directa e indirectamente por todas as agressões a países e povos soberanos.

Estes anos ficam marcados pela intensificação de crimes racistas, violência policial e repressão, em particular nos EUA. Em resposta a isto, registaram-se grandes mobilizações da juventude, apesar da tentativa de criminalização das suas lutas contra as injustiças e desigualdades sociais. Esses eventos expuseram mais uma vez a agressividade dos EUA e da administração Trump no ataque aos trabalhadores e o povo dos Estados Unidos.

Na América Latina, os sectores mais reaccionários apoiados pelo grande capital e pelos EUA procuram retomar posições. Exemplo disso é o Brasil onde, na sequência de um processo de destituição golpista e de umas eleições onde Lula da Silva foi impedido de concorrer, Jair Bolsonaro, conseguiu subir ao poder, tendo imposto desde então uma agenda política anti-popular.

Mas se é verdade que o imperialismo vai conseguindo por vezes levar avante os seus intentos, verdade é também que os povos resistem e impõe pesadas derrotas recuperando por vezes posições antes perdidas. Na Bolívia e após um golpe, com a cumplicidade dos EUA e seus aliados, contra a vitória de Evo Morales, a força da mobilização dos trabalhadores e do povo restituiu o poder das forças progressistas e anti-imperialistas.

Na Venezuela, o povo luta e resiste à brutal ofensiva contra a revolução Bolivariana e contra o presidente Nicolas Maduro que nestes últimos 4 anos tomou proporções brutais com o desencadeamento de todo o tipo de operações de desestabilização - um criminoso bloqueio económico, tentativas de ingerência militar, de semear violência nas ruas. Na Colômbia, a juventude e o povo lutam e resistem contra a política anti-democrática e fascizante do Governo de Iván Duque e para que se cumpram os Acordos de Paz assinados em Havana. No Chile verificaram-se grandes mobilizações populares vitoriosas contra o Governo de direita de Piñera e a Constituição herdada da ditadura de Pinochet. Em Cuba, continua a heróica resistência deste povo contra o criminoso bloqueio imposto pelos EUA. São cada vez mais visíveis o isolamento e o descrédito do bloqueio imposto pelo imperialismo norte americano a Cuba, e por outro lado, o reconhecimento dos méritos do socialismo em Cuba, de que são exemplo as incríveis demonstrações de solidariedade internacionalista e de capacidade de preservação da saúde pública no quadro da pandemia de Covid-19 são exemplo.

No Médio Oriente, prossegue a acção do imperialismo dos EUA, tendo como principal aliado na região Israel, tendo em vista a disseminação do conflito e da guerra, a desestabilização de todos os Estados que não se submetem ao seu domínio hegemónico, na procura territorial estratégica no plano mundial e na busca incessante pela exploração dos recursos naturais desta região. O dramático quadro humanitário



vivido pela população do Líbano é revelador de que o imperialismo norte americano não poupa meios para atingir os seus interesses, bombardeando civis, condenando à morte e à fome as populações. É de valorizar a luta e a resistência do povo da Síria contra a guerra de ingerência e a tentativa de destruição do seu país, e as vitórias alcançadas neste período. Na Palestina, numa fase em que a ofensiva cresce de tom, com a acção provocatória da administração Trump de mudar a embaixada dos EUA para Jerusalém, com o firmar do chamado “Acordo do Século” e com a tentativa de anexação, por parte do Estado de Israel, da Cisjordânia, o heróico povo palestino continua a lutar e a resistir contra a política de apartheid e de terrorismo do Estado de Israel, pelo direito à independência e à autodeterminação.

Em África, desenvolvem-se lutas dos trabalhadores, dos povos e da juventude pelos seus direitos, em defesa da soberania nacional e contra a ingerência do imperialismo, que pretende impor um processo de recolonização ou neocolonialismo, com o objectivo de se apropriar dos recursos naturais daquele continente. É de salientar o importante papel que continuam a ter os movimentos de libertação no quadro da resistência ao imperialismo e de afirmação da soberania dos povos. No Saara Ocidental, a juventude e o povo continuam a resistir contra a ocupação do seu território pelo reino de Marrocos, pelo direito à autodeterminação e à independência. Assistimos em Moçambique à agressão fomentada desde o exterior, que esconde interesses obscuros e o objectivo do controlo e apropriação de importantes recursos naturais que este país detém, protagonizada por grupos armados, responsáveis por uma bárbara e cruel acção terrorista.

Na Ásia, desenvolveram-se grandes lutas da classe operária e das massas populares contra o militarismo e as bases militares estrangeiras e pela paz, como no Japão e na Coreia do Sul, bem como tremendas mobilizações de massas em torno da defesa e conquista de direitos laborais e sociais na Índia, onde os comunistas indianos assumem a frente de muitas batalhas.

Os países que afirmam como orientação e objectivo a construção de sociedades socialistas – China, República Popular Democrática da Coreia, Cuba, Laos e Vietname – constituem, na sua grande diversidade de situações quanto ao grau de desenvolvimento económico e social e modelos sociopolíticos, um importante factor de contenção dos objectivos de domínio mundial do imperialismo. Estes são alvo de um conjunto de manobras de pressão económica e financeira, de desestabilização e ingerência, de ofensiva ideológica e de cerco geoestratégico que condicionam, a par com os efeitos da crise do capitalismo a que não estão imunes, o seu próprio desenvolvimento e opções de política económica e relações internacionais. A luta e a resistência dos povos destes países face à ofensiva do imperialismo exigem não a associação a campanhas que visam a desestabilização e a agressão, mas a solidariedade de todos os que defendem a soberania e a paz.

Num quadro internacional onde grandes perigos convivem com grandes potencialidades e onde verificamos o domínio hegemónico do imperialismo dos EUA e seus aliados, que representa a mais séria ameaça que os trabalhadores e os povos



enfrentam, é mais do que nunca necessário aos comunistas e forças progressistas e anti-imperialistas promover a unidade e convergência na luta face ao inimigo principal, o imperialismo norte americano e os seus aliados. É por isso fundamental, neste quadro, o reforço da solidariedade, em particular da juventude, com os países dirigidos por partidos comunistas, que afirmam o objectivo da construção do socialismo; com os países que, dirigidos por forças progressistas, assumem a defesa da soberania e da independência nacionais; com países que, dirigidos por diferenciadas forças, contribuem, mesmo com elementos contraditórios, para confrontar objectivamente os intentos do imperialismo; com os partidos comunistas e outros partidos revolucionários, os movimentos e organizações sindicais de classe, as forças progressistas e patrióticas, que assumem a defesa dos interesses dos seus povos; com o movimento pela paz e pela solidariedade e outros movimentos de massas que se inserem em dinâmicas progressistas, não divisionistas e desagregadoras. Só assim, com uma ampla frente onde a juventude tem de ganhar particular relevância será possível reforçar a solidariedade internacionalista e a luta anti-imperialista.

1.3.3 A FMJD e a luta da Juventude na frente anti-imperialista

No plano internacional, a JCP pauta a sua intervenção na procura da unidade da juventude e de todas as forças juvenis que lutam, contra o imperialismo, independentemente das diferenças nos objectivos finais, contextos nacionais e opções políticas das organizações juvenis anti-imperialistas.

A etapa histórica em que nos encontramos é de resistência e acumulação de forças e de hegemonia do imperialismo que deve ser identificado como inimigo principal e comum, devendo ser dada prioridade à construção de uma ampla frente anti-imperialista, cuja maior expressão no plano juvenil é assumida pela Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), da qual a JCP faz parte.

A FMJD, fundada em 1945 logo após a vitória sobre o nazi-fascismo, junta centenas de organizações de todos os continentes que lutam nos seus países contra o imperialismo, pela paz, a solidariedade, a justiça social, o progresso e os direitos da juventude.

É preciso continuar a trabalhar para reforçar a FMJD, centrando-nos naquilo que une as suas organizações membro – a luta pela paz, contra o imperialismo e pelos direitos da juventude em cada país – e não naquilo que as separe, reforçando a sua actividade, prestígio e dinâmica ligada à realidade e à vida da juventude.

A realização da 20ª Assembleia da FMJD, em Chipre, de 2 a 6 de Dezembro de 2019, constituiu uma importante afirmação de vitalidade da FMJD, e da sua capacidade de continuar a desempenhar o seu papel na luta anti-imperialista. Destacamos ainda, das várias actividades da FMJD, as Brigadas de Solidariedade à Síria (2018), Venezuela (2019), Bolívia (2020), Saara Ocidental (2020); a iniciativa de celebração do seu 75º aniversário e as várias campanhas internacionais de solidariedade lançadas pela FMJD.

O 19.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes (FMJE), realizado em Sochi, na Rússia, de 14 a 22 de Outubro de 2017, com grande expressão, na Rússia e a nível



mundial, constituiu uma importante demonstração de unidade da juventude, num quadro da difícil correlação de forças no plano mundial.

Apesar de dificuldades no processo preparatório, como nos próprios dias do FMJE, a FMJD teve neste Festival um papel determinante, desde logo por todo o trabalho dos diversos Comités Nacionais Preparatórios que, como em Portugal, levaram a FMJD e o Festival à juventude de cada país, reforçando o seu prestígio. Ficou, ainda claro que o Festival só pode ser organizado com um papel central da FMJD e com a sua firmeza de princípios e capacidade de alargamento e mobilização .

A FMJD deve salvaguardar e defender o movimento dos Festivais Mundiais da Juventude e dos Estudantes, prosseguindo e reiterando os seus valores e história, afirmando-os como grandes iniciativas da FMJD e da juventude anti-imperialista do mundo, procurando convergência de organizações amigas, parceiros internacionais do Festival e, em particular, do movimento juvenil do país anfitrião, possibilitando a sua mais ampla construção colectiva e dimensão de massas.

A JCP está empenhada em contribuir para reforçar a FMJD, principal prioridade do seu trabalho internacional.

A JCP considera que a troca fraternal de opiniões e a constatação da existência de naturais diferenças entre as organizações membro da FMJD - que sempre se verificaram desde a sua criação - não deve ser usada para abrir caminho à desagregação e divisão. Nem em nome de uma suposta abertura descaracterizante, nem de uma artificial homogeneização ideológica, sectária e dogmática, posições que estão em contraposição com os princípios, o percurso e a realidade da FMJD e que minam o seu carácter unitário e capacidade de intervenção, precisamente no momento em que a juventude está no primeiro plano de resistência e da luta popular e anti-imperialista.

No reforço do seu carácter marcadamente unitário e anti-imperialista, no fortalecimento da unidade em torno dos seus princípios, objectivos e actividade, encontramos a resposta para uma FMJD mais forte e o alargamento da ampla frente juvenil de luta anti-imperialista por todo o mundo.

1.3.4 Socialismo, exigência da actualidade e do futuro

A resistência dos povos, a luta dos trabalhadores e da juventude e a solidariedade internacionalista são o caminho para enfrentar as mil lutas que temos pela frente. É através da luta que elevamos a consciência de que o capitalismo é um sistema sem futuro e de que é necessária e urgente a sua superação revolucionária.

A Revolução de Outubro abriu uma nova época na História da Humanidade – a época da passagem do capitalismo ao socialismo. As suas profundas transformações e extraordinárias conquistas perduram até aos dias de hoje. As experiências de construção do socialismo são uma sólida base para a nossa certeza de que é possível e necessária a construção de uma sociedade sem classes, sem exploradores nem explorados, uma sociedade socialista. Reconhecendo a existência de leis gerais do



processo revolucionário, tendo em conta a rica experiência do Movimento Comunista Internacional, e procurando aprender com as experiências históricas e culturais, afirmamos que não existem modelos únicos de transformação social, de revolução e de socialismo e que os caminhos para a conquista do poder e as soluções concretas de edificação da nova sociedade não são dogmas nem se exportam nem copiam.

Com base na realidade concreta, no desenvolvimento da luta de classes, no amadurecimento de condições objectivas e subjectivas, com partidos e organizações comunistas de juventude fortes e ligadas aos trabalhadores, ao povo e à juventude, cada povo chegará ao socialismo por caminhos diversificados e a nova sociedade será construída de acordo com as condições concretas de cada país.

Só o socialismo cumprirá as aspirações e os sonhos da juventude, onde os jovens poderão viver à altura das suas profundas aspirações, cumprir todo o seu potencial criador e transformador, num mundo de paz e cooperação, sem exploradores nem explorados, rumo ao comunismo!

2. Situação Nacional

A vida da juventude e as condições concretas em que se encontra é indissociável dos desenvolvimentos da situação política nacional e internacional. O País continua sujeito às consequências de décadas de política de direita conduzidas por PS, PSD e CDS, de submissão aos ditames da UE e ao serviço do grande capital, que levaram à degradação de condições de vida do povo português, em que se destaca a grave ofensiva a direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa (CRP) aprofundada pelo governo PSD/CDS que acelerou a destruição de serviços públicos, privatizou sectores essenciais, atacou e roubou direitos e rendimentos dos trabalhadores e empurrou milhares de jovens para o desemprego e para a emigração.



Os quatro anos - de 2015 a 2019 -, que corresponderam ao que se designou como nova fase da vida política nacional, permitiram interromper a acção destruidora do governo PSD/CDS e abrir caminho para a reposição e conquista de direitos. Apesar das limitações inerentes a um Governo do PS, com o seu programa, que não rompe com a política de direita, a acção do PCP na Assembleia da República e o desenvolvimento da luta nas escolas, nas empresas e nas ruas permitiu alcançar avanços para a juventude. Destaca-se a gratuidade dos manuais escolares até ao 12º ano, a redução do tecto máximo de propinas para Licenciaturas para 697€, bem como a criação e o alargamento do passe social intermodal e a redução dos preços dos transportes. Há conquistas que o Governo PS opta por não executar, apesar da sua consagração em OE, sendo urgente continuar a luta pela sua efectivação.

Na actual legislatura, decorrente das eleições de 2019, o PS encontra-se mais livre para dar expressão às suas opções de política de direita. O PS não abandonou os seus compromissos de classe, optando por não dar resposta estrutural aos problemas nacionais e por atacar os direitos dos trabalhadores e da juventude, de que são exemplo as alterações à legislação laboral que agravam a exploração e aumentam a precariedade.

A epidemia da Covid-19 veio deixar mais visível as insuficiências que o país tem em diversas áreas, aprofundando problemas que já existiam. A situação socioeconómica do país tem-se agravado com o empobrecimento geral dos trabalhadores, evidenciando o aumento da exploração e da precariedade. A qualidade do ensino público degradou-se e torna-se mais visível a insuficiência do investimento no Serviço Nacional de Saúde. A juventude precisa de uma política patriótica e de esquerda que responda aos problemas estruturais e às necessidades do país e que cumpra com os direitos consagrados na CRP.

2.1 Educação

A Educação é um direito fundamental e condição essencial para a emancipação individual e colectiva da juventude, bem como para o desenvolvimento económico e social do país. A sua efectivação é indissociável da construção de uma Escola Pública, Gratuita, Democrática e de Qualidade, que assegure a todos os jovens, independentemente da sua condição socioeconómica e origem de classe, o acesso a todos os graus de Ensino e promovendo a formação integral do indivíduo, passo determinante para a concretização do projecto de Abril.

Para o sistema capitalista, a Educação constitui mais um mecanismo para a reprodução das relações sociais vigentes, das desigualdades sociais e a sua conseqüente perpetuação através do domínio ideológico. Enquanto sistema predador, tenta aprofundar a liberalização da Educação, tornando-a num negócio lucrativo.

A política de direita tem assumido, relativamente a todo o sistema educativo – Ensino Básico, Secundário, Profissional e Superior –, a concretização de um objectivo estratégico central: um sistema de Ensino dual dividido entre vias técnicas ou



profissionais que canalizam directamente para as empresas e as vias ditas “regulares” com acesso aos mais elevados graus de Ensino, onde se preconiza uma divisão de classes com bases nas condições socioeconómicas, procurando fazer corresponder as elites económicas às elites do conhecimento.

Aprofundou-se a concepção de que o Ensino deve corresponder às “necessidades do mercado de trabalho” e não às necessidades de desenvolvimento do país, e de cada estudante, num quadro em que o abandono escolar continua a ser realidade preocupante. Desta concepção de profissionalização do Ensino decorre o alargamento do ensino vocacional e de cursos profissionais e a aposta na formação do estudante orientada meramente para a execução de uma actividade, desvalorizando a escola como espaço para a formação integral do indivíduo.

A falta de investimento em todos os graus de Ensino reflecte-se nas condições materiais e humanas, degradando a qualidade do Ensino.

Sente-se o ataque aos direitos de todos os trabalhadores da educação, com o aumento da exploração, da precariedade, da sobrecarga e desregulação horária e das formas de pressão e chantagem, como os injustos sistemas de avaliação do desempenho.

Com a luta dos estudantes e do povo, aliada à acção do PCP, mostrou-se ser possível avançar e adoptar um rumo diferente para o país e a educação. Urge ir mais longe na defesa e luta pela Escola Pública, Gratuita, Democrática, de Qualidade para todos.

2.1.1 Ensino Básico e Secundário

De 2015 a 2019, foi possível colocar um travão à política de destruição da Escola Pública, do governo PSD-CDS, garantindo, com a intervenção do PCP, da JCP e da luta dos estudantes: a gratuidade dos manuais escolares até ao fim da escolaridade obrigatória, redução do número de alunos por turma, contratação de mais trabalhadores, aprovação de medidas de apoio às Associações de Estudantes e fim dos Exames nacionais para o 4º e 6º ano. A epidemia da Covid-19 veio expor e aprofundar muitos dos problemas já existentes. A falta de funcionários nas escolas impede que se cumpram as condições sanitárias necessárias; as turmas sobrelotadas, fruto da falta de professores; a falta de psicólogos; escolas sem meios para a aquisição de materiais de protecção individual; a falta de equipamentos tecnológicos; cantinas concessionadas a privados que não dão resposta. Estes exemplos mostram como o desinvestimento na Escola Pública afectou o funcionamento das escolas nesta altura.

No ensino à distância, aquando do fecho das escolas em Março de 2020 e Janeiro de 2021, muitos estudantes não tiveram acesso às aulas ou a qualquer tipo de material didáctico por falta de condições materiais e económicas, aprofundando o agravamento das desigualdades no acesso dos estudantes ao ensino. Alguns tentam animar a ideia de que este seria o Ensino do futuro, à qual grandes multinacionais rapidamente responderam, diligenciando os esforços para contratualizar serviços online para as aulas à distância. Isto coloca ainda a exigência da propriedade pública dos recursos e meios necessários para o Ensino, impedindo que este fique refém dos interesses



privados. A defesa do ensino presencial, garantindo o processo ensino-aprendizagem, com o contacto directo entre estudante e professor é indispensável.

A forma como a oferta educativa está organizada na rede de escolas básicas e secundárias concentra, em muitos casos, certos cursos apenas nas capitais de distrito ou mesmo apenas nos grandes centros urbanos, correspondendo a um profundo entrave no acesso ao Ensino Público. Isto é particularmente grave no caso do ensino artístico especializado, que tem apenas duas escolas no país.

Persistem as insuficiências no Ensino Articulado, incapaz de colmatar as falhas da oferta formativa na rede pública. Persiste a falta de condições materiais. Registam-se casos em que, havendo a possibilidade desta modalidade na escola, os estudantes têm de pagar uma propina para assistir às aulas, afastando aqueles com maiores dificuldades económicas. No mesmo sentido, a oferta formativa em Ensino Integrado é diminuta, desvalorizando várias componentes do ensino.

A existência de cursos que procuram reproduzir desigualdades sociais sob falsas narrativas de inclusão, como os TEIP, é demonstrativa dos planos da política de direita para o ensino.

A privatização do Ensino, objectivo do capital, manifesta-se em várias dimensões nas escolas, de serviços como bares e cantinas; a gestão empresarial da Parque Escolar; a presença de entidades externas nos Conselhos Gerais das escolas.

Os passos no sentido da municipalização significam a desresponsabilização do Estado Central e a transferência de custos para os municípios e são já exemplos alarmantes escolas-piloto em que a contratação de funcionários e professores poderá ser feita por via da subcontratação. O acesso ao direito universal à educação deve ser assumido pelo Estado Central e a garantia dos meios financeiros, pedagógicos, curriculares e humanos do sistema educativo não pode estar à mercê das diferentes disponibilidades e opções políticas de cada município.

2.1.1.1 Condições materiais e humanas

São muitas as escolas degradadas em que chove dentro das salas de aula ou nos corredores, sem aquecimento ou refrigeração, sem espaços adequados para a Educação Física, com falta de espaços de recreio para o lazer, outras sem biblioteca, assim como edifícios onde ainda existem placas de amianto, altamente prejudiciais para a saúde.

Há ainda escolas em que, pela suspensão das obras, os estudantes encontram-se a ter aulas em contentores sem o mínimo de condições.

Mais escolas recentemente intervencionadas apresentam já problemas materiais pela falta de manutenção. O modelo de gestão empresarial da EPE, que visa a desresponsabilização do Estado e a privatização da gestão e realização das obras, cria um negócio lucrativo através do pagamento de rendas e possibilita a alienação do património do Estado.



A falta de financiamento afecta a aprendizagem, nomeadamente a que envolve componentes mais práticas, como os elevados custos dos materiais necessários nos cursos das áreas artísticas; a falta de material de geometria, de laboratório, de máquinas calculadoras gráficas ou de computadores e software nas áreas das ciências e tecnologia, ou a falta de equipamentos e materiais desportivos que condicionam a qualidade das aprendizagens na Educação Física, limitam a participação dos estudantes e o número de modalidades e actividades no desporto escolar.

Por outro lado, a falta brutal de assistentes técnicos e operacionais nas escolas, fruto dos rácios desajustados e insuficientes, da constituição dos mega-agrupamentos, da desvalorização e precarização dos seus vínculos, coloca escolas na iminência de fechar pela incapacidade de funcionamento. A falta de professores empurra milhares de estudantes para turmas sobrelotadas, outros milhares, 25.000 no final de 2020, estavam ainda sem aulas. O envelhecimento do quadro docente, fruto da insuficiente valorização da sua carreira e função social, coloca em causa as condições de aprendizagem.

Com o fecho das escolas em Março de 2020, problemas relacionados com a saúde mental tornaram-se mais evidentes e agravaram-se. A falta de psicólogos nas escolas, fruto, também, da constituição dos mega-agrupamentos, e a sua orientação apenas para a vertente educacional, tem impossibilitado dar uma resposta urgente no quadro da saúde mental dos estudantes. São, contudo, de valorizar passos que se deram, com a contratação de mais funcionários, com obras em várias escolas, sendo exemplo de que a luta organizada dos estudantes traz conquistas. Importa agora garantir que os avanços anunciados se concretizem de facto.

2.1.1.2 Sistema de avaliação, Exames Nacionais e acesso ao Ensino Superior

O sistema de avaliação vigente, baseado na desvalorização da avaliação contínua e na absolutização dos Exames Nacionais, é injusto e promove desigualdades. Os Exames Nacionais são a pedra angular do actual sistema de avaliação e assumem uma função elitizante da educação, assumindo um peso de 30% na nota interna ou até 60% na nota de ingresso no Ensino Superior. Avalia-se os estudantes não tendo em conta a aprendizagem e as condições de cada um, aprofundando as desigualdades e não cumprindo o princípio da formação integral do indivíduo. Procura-se avaliar 2 e 3 anos de estudo em 2 ou 3 horas, promove-se o individualismo e a competição, e impede-se a avaliação do raciocínio crítico e o empenho, assim como a aferição da aquisição de conhecimentos e aprendizagens, tendo em conta apenas a nota obtida em momentos de avaliação pontuais, que não traduzem os reais conhecimentos do aluno.

Este sistema de avaliação não se coaduna com o projecto da Escola de Abril, pois visa a reprodução das desigualdades económicas e sociais, com a avaliação de estudantes em condições sociais, de estudo, ou com necessidades educativas diferenciadas de forma igual. Estes exames também modificam a percepção do estudante sobre o Ensino Superior, passando não a compreendê-lo enquanto uma continuidade normal dos estudos, mas como um luxo a que nem todos podem ter acesso.



Aquando do fecho das escolas em Março de 2020, a realização dos Exames Nacionais foi o único motivo que levou ao restabelecimento de algumas aulas presenciais por parte do governo. Com a sua realização (em moldes um pouco diferentes) agravaram-se substancialmente as diferenças socioeconómicas, empurrando muitos filhos de trabalhadores para fora do Ensino Superior.

Estas barreiras no acesso ao Ensino Superior decorrem do sistema de *numerus clausus*, que restringe o número de vagas por curso e instituição, o que exclui milhares de jovens, constituindo um elemento de classe na reprodução do sistema vigente.

2.1.1.3 Vida democrática nas escolas

A educação deve ter um papel de formação para a participação democrática na sociedade e é nas escolas que os estudantes começam desde cedo a intervir democraticamente.

No sentido contrário, a intervenção e participação no espaço escolar é cada vez mais atacada pela política de direita e o ambiente criado nas escolas é de limitação das formas de organização dos estudantes através do Regime Jurídico de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, do Estatuto do Aluno e Ética Escolar e dos Regulamentos Internos das escolas. Os horários sobrecarregados, a pressão dos Exames Nacionais, as dificuldades económicas e a necessidade de muitos estudantes terem de trabalhar, são outros dos entraves a uma maior participação.

Através do Regime Jurídico de Autonomia, Administração e Gestão, de 2008, desvalorizou-se a intervenção dos jovens, afastando-os dos órgãos de gestão e dos conselhos Pedagógicos, reduzindo a sua participação nos novos Conselhos Gerais, além de afastar desta participação as Associações de Estudantes (AAEE), aceitando ao mesmo tempo a entrada de entidades externas e a ingerência das empresas privadas na discussão e na aprovação de medidas que apenas cabe à comunidade escolar discutir e votar. A criação da figura do director, que assume um controlo total na gestão financeira, administrativa e pedagógica do agrupamento escolar, veio agravar as ingerências nas AAEE e a repressão sobre os estudantes, significando ainda a destruição da gestão colectiva e democrática que existia anteriormente.

Em muitos casos, os directores de escolas procuram limitar e condicionar a vida democrática dos estudantes, seja através de ingerências ilegais na criação, legalização (nos processos eleitorais), ou na própria actividade das AAEE; seja no impedimento ou condicionamento de Reuniões e Assembleias Gerais de Alunos; seja na repressão sobre a luta e protesto organizados pelos estudantes; seja na participação dos estudantes nos órgãos de gestão das escolas. Além disso, várias normas de muitos regulamentos internos são antidemocráticas, muitas vezes não respeitam a própria CRP e são impostas de forma antidemocrática e pouco participada.

Através do Estatuto do Aluno, que é na prática um “código penal”, definem-se sanções e coimas a aplicar aos estudantes afirmando o autoritarismo e a repressão na escola. É



através deste que directores se arrogam no direito de reprimir direitos e liberdades democráticas dos estudantes, ameaçando e intimidando para que estes recuem nos processos de discussão e luta iniciados ou em curso. Este aprofunda também a divisão entre os estudantes e vem aplicar medidas punitivas que não procuram a sua integração e formação, violando o princípio da escola inclusiva.

O combate ao vírus foi invocado para justificar a suspensão de estudantes, multiplicaram-se os ataques e tentativas de impedimento, ou mesmo de criminalização, da realização de RGA/AGE e eleições para AAEE.

No último ano, em muitas AAEE, no Ensino Secundário não se realizou eleições, pelos vários impedimentos e arbitrariedades e a falta de apoio, o que suscita uma elevada preocupação, pois constitui um retrocesso brutal no plano dos direitos e conquistas dos estudantes.

2.1.1.4 Vias técnicas e profissionais dentro do Ensino Básico e Secundário

Os últimos governos têm definido como meta o aumento para 55/60% dos estudantes a ingressarem na via profissional, de acordo com os objectivos da UE, aprofundando um caminho antigo de empurrar os estudantes com dificuldades económicas para estes cursos. De Cursos Profissionais aos Cursos Científico-Técnicos com planos próprios, com uma oferta formativa diversificada, virada para a rápida inserção no mercado de trabalho sob forma de mão-de-obra barata, os estudantes destes cursos têm falta de materiais e técnicos especializados, passando muitas vezes a maior parte do curso em empresas.

Estas vias profissionalizantes são as mais desvalorizadas reflectindo-se na vida dos estudantes na sua escola, pois são eles que ocupam as áreas mais degradadas, estando sujeitos a um sistema por módulos, a uma carga horária excessiva, a um regime de faltas injusto e repressivo e a serem avaliados em matérias que não aprofundaram ou que os seus programas não abrangiam para ingressarem no Ensino Superior. Estes alunos são ainda obrigados a fazer a sua formação em empresas onde ocupam postos de trabalho permanentes, constituindo a ocupação de mão-de-obra a custo zero para as empresas.

A imposição de realização de Exames Nacionais ou provas de ingresso específicas para estes estudantes, dificulta o acesso destes estudantes ao Ensino Superior, pois o seu plano de estudos é direccionado para as necessidades do mercado de trabalho.

A implementação do ensino dual constitui o aprofundamento da desigualdade entre os estudantes, muitas vezes na própria escola, enquanto não oferece a todos os mesmos direitos, o que vai contra a LBSE e a Constituição.

2.1.2 Ensino Profissional

A qualidade do Ensino Profissional continua a ser posta em causa, sobretudo porque, a pretexto da necessidade de uma aprendizagem mais técnica e prática, muitas escolas



profissionais desvalorizam a formação integral do indivíduo e o estímulo do espírito crítico, retirando importantes componentes lectivas teóricas que em nada são incompatíveis com a aprendizagem de determinadas profissões.

As condições precárias das escolas levam à deterioração da qualidade do ensino. Várias estão localizadas em apartamentos, sem o espaço necessário para o decorrer normal de actividades lectivas, refeições ou convívio.

Há escolas em que os estudantes são obrigados a suportar custos de frequência elevados. Para além da existência de propinas, muitos estudantes deparam-se com valores insuficientes e atrasos nos subsídios (de alimentação, transporte e outros). Embora este sistema sirva para empurrar os filhos dos trabalhadores para cursos com entrada directa para o mercado de trabalho, também se regista uma elitização da frequência de determinados cursos que são oferecidos em escolas privadas que exigem o pagamento de mensalidades acessíveis a muitos poucos estudantes.

A sobrecarga horária agravada pelo regime de faltas injusto e o sistema de aprendizagem por módulos tem como consequência a necessidade de reposição de aulas fora do horário escolar, já por si sobrecarregado, ou ocupando o período de férias, o que também se repercute na vida pessoal de cada um.

Desde o último Congresso mantém-se a ausência, quase generalizada, da participação democrática dos estudantes, que é limitada pelas próprias direcções que boicotam processos eleitorais, dificultando a criação de AAEE e realização de RGA, usando a repressão e ameaças de sanções aos estudantes.

Muitos estágios são descaracterizados da sua função de formação, sendo em muitas situações colocados ao serviço das empresas e até de serviços públicos, suprimindo indevidamente necessidades de postos de trabalho permanentes. São inúmeras as situações de estágios que não correspondem à área de estudo, que obrigam a uma carga horária excessiva, criando grandes dificuldades na vida dos estudantes. Acrescem ainda diversos entraves no acesso aos estágios, com a falta de apoios que garantam a sua frequência, ficando muitas vezes a cargo das famílias as despesas de alimentação, materiais, transportes ou alojamento.

A epidemia da Covid-19 pôs em evidência e aprofundou os problemas das escolas. A incerteza e falta de respostas a problemas agravados pela epidemia provam que a contínua desresponsabilização do Estado, aliada à dependência financeira e chantagem dos fundos da UE, em nada são benéficos para os estudantes. Muitos acumularam para o ano lectivo 2020/21 o dobro de horas de estágio.

Estes estudantes, como os das vias profissionalizantes, enfrentam obstáculos para ingressar no Ensino Superior, pois são obrigados a realizar Exames Nacionais, com conteúdos que nunca aprenderam ou de disciplinas que não tiveram. O governo PS criou um concurso especial de acesso ao Ensino Superior para estudantes do Ensino Profissional, através de exames realizados por IES, não resolvendo problemas estruturais e acrescentando novos perigos. O impacto da nova via de acesso ficou muito



aquém do objectivo anunciado pelo Governo. Das 2000 vagas, menos de metade foram preenchidas, seja pela escassa informação disponibilizada, seja porque sem que se criem reais condições de acesso à aprendizagem e se eliminem os custos de frequência, a aspiração de acesso ao ES não aumenta junto dos estudantes. Mais que uma nova via, é preciso garantir a democratização da educação e o acesso ao Ensino Superior.

A JCP defende a valorização e a democratização do Ensino Profissional Público, garantindo a sua gratuitidade e qualidade.

2.1.3 Ensino Superior

O Ensino Superior prossegue o caminho encetado nas últimas décadas, sofrendo uma desvirtuação daquilo que está inscrito na CRP, onde se lê que cabe ao Estado garantir o acesso aos mais elevados graus de Ensino. A política de direita, tem em vista fazer corresponder as elites económicas às elites do conhecimento, o que constitui um ataque à democracia.

Neste grau de Ensino, os custos de acesso e frequência continuam a ser suportados pelos estudantes, sejam estes directos, no caso dos materiais necessários ao processo de aprendizagem, assim como os indirectos, com o alojamento, transportes, alimentação e outros. Acrescem, para além disso, o pagamento de propinas, taxas e emolumentos.

A Acção Social permanece insuficiente. As residências existentes não oferecem camas suficientes face ao número de estudantes deslocados, sendo que muitas estão degradadas e com carência de recursos. No processo de atribuição de bolsas perpetuam-se as dificuldades e limitações, sendo que para além de moroso e excessivamente burocrático, acaba por não atribuir um número e valor de bolsas que corresponda às verdadeiras necessidades. O número de trabalhadores-estudantes tem crescido fruto da insuficiência da ASE e do agravamento das dificuldades económicas. Acresce ainda que o Estatuto do Trabalhador-Estudante é limitado, difícil de aceder e na maioria das vezes não é cumprido. Mantém-se a necessidade de obras, a falta de materiais, o excessivo número de alunos por turma, a escassez e inadequação dos espaços de aula e de estudo, assim como a falta de professores na generalidade das IES, com impactos negativos na qualidade pedagógica.

O regime fundacional agrava ainda mais as condições do Ensino Superior acentuando a desresponsabilização do Estado. A ingerência de interesses privados nas decisões das instituições é um avanço na mercantilização da educação a que este regime abre portas, sobrecarregando os estudantes e as suas famílias.

O surto epidémico e as respostas inadequadas da do governo do PS, tiveram como consequência a promoção de novos obstáculos nos percursos académicos dos estudantes, com um clima de enorme incerteza gerado pela manutenção de aulas à distância e alterações drásticas nos modelos de avaliação e de ensino-aprendizagem, com significativo impacto no plano da saúde mental dos estudantes, tendo confirmado e agudizado os problemas estruturais do Ensino Superior.



2.1.3.1 Propinas e financiamento

A propina, com o seu carácter intrinsecamente elitizante, é uma das principais fontes de financiamento das IES e das principais ferramentas de elitização do Ensino Superior. Alteradas no seu valor e no seu cálculo, com o Governo PSD de Cavaco Silva, a propina sofreu sucessivos aumentos nas décadas seguintes, por mão do PS, PSD e CDS, tendo o seu valor mais alto no Governo PSD-CDS, ultrapassando os 1000€. A propina, desde o último Congresso, foi alvo de sucessivas reduções (processo interrompido este ano por opção do PS), tendo actualmente um valor máximo de 697€ no 1º ciclo, não existindo um tecto máximo nos 2º e 3º ciclos. Os estudantes internacionais, a par de múltiplos outros entraves que lhes são colocados, com falta de apoios e condições, continuam a pagar valores mais elevados do que os estudantes nacionais.

Os inúmeros problemas que se sentem no Ensino Superior são fruto de uma profunda e prolongada falta de financiamento público. A lei de financiamento em vigor remonta a 2003 e vem na linha da transferência dos custos do Estado para os estudantes e as suas famílias, verificando-se paralelamente a diminuição da Acção Social Escolar, ou seja, desresponsabilizando o Estado dos seus deveres constitucionais. Entre propinas, taxas, emolumentos e outras fontes de financiamento, as “receitas próprias” representam em vários casos metade do financiamento das IES. A falta de financiamento público leva a problemas a nível das infra-estruturas, com IES a precisarem de obras e ao mau funcionamento de serviços administrativos e sociais devido à falta de funcionários e equipamentos, como também a uma Acção Social incapaz de cumprir o seu papel.

No plano pedagógico e de investigação, devido à falta de financiamento, regista-se uma perda de qualidade em consequência de existirem poucos professores e fracas condições.

A JCP desde sempre se posicionou contra a existência das propinas, que constitui um obstáculo ao acesso e frequência ao Ensino Superior e pela gratuitidade de todos os graus de ensino, rejeitando que sejam os estudantes e as suas famílias a financiar o Ensino e reiterando que o financiamento público no Ensino Superior é um investimento no futuro e no desenvolvimento do País.

2.1.3.2 Processo de Bolonha

A Declaração de Bolonha (19 de Junho de 1999) desencadeou o denominado Processo de Bolonha, instaurado em Portugal em 2006. Com a falácia da criação de um Espaço Europeu de Ensino Superior e com os supostos méritos da competitividade, homogeneização da qualidade da Educação e da mobilidade dos estudantes tanto entre instituições de países diferentes em programas como o Erasmus, como dentro do próprio país. A sua implementação significou a degradação da qualidade de formação e a elitização dos diversos ciclos de estudo. Decorreu deste sistema a compressão e supressão dos conteúdos (cursos de 5 anos passaram a 4, os de 4 passaram a 3).

Foi feita uma divisão do percurso académico em ciclos cada um com um valor de propina mais elevado do que o anterior e a conversão de conhecimentos em “ECTS”, um



sistema de créditos criado de forma a facilitar a mobilidade entre os estudantes nos países que aderiram ao Processo de Bolonha. Aliado ao subfinanciamento do Ensino Superior, o Processo de Bolonha aprofundou os problemas pedagógicos já existentes: a avaliação contínua foi quase extinta em muitas instituições ou totalmente distorcida nas restantes, resultando num excesso de carga horária para estudo e trabalho individual; reduzem-se os números de Unidades Curriculares; generaliza-se um regime de faltas rígido; ao passo que se verifica o fim de mestrados integrados.

A concentração da investigação e da qualidade nas grandes potências, de que a adaptação de conteúdos e o número de vagas é prova, cria também dependência tecnológica e científica aos países “de segunda”. Verifica-se ainda que apenas uma minoria de estudantes tem condições económicas para participar em programas de mobilidade já que as bolsas são insuficientes e tardias, e o sistema de equivalências não funciona eficientemente. O Processo de Bolonha é, assim, um instrumento das estruturas do capital na Europa para regular e sujeitar o Ensino Superior aos seus interesses, visando a sua elitização, privatização e mercantilização.

Apesar de ser hoje uma realidade, não é irrevogável e é essencial a dinamização da luta pela saída do sistema do Ensino Superior português do Processo de Bolonha, pugnando pela sua reconfiguração autónoma dentro do espaço internacional, não deixando de ter em conta a nossa realidade concreta e a defesa da nossa soberania também no campo da Educação.

2.1.3.3 RJIES, Fundações, Fusões

O actual RJIES, aprovado em 2007, é um dos maiores ataques ao Ensino Superior Público e um grande passo para a sua privatização, condicionando a autonomia das IES. O RJIES viabiliza uma série de medidas que fazem com que as Instituições de Ensino Superior assumam um cunho anti-democrático - a concentração de poderes no reitor; a eliminação de órgãos plenários, associada à criação de Conselhos Gerais das Universidades, que se traduzem na diminuição significativa de estudantes nos órgãos de gestão e governo das Universidades, ao mesmo tempo que são introduzidas entidades externas às instituições - geralmente ligadas a grupos económicos - nestes órgãos, assumindo uma representação (e voto) muito significativa. Estes grupos têm possibilidade de influenciar de forma directa a vida das instituições, nomeadamente no que diz respeito à adaptação de planos curriculares ao serviço das suas necessidades, e não das reais necessidades do país ou da formação individual dos estudantes. O RJIES abre caminho ao ataque aos direitos de manifestação, associação e participação democráticas nas suas Universidades e Institutos. Atenta contra o direito de organização dos estudantes, procurando a substituição das AAEE pela figura do Provedor do Estudante, nomeado pelo reitor.

O RJIES abre, também, a possibilidade de passagem das Universidades a Fundações Públicas de Direito Privado, que funcionam com 50% de financiamento próprio. Isto não é mais que uma desresponsabilização do Estado da sua função de financiar as IES, desprezando o seu papel fundamental como ferramenta de avanço e soberania do país,



recaindo esta responsabilidade sobre os estudantes e suas famílias e sobre os investigadores com projectos financiados. Assim, no quadro do subfinanciamento crónico do Ensino Superior, as IES são empurradas para esta falsa solução, num claro avanço no sentido da privatização. Esta gestão das IES numa lógica empresarial leva a um agravamento nas condições já debilitadas de muitas faculdades, bem como uma precarização dos vínculos dos docentes, investigadores e não docentes, passando os estudantes, a investigação e o Património das Universidades a ser vistos como uma fonte de rendimento. Por outro lado, a gestão passa a estar nas mãos de um Conselho de Curadores que é nomeado pelo Governo sobre proposta do Conselho Geral, fugindo à tutela educativa pública.

Actualmente, já várias IES passaram a fundação nomeadamente as Universidades do Porto, de Aveiro, do Minho, o ISCTE, a Universidade Nova de Lisboa, e agora recentemente o Politécnico de Cávado e Ave, sendo o primeiro Instituto Politécnico a fazê-lo. O caso da Universidade de Coimbra, onde o processo foi derrotado com a luta dos estudantes, demonstra que o regime fundacional não é uma inevitabilidade. Ao contrário do que proclamam, este processo nunca serviu para aumentar o financiamento ou as condições das instituições, nem para baixar os custos para os estudantes, o que se verifica é o contrário como no caso da Universidade Nova de Lisboa, onde as propinas de mestrado são as mais altas do país. Objectivos idênticos e sob os mesmos pretextos de racionalização e modernização levam à fusão das Universidades, como é o caso da fusão da Universidade Técnica de Lisboa com a Universidade de Lisboa, ou a recente ameaça de fusão entre o Politécnico de Santarém e de Tomar, que mais não é do que uma maneira de o Estado diminuir o financiamento total para o Ensino Superior, não tendo em conta a realidade das IES nem garantindo que a prioridade seja a melhoria das condições das instituições originais.

2.1.3.4 Acção Social Escolar

Face às barreiras económicas do Ensino Superior e os ataques aos estudantes e às suas famílias, a Acção Social Escolar ganha extrema importância uma vez que tem como principal função garantir a igualdade no acesso, frequência e sucesso escolar através de apoios directos (bolsas de estudo) e apoios indirectos (passe escolar, alojamento, alimentação, cultura e desporto). Actualmente a ASE é utilizada para colmatar problemas criados pela política de direita, ainda que com graves deficiências. No entanto, a falta de financiamento da ASE coloca sistemáticos entraves à atribuição de bolsas, processo que é burocrático, moroso e que possui um carácter invasivo sobre os estudantes e as suas famílias, através das entrevistas e do método de cálculo utilizado que não avalia as reais condições.

A insuficiência da ASE também se verifica na rede de residências a nível nacional que não satisfaz as necessidades dos estudantes, uma vez que a oferta que existe é manifestamente insuficiente face ao número de estudantes deslocados, obrigando-os a procurar casas ou quartos com elevadas rendas. As residências encontram-se, na sua maioria, extremamente degradadas, com falta de electrodomésticos e outros equipamentos básicos. Tem-se assistido à construção de residências estudantis



privadas, o que demonstra a insuficiência da rede pública e o aproveitamento por parte do capital desta necessidade. Apesar da implementação do Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior, devido à luta dos estudantes, este ainda se encontra aquém das suas metas, não cumprindo com a urgência de construção de mais residências.

Já relativamente à refeição social, salienta-se o seu aumento progressivo sob pretexto da sua indexação em 0,63% do IAS, encontrando-se no ano lectivo de 2020/2021 no valor máximo de 2,75€. Também foram encerradas cantinas e criados pratos de primeira e de segunda nas cantinas, tendo em vista que os mais caros sirvam para financiar os serviços de Acção Social, ao passo que muitas também deixaram de servir a Refeição Social a pretexto do contexto epidémico.

Todas estas condicionantes que desvirtuam o conceito de ASE têm um impacto significativo, obrigando muitos estudantes a abandonar o Ensino Superior, a procurarem um trabalho que financie um direito que deveriam ter, a recorrerem a empréstimos, hipotecando as suas vidas futuras ou ainda a sujeitarem-se a trabalhar para os serviços da sua faculdade, ocupando postos de trabalho para os quais as instituições – aproveitando-se da mão-de-obra praticamente gratuita – não contratam trabalhadores. Destaca-se a proliferação de concepções assistencialistas, que se manifestam através de “bolsas de emergência” e que acentuam o caminho de desresponsabilização do Estado para com o ES.

2.1.3.5 Ensino Superior Universitário e Ensino Superior Politécnico

Têm vindo a aprofundar-se as disparidades entre o Ensino Superior Politécnico e o Ensino Superior Universitário, sobretudo por via da crescente diferenciação de financiamento. Esta polarização perpetua um modelo binário no Ensino Superior Público, fomentando uma maior desigualdade entre os estudantes do Ensino Superior em geral.

Apesar do valioso papel do Ensino Superior Politécnico para o alargamento do acesso ao Ensino Superior Público, dando uma contribuição para o desenvolvimento de algumas regiões e, por isso, para a diminuição de assimetrias regionais, este tem sofrido uma completa desvalorização, designadamente na falta de apoios para a implementação de ministrar doutoramentos, vontade expressa pelos próprios Institutos Politécnicos.

O alcance dos objectivos de reconfiguração deste subsistema de Ensino procura imprimir uma realidade maioritariamente profissionalizante que prepare os jovens para trabalhos e empresas em concreto, satisfazendo as necessidades do capital e não do país e dos estudantes, como deveria ser o papel de um Ensino Superior Público, e transferindo a responsabilidade da formação profissional das empresas para o Ensino, agravando ainda mais os custos de frequência para os estudantes do Ensino Superior.

A criação de Cursos Técnicos Superiores Profissionais nas Escolas Politécnicas, com uma duração de 2 anos, levou à desvalorização dos currículos e da formação científica,



para canalizar quem não tem condições de superar barreiras às licenciaturas. Quase só compostos por estágios, são um passo gravoso no avanço da reconfiguração do ensino superior, que corresponde à submissão completa da Educação aos interesses dos grandes grupos económicos.

Na última legislatura, o Governo PS anunciou a redução de vagas no Porto e em Lisboa, acompanhado do aumento das notas mínimas de entradas nas IES destas cidades, na lógica de encaminhar mais estudantes para as IES do interior. Esta medida mostrou-se pouco eficaz e apenas deixou clara a diferenciação que o Governo PS faz das IES do litoral para as IES do interior.

A defesa de um sistema único de Ensino Superior Público, que potencie o património de ambos os subsistemas e com todos os graus de Ensino, é uma necessidade para responder ao desenvolvimento do país.

2.1.3.6 Ensino Superior Privado

O Ensino Superior Privado e Cooperativo é causa e consequência da lógica de mercantilização do saber, traço característico das políticas de direita.

Neste quadro, há estudantes empurrados para uma opção que acaba por se tornar mais barata, atendendo aos custos do alojamento e transportes, ou mesmo por falta da oferta no Ensino Superior Público.

O ensino Concordatário criado em 1940, a partir da concordata entre o regime fascista português e a Igreja Católica, reconhecido em 1971 e apesar de várias alterações à lei que o rege, mantém um regime próprio que permite à Universidade Católica Portuguesa beneficiar de financiamento público e, ao mesmo tempo, da isenção de obrigações.

O difícil acesso ao Ensino Superior Público é, por si só, um dos maiores motivos para o crescimento destas instituições privadas. Nestas instituições está inerente a lógica do lucro e os estudantes são tratados como clientes, o que se reflecte nos custos das propinas, das taxas e dos juros. Os estudantes enfrentam, também, particulares dificuldades na participação na vida democrática das escolas pois, em muitos casos, é inexistente a sua representatividade nos órgãos de gestão.

2.2 Trabalho

Os vínculos precários e os falsos recibos verdes, o desemprego e o sub-emprego, os baixos salários, a desregulação de horários, os bancos de horas, o horário concentrado, o trabalho por turnos, o não pagamento devido de subsídios, o trabalho suplementar, e trabalho prestado em fins-de-semana ou feriados, são uma realidade bem conhecida pelos jovens trabalhadores. Provocam instabilidade no trabalho e criam barreiras na conciliação da vida profissional com a vida pessoal são uma realidade permanente nas suas vidas. Tudo isto perpetua a exploração e a pobreza inerentes à natureza do sistema capitalista.



A contratação colectiva é um direito essencial que permite aos trabalhadores conquistar e garantir mais direitos, aumento salarial e progressão na carreira, a regulação dos horários, as férias, constituindo também um factor de unidade entre os trabalhadores. O governo PSD/CDS fragilizou este importante mecanismo introduzindo a possibilidade da sua caducidade, permitindo assim ao patronato fazer tábua rasa das negociações com os trabalhadores e pondo em causa os seus direitos e aumentos salariais.

Na última legislatura, o governo do PS com o apoio do PSD e do CDS, realizou alterações à legislação laboral que aumentam e legitimam a precariedade, a instabilidade e a exploração e mantiveram todas as normas gravosas, beneficiando assim o grande capital e a sua acumulação de lucro.

A força da luta dos trabalhadores e a acção do PCP foram determinantes para possibilitar a defesa, reposição e conquista de direitos e rendimentos como: o aumento do Salário Mínimo Nacional (SMN); reposição de instrumentos de contratação colectiva no Sector Público e Empresarial e eliminação das restrições à contratação de trabalhadores na Administração Local; ampliação da protecção aos desempregados com a criação do apoio aos desempregados de longa duração e a eliminação do corte no subsídio de desemprego; na Administração Pública, a reposição das 35 horas e a generalização da sua aplicação, e o direito à progressão na carreira, com a valorização remuneratória respectiva e a tomada de medidas de combate à precariedade; reposição de feriados; alívio do IRS sobre os rendimentos do trabalho e designadamente dos mais baixos rendimentos e intermédios com a redução das taxas e criação de dois novos escalões.

Continua o caminho da ofensiva sobre os trabalhadores e os seus direitos, com a promoção do dito empreendedorismo, da instabilidade mascarada como “garantia de uma maior flexibilidade entre a vida pessoal e laboral”, promoção das ideias de que “já não existem empregos para a vida” e de que o desemprego, a precariedade e os baixos salários são “normais e inevitáveis”. Assim se tenta culpabilizar o trabalhador pela sua própria situação, ilibando a acção do PS, PSD e CDS, as políticas da UE e o próprio sistema capitalista.

Permanece a promoção de programas e medidas da UE, de que se destacam o programa Garantia Jovem instituído em 2013 por PSD/CDS com o suposto objectivo de combater o desemprego, mas que apenas serve para a promoção de mão de obra barata ou não remunerada e da precariedade através de estágios.

A epidemia da Covid-19 expôs as fragilidades da realidade laboral com o incentivo ou sem a oposição do governo do PS e do PR. Aumentou o desemprego, a precariedade, as situações de pobreza, generalizou-se a aplicação do lay-off e do regime de tele-trabalho, contribuindo assim para uma maior desregulação das relações laborais. Registam-se ainda casos da utilização abusiva do lay-off com o objectivo de aproveitamento por parte do patronato.

No início da epidemia, verificou-se em muitos locais de trabalho a não concretização das regras de higiene e segurança por parte do patronato, como a disponibilização de



Equipamentos de Protecção Individual (EPI) e a manutenção de medidas que antes já constituíam falta de condições no trabalho e, na actual situação, são um perigo sanitário, realidade que persiste em alguns casos.

Não se estabeleceram as medidas justas de apoio aos trabalhadores, ao contrário dos apoios ao grande capital.

2.2.1 Desemprego e Precariedade

O desemprego atinge elevados valores entre os jovens portugueses, resultado de décadas de política de direita, que levou à destruição do aparelho produtivo nacional promoveu a desregulação das relações laborais, facilitou o despedimento e retirou protecção aos trabalhadores, nomeadamente o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador, e generalizou a utilização de vínculos precários, que beneficiam particularmente os grandes grupos económicos nacionais e transnacionais.

As alterações ao Código do Trabalho, em 2019 pelo Governo do PS e com o apoio do PSD e o CDS, dão expressão aos interesses do grande capital e aprofundam a precariedade com o alargamento do período experimental de 90 para 180 dias no caso de trabalhadores à procura do 1º emprego e dos desempregados de longa duração; permitem a generalização dos contratos de muito curta-duração a todos os sectores de actividade; legitimam a precariedade com a introdução da cobrança de uma taxa ao patronato se ultrapassarem uma determinada percentagem de trabalhadores com vínculos precários, tendo ficado conhecida como a “taxa de rotatividade”, medida defendida pelo Bloco de Esquerda.

Em 2019, cerca de 40% dos jovens trabalhadores tinham vínculos precários sendo que nos jovens com menos de 25 anos atingia 62%. A precariedade desvaloriza o trabalho, exercendo uma pressão negativa sobre os salários. Continua a verificar-se que grande parte da contratação é feita através de empresas de trabalho temporário e à prestação de serviços. As empresas de trabalho temporário são instrumentos para aumentar o lucro dos grandes grupos e uma forma de desresponsabilização das empresas face aos trabalhadores, sendo estes tratados como meras mercadorias descartáveis. Actualmente, a rotatividade dos trabalhadores entre empresas de trabalho temporário é uma prática recorrente, de forma a tentar contornar a efectividade dos contratos de trabalho.

Regista-se a proliferação do trabalho ilegal, dos falsos recibos verdes, do recurso do patronato aos estágios do IEFP e contratos diários, semanais ou mensais para a substituição de postos de trabalho permanentes, afectando particularmente a juventude e o seu direito constitucional do direito ao trabalho e ao trabalho com direitos.

Tem-se aprofundado o trabalho através de plataformas digitais. Recebendo apenas por entrega feita, sem horários de trabalho, sem qualquer protecção contra acidentes de trabalho, sem subsídio de refeição ou outros, estes trabalhadores são alvo de uma forte exploração, acrescendo o facto de muitos deles serem imigrantes em situações particularmente vulneráveis. Sem qualquer vínculo de trabalho, pretende-se camuflar e



ocultar quem explora, vendendo a ideia do “empreendedorismo” ao mesmo tempo que deixa estes trabalhadores à mercê da precariedade e do despedimento fácil. Nos últimos anos, graças à luta dos trabalhadores foi possível abrir porta para a regularização dos vínculos precários na administração pública (PREVPAP) que permitiu a efectivação de dezenas de milhares de trabalhadores. Contudo há limitações, não se dando passos na erradicação da precariedade, com a manutenção de falsos recibos verdes e de subcontratação na Administração Pública.

As consequências das alterações ao Código do Trabalho anteriormente referidas, ficaram claras no início da epidemia, com muitos jovens a serem facilmente despedidos no regime do período experimental alargado. Em Abril de 2020, mais de 57% das inscrições nos centros de emprego correspondiam ao término de contratos não permanentes. Esta situação, a par do uso simplificado do lay-off e da opção política do PS de não proibir os despedimentos, contribuiu para o aumento do desemprego. Importa neste quadro destacar que a média de valor das prestações sociais é de 502 euros apenas, 1 euro acima do estabelecido como limiar da pobreza.

O grande capital tenta escapar das suas insanáveis contradições e manter os lucros através da desregulação de horários, do desemprego, da fragilização das relações laborais e do aumento da exploração e da pobreza e encontra na Covid-19 um novo pretexto.

2.2.2 Salário e horário

Os baixos salários, que afectam a generalidade da população, têm particular incidência nos jovens, o que não está de todo desligado da precariedade generalizada. Desde o último Congresso, verificou-se a subida do SMN todos os anos, resultado da luta dos trabalhadores e da acção e intervenção do PCP na AR, mas muito aquém da reivindicação da CGTP-IN e do necessário para os trabalhadores fazerem face ao custo de vida. Encontra-se fixado actualmente nos 665 euros, correspondendo a cerca de 600 euros líquidos. O rendimento médio mensal líquido dos trabalhadores com menos de 25 anos no 2º trimestre de 2020 encontrava-se em 666 euros, valor mais baixo do que os restantes grupos etários. Os trabalhadores com vínculos precários e as mulheres ganham salários ainda mais baixos do que esta média.

A introdução do banco de horas, de adaptabilidades e outros mecanismos de desregulação de horários são nocivos para a conciliação da vida pessoal com a vida laboral, desregulando os horários dos trabalhadores em benefício do lucro. Nas últimas alterações ao Código do Trabalho em 2019, o banco de horas grupal em substitui do banco de horas individual. Este mecanismo provoca que as horas extras feitas pelos trabalhadores não sejam pagas, mas acumuladas no banco de horas.

Para combater a política de baixos salários e os mecanismos de desregulação de horários, a contratação colectiva é um instrumento essencial, na regulação dos salários, na progressão na carreira e na regulação dos horários de trabalho e dias de férias, para além de que constitui um instrumento potenciador da unidade entre os



trabalhadores. Urge a revogação da caducidade dos contratos colectivos de trabalhos bem como outras normas gravosas do Código do Trabalho.

2.3 Ciência e investigação científica

O estado da Ciência e da investigação científica em Portugal manteve o seu caminho de deterioração, graças ao desinvestimento e fragilização por parte do Estado no Sistema Científico e Tecnológico Nacional, enfraquecendo a sua componente pública. A Ciência acaba por ser capturada pelo interesse do capital, perdendo a capacidade de criar conhecimento científico por si só e limitando o papel que deve desempenhar em áreas estratégicas.

Este caminho de subfinanciamento traduz-se no não financiamento de projectos de investigação, más condições materiais e infra-estruturais dos espaços de desenvolvimento de investigação, sejam laboratórios, universidades, politécnicos e à precarização profunda dos vínculos de trabalho dos trabalhadores científicos e quadros técnicos superiores. A ciência em Portugal é feita, em larga escala, por bolseiros, sejam de investigação ou quadros técnicos, que desempenham o mesmo trabalho que um investigador inserido na carreira, mas que não têm acesso a um real contrato de trabalho que contemple a protecção devida no trabalho, na família, na vida. Ainda, vulgariza-se o recrutamento de estagiários (geralmente não remunerados) e voluntários, sob pretexto da “criação de currículo”, para mascarar a exploração básica que está em causa.

Neste quadro são os jovens investigadores e aqueles que estão ainda a completar a sua formação (licenciatura, mestrado, doutoramento) que encontram mais obstáculos no acesso à investigação, desencorajados a seguir investigação pois têm apenas como caminho possível as bolsas, que se verificam ainda insuficientes quantos aos seus valores e critérios de atribuição. É, pois, urgente a revogação do Estatuto de Bolseiro de Investigação, a regularização dos contratos de trabalho precários e a termo e a substituição das bolsas por contratos de trabalho efectivos, dignificando o trabalho dos trabalhadores científicos através de vínculos que permitam a estabilidade no trabalho e na vida. O acesso às carreiras de investigação e docência é profundamente bloqueado graças à generalização da utilização de bolsas como vínculo laboral dos trabalhadores científicos. Os recentes programas de regularização de vínculos precários ou de integração de investigadores na carreira de investigação não respondem às necessidades dos trabalhadores nem da produção científica do país, correspondendo, ainda, a contratos “a termo”, que também não respondem nem conferem a estabilidade necessária aos trabalhadores, em particular os mais jovens.

2.4 Movimento Associativo Juvenil

Nos últimos anos, o Movimento Associativo Juvenil, ficou marcado pela discussão das alterações ao Regime Jurídico do Associativismo Jovem, ao mesmo tempo que se verificam ainda cortes para este sector que levaram ao agravamento das dificuldades financeiras e económicas das associações.



Algumas das alterações ao Regime Jurídico do Associativismo Jovem (Lei nº57/2019) introduziram elementos de ingerência na vida interna das associações como o aumento de 5% da percentagem de jovens associados e componentes dos órgãos sociais com idade inferior ou igual a 30 anos e a introdução do limite de 30 anos de idade do Presidente à data da eleição. É de valorizar aprovação de propostas do PCP que consagram avanços positivos como a isenção de custos para efeito de legalização e inscrição no RNAJ, facilitando o processo de candidatura a financiamentos públicos e o acompanhamento directo de técnicos do IPDJ às associações.

Importa lembrar o desmantelamento do Instituto Português da Juventude (IPJ) e a sua fusão com o Instituto Português do Desporto (IPD) criando o actual Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ) pelas mãos do governo PSD/CDS em 2011 com o total apoio do PS. Fusão que resultou na desvalorização do desporto e da prática desportiva e das políticas de juventude, cortando nos apoios ao associativismo jovem. As candidaturas aos Programas de Apoio Juvenil e Programa de Apoio Estudantil, através dos seus critérios e administração de fundos, restringem a acção das AAEE e das associações juvenis.

Os concursos a financiamento público continuam a ser marcados por processos complexos em que se continuam a verificar cortes e atrasos na recepção dos mesmos, bem como a necessidade de auto-financiamento das associações e de registo no Registo Central Beneficiário Efectivo (RCBE). Os apoios públicos continuam a ser limitados na disponibilização de ajudas logísticas, espaços de trabalho e de equipamentos, caindo a responsabilização sobre as autarquias locais.

A par destas dificuldades, as medidas restritivas devido à epidemia da Covid-19 e a falta de apoios do Governo PS, agudizaram as dificuldades das associações, em que avulta a suspensão das suas actividades, por um lado pondo em causa o financiamento externo destinado à realização das mesmas e, por outro, condicionando as formas de auto-financiamento das associações.

As associações juvenis e o movimento associativo juvenil sofrem uma forte ofensiva que visa a sua instrumentalização e uma excessiva institucionalização, cortando a sua dimensão informal e afastando o seu trabalho no terreno e de ligação aos jovens de todos os concelhos e regiões do país.

Defendemos o aumento dos apoios à actividade e iniciativas das associações juvenis, reconhecendo o associativismo não formal e com o reforço de equipamentos de usufruto jovem com aproveitamento das extintas delegações do IPJ e das Pousadas da Juventude. Defendemos a Revogação da Lei dos Conselhos Municipais de Juventude com a garantia da participação efectiva de todas as organizações e associações na definição de políticas que envolvam os jovens junto do poder local, regional e nacional. Importa ainda a concretização plena da desburocratização dos diversos processos, como a formação e formalização das associações e concursos de financiamentos públicos.



2.5 Liberdades e direitos democráticos

Com o objectivo de reverter as conquistas de Abril, os ataques às liberdades e direitos democráticos têm sido um eixo comum aos governos da política de direita. Estes ataques entram em confronto directo com a CRP, correspondendo a um objectivo profundamente reaccionário, que visa a intensificação da exploração, e a subjugação do país aos interesses do grande capital.

No quadro do combate ao vírus, tentam fazer crer que a Constituição não disponibiliza as ferramentas necessárias para uma situação epidémica. Esta retórica corresponde a uma manobra política, visando mais uma revisão em que se conclua objectivos antigos de ataque ao regime democrático e aos direitos, liberdades e garantias que a CRP consagra.

Na tentativa de travar direitos políticos e liberdades, destaca-se o ataque orquestrado a partir dos centros de decisão do grande capital perante a realização do 1º de Maio de 2020, da Festa do Avante! de 2020 e do XXI Congresso do PCP, que constituíram momentos centrais na luta pela defesa e concretização dos direitos e das liberdades democráticas.

Multiplicam-se tentativas de impedimento, identificação ou até detenção ilegal de jovens que exercem o seu direito de propaganda, seja na pintura de murais, colagens de cartazes ou distribuição de propaganda em escolas, locais de trabalho, locais de concentração juvenil ou nas ruas. Neste âmbito, os jovens comunistas, pela sua intervenção constante, são alvo preferencial e vêm a sua actividade condicionada por estes ataques.

Nas escolas aprofunda-se a tendência autoritária e repressiva de algumas direcções, que condicionam ou impedem a constituição de AAEE ou a realização de eleições para as mesmas, obstaculizando que os estudantes comandem autonomamente os seus processos eleitorais ou a marcação de RGA/ AGE.

Há uma preocupação profunda, nomeadamente neste quadro, em que se assiste ao impedimento da existência de imensas AAEE nas escolas secundárias fruto destas arbitrariedades das direcções, num momento em que o associativismo e a organização dos estudantes é de máxima importância.

Em muitas empresas e locais de trabalho a democracia não entra e cultiva-se o medo através da repressão, da perseguição e ameaça por parte do patronato. Ataca-se o direito à sindicalização, à realização de plenários, à entrada dos sindicatos nas empresas, à luta organizada e ao direito à greve. Pretende-se, sem sucesso, vergar quem se organiza e luta. Estes exemplos de reacção à luta organizada só confirmam a justeza das lutas e das reivindicações da juventude para a construção de uma verdadeira alternativa, determinando mais confiança para acções futuras.

O exercício dos direitos é a única garantia para a sua defesa, que é simultaneamente defesa da liberdade e da democracia.



2.6 Igualdade de direitos e luta contra todas as discriminações

A luta pela igualdade e contra todas as formas de discriminação é parte integrante da luta pela ruptura com a política de direita e é condição para a construção uma Democracia Avançada.

O povo português inscreveu na Constituição da República Portuguesa o princípio da igualdade e da não discriminação, definindo que “ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.”

Como outros direitos constitucionais por cumprir, persistem graves desigualdades e discriminações. Existem sectores que procuram instrumentalizar problemas reais e dividir os jovens na luta organizada e consequente. Estas discriminações são inerentes ao sistema capitalista. Encontra nelas uma oportunidade para dividir os trabalhadores e os povos e acentuar a exploração. A luta pela igualdade e contra todas as formas de discriminação é parte da luta contra a exploração e pela defesa da democracia e do progresso social.

A ausência de resposta a problemas como a pobreza, o desemprego e a degradação das condições de vida, do acesso a direitos, associada a uma grande insegurança e incerteza quanto ao futuro e conjugada a um progressivo desconhecimento e apagamento da história geram terreno fértil para que as forças políticas mais reaccionárias e de extrema-direita, ao serviço do grande capital, difundam e animem expressões e concepções antidemocráticas, desrespeitadoras da dignidade do ser humano.

A luta dos comunistas e dos jovens comunistas trava-se para preservar o carácter profundamente democrático da Constituição, consagrar a igualdade na lei e efectivá-la em todas as esferas da vida.

2.6.1 Discriminação da mulher na vida e no trabalho

Apesar das conquistas de Abril no que diz respeito à igualdade entre homens e mulheres, persiste e existe uma distância que urge combater, entre a igualdade consagrada na lei e a igualdade na vida e no trabalho. No trabalho, as discriminações são acentuadas, as mulheres continuam a receber salários mais baixos e são sujeitas a condições de trabalho mais desfavoráveis, permitindo ao patronato a maximização dos lucros. As mulheres apresentam uma maior taxa de escolarização em todos os níveis de ensino (particularmente no ensino superior), no entanto a disparidade salarial em 2019 era de 225 euros (ao nível do ganho médio, correspondendo a menos 58 dias de trabalho remunerado), ou seja, as mulheres continuam a receber menos, acentuando-se com o nível de qualificação profissional e de escolaridade.



É sobre as mulheres que mais incide o desemprego, a precariedade, a desregulação dos horários, o trabalho ao sábado e ao domingo (ligados à concentração de emprego no comércio e serviços) e uma crescente dificuldade em compatibilizar o trabalho com a vida pessoal e familiar.

São comuns atropelos aos direitos de maternidade e paternidade, designadamente quanto aos horários de trabalho, ao não pagamento de subsídios por gozo da licença, ao despedimento de mulheres grávidas e criação de dificuldades ao acompanhamento dos filhos.

O sistema capitalista, potenciador das desigualdades, não está desligado do facto de recaírem sobre as mulheres a esmagadora maioria das tarefas domésticas, problema que se agrava com a inexistência de uma rede de equipamentos sociais, como uma rede pública de creches e lares conjugada com os restantes factores de desigualdade.

A violência doméstica e a violência no namoro são problemas graves que afectam maioritariamente mulheres. É necessário avançar na sua prevenção e combate, indissociável do cumprimento dos direitos das mulheres, das condições que permitem libertar as mulheres de contextos familiares violentos, a par de uma rede de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica, bem como a adopção de medidas de prevenção e combate à violência no namoro, ao assédio sexual e à violação. Urge, designadamente, cumprir a lei aprovada por iniciativa do PCP que prevê a ocultação ao agressor da nova morada da vítima.

A prostituição, uma grave violência e um atentado à dignidade do ser humano que coloca a sexualidade ao serviço do capital, continua a atingir maioritariamente as mulheres e está eminentemente ligada ao tráfico de seres humanos, à pobreza e às adições. A mercantilização do corpo tem também expressão na pornografia, forma de exploração que contribuiu também para a alienação de jovens.

Com a intensificação da acção de grupos de interesse que querem legalizar o negócio da exploração sexual, ganha urgência a união de esforços contra a regulamentação da prostituição e a legalização do proxenetismo. Estes movimentos baseiam a sua argumentação na ideia de que a prostituição é uma opção, um trabalho, ou uma questão de liberdade individual. Associar a prostituição a “trabalho sexual”, para além de banalizar o corpo das pessoas prostituídas como mercadoria vendável, representa uma total subversão do conceito de trabalho. Apela a uma suposta preocupação com as condições em que esta se desenvolve ou com a protecção social destas mulheres, procurando iludir a questão de classe subjacente, que força as mulheres a entrar no sistema de prostituição, e a natureza violenta desta forma de exploração. O caminho a percorrer é no sentido do combate às desigualdades, à pobreza e às situações de desespero na luta pela subsistência que aprisionam as mulheres nas redes de exploração na prostituição.

A luta das mulheres, parte da história do movimento operário, não se confunde com a luta que contrapõe homens a mulheres, para ilibar o sistema. Não se esgota no “sucesso empresarial” das mulheres ou na “ocupação de cargos”, ideias que focam o sucesso



individual em vez da luta pela emancipação das mulheres, visando dissociá-la da luta mais geral contra a exploração.

O direito ao trabalho, à independência económica e realização profissional da mulher são condições para a participação na vida pública, cultural e acção política e a JCP rejeita a artificialização da igualdade através de medidas como quotas de participação nas listas eleitorais dos partidos políticos.

A JCP defende uma rede pública, descentralizada e articulada de prevenção e combate à violência doméstica e a urgente criação de programas de saída da prostituição, tal como o reforço dos meios de combate ao tráfico de seres humanos.

2.6.2 Discriminação em função da orientação e identidade sexual e o combate aos preconceitos

Apesar de nos últimos anos, com o contributo do PCP, ter sido aprovado um conjunto de legislação que combate de forma efectiva a discriminação de casais do mesmo sexo no acesso ao casamento e à adopção e que promove a autodeterminação, mantêm-se discriminações em função de características e orientação sexual.

Os retrocessos nas conquistas de Abril, com a transformação da Escola Pública num espaço menos democrático e participativo, os entraves à organização e associativismo, conjuntamente com a degradação das condições de vida, para além das desigualdades que induzem, também tornam mais lenta a normalização dos aspectos relacionados com a sexualidade e identidade de cada pessoa. A Educação Sexual, que poderia dar um contributo importante, continua por concretizar.

A efectivação do direito à educação sexual deve contribuir de forma decisiva para o respeito pela sexualidade humana, a ser desfrutada sem medo, vergonha, culpa ou preconceito e como uma importante dimensão da intimidade de cada ser humano, baseada na escolha do parceiro, em relações de respeito mútuo, liberta de violências ou coacção.

Persistem dificuldades para fazer cumprir o direito de cada um à sua identidade e expressão de género, nomeadamente no plano da saúde. Actualmente, o SNS, fruto do desinvestimento que tem sofrido, continua a dar uma resposta insuficiente, designadamente ao nível do acompanhamento das implicações psicológicas no indivíduo nos processos transicionais. Verifica-se um aproveitamento pelo sector privado que resulta em custos elevados, o que acaba por excluir os jovens mais desfavorecidos do acesso a uma vida e sexualidade plenas e seguras.

Os sectores reaccionários continuam a procurar espaço para reverter os avanços conquistados e imprimir estigmatizações, tentativas que contaram com a oposição do PCP e da JCP.



A JCP continuará a intervir no combate a todas as discriminações e preconceitos, pela implementação da educação sexual e pelo respeito pela orientação sexual e identidade de cada pessoa, em todos os domínios da vida colectiva.

2.6.3 Racismo e xenofobia

O racismo e a xenofobia são um instrumento ideológico de divisão da juventude, do povo e dos trabalhadores para potenciar a sua exploração e legitimar a face imperialista do capitalismo. A degradação das condições de vida, a insatisfação com a política de direita, as insuficiências na unidade e organização dos trabalhadores abrem espaço para a promoção do populismo, de projectos de regressão civilizacional e para fomentar preconceitos e discriminações em função de diferenças biológicas ou de fenótipo, étnicas ou de nacionalidade.

No trabalho e nos mais variados aspectos do quotidiano, continuam a existir graves discriminações e desigualdades no acesso a direitos, que têm expressões como a segregação na habitação, os obstáculos ao acesso à educação ou o tratamento diferenciado perante as Instituições do Estado.

As manifestações concretas de racismo e xenofobia têm como pano de fundo comum as marcas de classe, a pobreza, as crescentes desigualdades sociais e a destruição das funções sociais do Estado, pelo que é na interligação da luta anti-racista com a luta contra a exploração e por uma sociedade mais justa que está o maior contributo para a superação da discriminação.

No nosso país, temos assistido a uma reorganização e crescimento das forças políticas que pretendem um reajuste de contas com as conquistas e valores de Abril e mais ostensivamente semeiam o medo, fomentam o ódio, o racismo, a xenofobia e todo o tipo de discriminações. Estas forças, que se impõe denunciar e combater, demonstrando a falsidade das suas teses e o seu verdadeiro projecto de agravamento das desigualdades e injustiças, beneficiam de uma vergonhosa promoção mediática e do respaldo do grande capital, a quem servem.

2.6.4 Imigrantes

A guerra, a acção das potências imperialistas, a falta de condições de vida e a extrema pobreza nos países de origem são as principais causas da imigração, forçando milhões de pessoas a procurar melhores condições de vida.

Têm existido oscilações do número de imigrantes em Portugal, apesar de uma tendência decrescente. Os últimos anos foram marcados pelo aumento da imigração oriunda da Ásia, relacionada com o trabalho sazonal e rural, particularmente no Alentejo e em Santarém, em parte promovido por empresas de trabalho temporário, mas também por grupos de tráfico de seres humanos que colocam estes imigrantes a trabalhar e a viver sob condições desumanas.



Entre os trabalhadores provenientes de outros países, mantém-se a predominância do emprego em sectores como a construção civil, a hotelaria, o comércio, os centros de contacto, a agricultura, nas plataformas digitais, entre outras, mas o elemento comum é um acentuado desrespeito em relação aos seus direitos e a sujeição a condições de trabalho precárias, elevados níveis de exploração, baixos salários, ausência de protecção social, e mesmo a escravatura, potenciada pela situação ilegal. Uma parte significativa destes trabalhadores são jovens.

Mantêm-se as dificuldades para obter vistos de residência em Portugal, situação que afecta milhares de imigrantes e que impede obtenção de trabalho. Um problema com um carácter de classe quando a dificuldade que estes trabalhadores têm em obter documentos é contraposta com a facilidade com que são dados vistos Gold a quem vem representar os interesses do grande capital.

Apesar das melhorias introduzidas à Lei da Nacionalidade, com a marca do PCP, quem imigra confronta-se com burocracia, pagamento de taxas avultadas e outros entraves na obtenção de vistos, licenças e nacionalidade. O Estado deve garantir protecção aos trabalhadores em situação de ilegalidade sujeitos a ciclos de pobreza extrema e vítimas de redes de tráfico humano.

2.6.5 Discriminação de pessoas com deficiência

A política de direita impede avanços no acesso da grande maioria das pessoas com deficiência a direitos fundamentais. O desmantelamento de serviços públicos e a degradação das condições de vida marginalizam as pessoas com deficiência.

O acesso à saúde e a cuidados especializados enfrenta grandes listas de espera e os mesmos são centrados nas grandes cidades.

Nas escolas, não há profissionais com formação e técnicos especializados, desvirtuando o ensino inclusivo.

Muitos jovens com deficiência não têm total acesso a conteúdos televisivos legendados, livros em braile, assim como conteúdos narrados.

Estas discriminações estão presentes no seu dia a dia desde o acesso à cultura, à protecção social, ao desporto e à mobilidade. A estes jovens é barrado o acesso ao trabalho com direitos e à sua independência. Não há só uma necessidade de uma melhoria nos serviços de transporte, mas também a sua adaptação a esta realidade. Regista-se uma dificuldade de autonomia por parte dos mesmos por uma grande parte das ruas e edifícios não serem adaptados a pessoas com mobilidade reduzida. Faltam nas escolas especialistas que possam acompanhar alunos com deficiências cognitivas e investimento no desporto adaptado.



2.7 Ambiente

A pressão para a mercantilização dos recursos naturais e das funções da natureza, associada a linhas privatizadoras e à degradação dos meios do Estado, tem impedido o desenvolvimento de uma verdadeira política de defesa do equilíbrio da Natureza.

A política de ambiente, gestão de recursos naturais e ordenamento do território assenta hoje na submissão aos interesses dos grupos monopolistas. O domínio privado sobre as transformações de uso do solo deixa marcas negativas e impede que se assegure um país coeso e equilibrado, assente num ordenamento do território e numa política ambiental que revitalize e preserve as condições de vida das populações.

A desresponsabilização do Estado em resultado da acção de sucessivos governos, assim como a falta de uma estratégia no que toca ao ordenamento do território tem grandes consequências a nível do ambiente, como são exemplo a brutalidade dos incêndios e a proliferação de explorações agrícolas intensivas e superintensivas, particularmente nos campos do Sul

A falta de investimento na prevenção, como é exemplo a diminuta aposta nas equipas de sapadores e guardas florestais, conduz a que a intervenção das corporações de bombeiros, assegurada na sua maioria por trabalho voluntário durante metade do ano, seja limitada e insuficiente, tendo em conta a extensão do território.

A passagem do ónus dos problemas ambientais para o indivíduo e a promoção de um falso conflito entre gerações, procuram esconder responsabilidades do modo de produção capitalista na degradação ambiental e visam criar aceitação, pelas massas, de que os problemas ambientais se resolvem exclusivamente com recurso à tecnologia, a mecanismos financeiros e especulativos, à taxação dos comportamentos individuais e a «mercados ou consumo verdes».

A chamada “fiscalidade verde” tem aprofundado a injustiça fiscal e esconde sob essa designação a penalização das populações. Os chamados instrumentos de mercado na área ambiental, como as licenças de emissão de CO₂, têm demonstrado efeitos contrários aos anunciados no plano da UE, não passando de mecanismos especulativos desenhados para assegurar lucros para alguns, mercantilizar a natureza e colocar os recursos e até as funções naturais ao serviço dos grupos económicos responsáveis pela sua degradação. As chamadas «indústrias verdes» e até indústrias de reciclagem e de gestão de resíduos, geridas numa lógica da obtenção de lucro, têm servido fundamentalmente para criar novos veículos de acumulação de valor através de novos gastos de energia e de materiais e assim transformando-se numa parte constitutiva do problema. Por outro lado, amputa-se a soberania energética do país e atacam-se os direitos dos trabalhadores, sob a capa de uma falsa ideia de “transição verde” e “descarbonização” que traduzirá, de facto, um acréscimo de poluição por via de importações de produtos indispensáveis ao país.

Destaca-se o papel de determinadas forças políticas, que têm servido como impulsionadores a nível legislativo e serventários deste “mercado verde”, abrindo



caminho à absolutização da mercantilização da natureza, sob a máscara de uma suposta defesa do ambiente.

No campo dos resíduos, o princípio do poluidor pagador, dirigido ao pagamento do dano e ignorando a sua prevenção, aprofunda a pressão para a mercantilização da sua gestão, raiz dos problemas no sector, em particular na importação de resíduos. A privatização da EGF foi uma peça-chave de favorecimento dos grupos económicos para desenvolver o mercado do negócio dos resíduos. Os chamados projectos de co-gestão das áreas protegidas, desresponsabilizadores do Estado, significarão um incentivo à privatização e à mercantilização da Natureza, da biodiversidade e dos recursos naturais, e aprofundarão a falta de meios materiais e humanos das estruturas públicas para a sua gestão.

O desmantelamento de instrumentos de protecção das zonas com importância ecológica e agrícola, nomeadamente a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e a Reserva Ecológica Nacional (REN), sobretudo devido a interesses imobiliários, tem vindo a destruir vários ecossistemas e solos com potencial agrícola.

No domínio da gestão dos recursos hídricos, as estruturas públicas perderam trabalhadores, meios e competências, foram afastadas da gestão de albufeiras. A falta de investimento público, a má gestão e gestão concentrada na obtenção de lucro nas barragens dedicadas à produção energética, agravaram problemas de seca, de poluição e de perda de qualidade da água. As estruturas públicas perderam capacidade de assegurar a gestão, a planificação e até a monitorização de protocolos internacionais.

Prosseguiu a estratégia de mercantilização e privatização da água preparando a entrega da captação e distribuição de águas e recolha e tratamento de águas residuais a empresas privadas.

Apesar de passos significativos de promoção do uso do transporte colectivo – inseparáveis da intervenção determinante do PCP na conquista do passe social intermodal – continua a exigir-se um aumento da oferta e qualidade.

Portugal precisa de uma viragem na política ambiental, visando a preservação do equilíbrio da natureza e dos seus sistemas ecológicos, assente na produção nacional em oposição a longas cadeias de produção e distribuição impostas pelo comércio liberalizado, que respeite o «princípio da precaução» face a novas ameaças e problemas, que previna e mitigue os efeitos das alterações climáticas, e que promova e garanta a democratização do seu acesso e usufruto da natureza, combatendo a mercantilização do ambiente e a sua instrumentalização ideológica e política pelo grande capital, compreendendo que a resolução da problemática ambiental não passa pela reforma do capitalismo, que não é nem nunca será verde, mas sim pela sua superação.

2.8 Habitação

A Habitação é uma condição essencial para a emancipação dos jovens, o desenvolvimento individual e colectivo. Apesar do direito à Habitação para todos estar



consagrado no artigo 65º da Constituição da República Portuguesa, a realidade actual está muito longe da sua concretização. Sobressaem as graves carências materiais que garantam condições de habitação digna.

Nos últimos 4 anos, agudizaram-se as consequências do Novo Regime do Arrendamento Urbano aprovado em 2012 - justamente conhecida por Lei dos Despejos que levou à subjugação do direito à Habitação à especulação imobiliária, aos interesses do mercado e ao sector turístico. Esta lei causou milhares de despejos de famílias, associações e colectividades, micros, pequenas e médias empresas, com grande impacto nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e nas grandes cidades de todo o país. PS, PSD e CDS continuam a opor-se à revogação desta lei.

Houve um aumento do valor médio de arrendamento nas grandes cidades e um aumento acentuado das rendas nas cidades periféricas, empurrando os jovens para cada vez mais longe das cidades e do seu local de trabalho. A alternativa para muito jovens é arrendar quartos em casas com amigos e/ou desconhecidos, muitas vezes sem condições dignas de habitação.

Continuam a manifestar-se as consequências negativas da criação do Programa Porta 65, que trouxe alterações no acesso ao subsídio e na redução de apoios aos jovens arrendatários. Na introdução do modelo concursal, as vagas estão limitadas às opções orçamentais, e deu-se a redução do tempo de atribuição de 5 para 3 anos.

O Governo do PS deu novos passos no caminho da desresponsabilização do direito e dever social do Estado, com a falta de intervenção no mercado da habitação pública, cingindo apenas a sua acção a programas de rendas acessíveis e passando a resolução dos problemas habitacionais para o Poder Local.

A JCP defende a revogação do Programa Porta 65 e a criação de um instrumento de apoio efectivo ao arrendamento para os jovens, com a desburocratização das candidaturas e possibilidade de renovação. Defendemos a criação e a definição de um plano público de habitação para jovens, com a criação e gestão por parte do Estado de fogos habitacionais, com rendas de custos controlados, intervenção e reparação de casas devolutas e desburocratização do acesso a programas de reabilitação de edifícios devolutos e degradados.

2.9 Cultura

A Cultura é hoje encarada como uma mera actividade económica subordinada às regras do mercado, tornando-a ora elitista e inacessível ao povo, ora, quando massificada, uma monocultura alinhada com a ideologia dominante. A falta de condições financeiras aliada à ausência de tempo livre, fruto da sobrecarga horária nas escolas e de horários desregulados nas empresas e locais de trabalho, e as desigualdades persistentes entre regiões contribuem para a incapacidade de acesso ao direito constitucional à criação e à fruição cultural.



A desresponsabilização do Estado e o subfinanciamento têm reflexo no OE em que a percentagem destinada para a Cultura continua inferior a 1%. Os apoios às artes continuam escassos e com atrasos, o que leva ao cancelamento de programação e ao encerramento de estruturas, companhias e associações, apesar das entidades corresponderem aos critérios do concurso e terem uma avaliação positiva.

O património histórico, material e imaterial, é determinante no desenvolvimento cultural, social e económico das comunidades, em que é necessário investir e preservar. Neste quadro salientamos a actual situação dos museus e monumentos, subfinanciados e entregues a empresas privadas, em que a resposta do Governo PS é a criação de uma raspadinha para o Património. Resultando na falta de equipamentos e pessoal e nos preços que são inacessíveis à juventude, apesar da proposta do PCP aprovada no OE 2021 que garantiu a gratuidade aos domingos e feriados.

Os trabalhadores da cultura, especialmente os jovens, vivem situações de desemprego, baixos salários, precariedade, a coberto da intermitência das artes e dos espectáculos e do terem várias entidades patronais num curto espaço de tempos, sendo sujeitos ilegalmente ao regime de prestação de serviços (falsos recibos verdes). A epidemia da COVID-19 agravou uma situação já marcada por um subfinanciamento estrutural, em que a ausência de respostas e apoios financeiros por parte do Estado é clara deixando estes trabalhadores numa situação ainda mais frágil e de risco.

Em todos os graus do ensino artístico está presente a elitização desta via, com a falta de apoios para a aquisição de materiais muitas vezes caros e a escassa oferta pública educativa que empurra os estudantes para as escolas privadas ou para soluções contrárias às suas aspirações.

Por outro lado, degrada-se a qualidade do Ensino, fruto do desinvestimento que se expressa em escolas degradadas, falta de materiais e instrumentos musicais.

Destacamos a redução do IVA dos instrumentos musicais de 23% para 13%, fruto da iniciativa do PCP, que responde, em parte, à reivindicação da petição da JCP enquadrada no Concurso de Bandas para o PNV da Festa do Avante! “Aumenta o Som, Baixa o IVA!”.

A cultura tem um valor insubstituível no desenvolvimento da liberdade, da democracia e da emancipação individual e colectiva. Trata-se de um pilar da democracia, do País e do povo; um bem essencial e não de luxo ou supérfluo. É urgente que se garanta 1% do OE para a Cultura, abrindo à concretização de 1% do PIB e a concretização do serviço público de cultura em que cabe ao Estado a responsabilidade no garante da liberdade de criação artística e da sua fruição com igualdade de oportunidade em todo o país para todos os jovens.

2.10 Saúde

A situação da saúde em Portugal continua a ser marcada pelos ataques ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), resultando no seu esvaziamento de recursos materiais e humanos, em benefício dos grupos privados de saúde, constituindo um efectivo



afastamento do preceito constitucional de um serviço de saúde geral, universal e gratuito.

A degradação do SNS é fruto da política de desinvestimento seguida por sucessivos governos PS, PSD e CDS. Expressa-se na retirada de valências de diversos hospitais, com o encerramento de serviços, e de unidades de saúde e concentração das capacidades médicas em grandes centros hospitalares e, acima de tudo, pela falta de equipamentos, estruturas e profissionais que consigam fazer frente às necessidades da população.

Esta degradação e afastamento das instituições do SNS das populações abre portas ao negócio da doença e ao surgimento de hospitais privados de grupos monopolistas e à aplicação de gestão empresarial no sector público, de que são exemplo as Parcerias Público-Privadas e a transformação dos hospitais públicos em Entidades Públicas Empresariais (EPE). Verifica-se a contratação por parte de hospitais públicos de serviços a entidades privadas. Um quadro de efectivo saque de recursos públicos da parte de grupos económicos que usam o SNS para fazer o seu lucro.

A perspectiva de abertura do ensino médico em instituições privadas é mais um factor que contribui para o desmantelamento do SNS.

Quanto aos profissionais de saúde, verifica-se a sua escassez, com importantes fugas do serviço público para o privado, essencialmente motivadas, seja pela possibilidade de maior remuneração, quer nele exerçam a tempo inteiro ou acumulam funções no sector público e no privado, seja para acumular experiência. No SNS, estes trabalhadores são confrontados com a desvalorização salarial, sobrecarga horária, deficiente progressão na carreira e outras dificuldades. A agravar esta situação está ainda o facto de, no caso de médicos e enfermeiros, a sua prática ser regulada por ordens, baseadas em interesses corporativistas. A falta de vagas para internato médico constitui um entrave adicional à contratação de médicos para o SNS, assim como coloca em risco o direito de muitos jovens médicos recém-formados a concluírem a sua formação.

Apesar de não estar nos termos da proposta do PCP e não ir tão longe quanto possível, os passos dados com a nova Lei de Bases da Saúde, aprovada em 2019, dão força para o assegurar do carácter público, universal e geral do SNS, consagrando a dispensa das taxas moderadoras nos cuidados de saúde primários e actos por si referenciados. Persistem obstáculos ao acesso pelas populações aos cuidados de saúde, como o elevado número sem médico de família (com graves consequências a nível da medicina preventiva), as extensas filas de espera, com graves assimetrias geográficas.

Durante a epidemia da Covid-19, o SNS provou mais uma vez ser o único garante da prestação de cuidados de saúde a todos os portugueses. Quando os privados voltaram as costas à população, foi o serviço público que assegurou o combate à epidemia.

Continua a haver insuficiências no acesso a cuidados de saúde mental através do SNS. A falta de profissionais empurra a juventude para o privado, deixando jovens sem acesso a terapeutas e agrava problemas.



O uso crescente de medicamentos, como antidepressivos, ansiolíticos, psicotrópicos ou anabolizantes, é reflexo da pressão e injustiças a que a juventude está sujeita, quer no ensino quer no trabalho, quer na vida.

Assim se vê a urgência da concretização de um serviço de saúde público universal, geral e gratuito, extinguindo taxas moderadoras, PPP e do modelo de EPE's, dotando o SNS, através de maior investimento e do fim da promiscuidade com o sector privado, dos meios para assegurar a saúde de todos.

2.11 Direitos sexuais e reprodutivos

Portugal tem um importante património legislativo no que concerne aos direitos sexuais e reprodutivos construído ao longo dos anos após o 25 de Abril de 1974, conquistado pela luta determinada das mulheres e jovens portuguesas pela emancipação social, económica e cultural. Os direitos sexuais e reprodutivos são parte integrante dos direitos sociais, exigindo por isso uma especial responsabilidade do poder político na garantia do seu integral cumprimento e implementação.

São de valorizar medidas implementadas no SNS como a disponibilização de um vasto número de métodos contraceptivos de forma gratuita, a isenção de taxas moderadoras na consulta de planeamento familiar e que esta possa ser requerida por qualquer jovem em qualquer centro de saúde. No entanto, registam-se hoje debilidades no SNS que dificultam o acesso à mesma e levam a que a alternativa seja a despesa em consultas e métodos contraceptivos, com milhares de jovens sem médico de família atribuído e consequentemente sem um adequado acompanhamento da sua saúde sexual e reprodutiva.

Os ataques ao SNS traduzem-se também no fecho de maternidades.

A política de empobrecimento, agravamento da exploração, desregulação de horários e expansão da precariedade, aumento dos custos com a Educação, incluindo a pré-escolar, são elementos que contribuíram para que o país registe baixos níveis de natalidade, o que, além de ser um ataque à aspiração de muitos jovens a ter filhos, agravou o défice demográfico, com graves consequências para o futuro do país, nomeadamente ao nível da Segurança Social.

Com o avanço tecnológico e médico, a procriação medicamente assistida é uma solução para todas as mulheres que queiram constituir família. No entanto, registam-se dificuldades na resposta dos centros públicos de procriação medicamente assistida.

Foi através da luta do povo e dos trabalhadores que se alcançaram importantes avanços como a lei da IVG e a aprovação da legislação relativa à adopção por casais do mesmo sexo. Mas são, hoje, ainda muitos os passos que é preciso dar em questões de direitos sexuais e reprodutivos. O SNS não dá resposta aos pedidos de IVG e, não havendo uma rede pública, muitas são as mulheres empurradas para as unidades privadas, alimentando os seus lucros.



É urgente lutar pela real implementação da educação sexual nas escolas, reivindicação antiga dos estudantes, com meios e técnicos e profissionais de saúde com formação adequada. Por uma sexualidade informada, livre, plena e feliz, a JCP defende o cumprimento efectivo da lei da Educação Sexual em todas as escolas públicas e o acesso universal, gratuito e num prazo adequado às consultas de planeamento familiar, bem como a distribuição gratuita de todos os métodos contraceptivos e artigos de higiene menstrual nas unidades de cuidados de saúde primários, incluindo a contracepção de emergência.

2.12 Desporto e actividade física

O desporto é um factor essencial no desenvolvimento integral da juventude, mas também uma plataforma de promoção da saúde, de integração e de democratização da vida social. Assim, o desporto revela uma forte componente social e cultural para os jovens. Apesar deste papel, o desporto tem sido alvo de desinvestimento e desvalorização que tem vindo a corroer as suas bases. As dificuldades que afectam a juventude, como a precariedade, horários de trabalho desregulados e sobrecarga horária na escola, ou a falta de condições económicas, condicionam a concretização do direito ao desporto. Mantém-se a desresponsabilização do Estado em relação à Educação Física na escola pública, sobretudo no 1.º ciclo do Ensino Básico, com sérios prejuízos no desenvolvimento integral das crianças e dos estudantes, seja pelas condições deploráveis de inúmeras escolas e as lacunas da rede de infra-estruturas públicas que tende a estar concentrada no litoral e não fornece os equipamentos, os serviços e as estruturas necessárias, seja pela transferência de encargos para os municípios. Estes obstáculos impedem que a educação física possa ser perspectivada como um primeiro contacto dos alunos com a prática desportiva e como um primeiro passo para a consciencialização do desporto enquanto meio de desenvolvimento integral dos jovens, de inclusão e de valorização dos ideais democráticos.

A educação física escolar deve focar-se na socialização dos jovens através da prática desportiva. Com a crescente desumanização e virtualização das relações pessoais, é fundamental que se encare a educação física como uma disciplina socializante e didáctica e não como instrumento de mecanização do corpo.

Para além da falta de condições materiais em muitas escolas e equipamentos, o Desporto Escolar carece de meios que permitam uma maior oferta de modalidades nas escolas e de promoção e apoio que possibilite o envolvimento de mais estudantes o para que possa cumprir o seu papel.

O exercício físico é uma actividade promotora de saúde. Está no Estado o ónus da efectivação do direito ao desporto, constituindo parte da prestação de cuidados de saúde de prevenção.

A nível da prática desportiva, a sua mercantilização originou uma submissão do desporto a lógicas de rentabilidade e de eficiência e a um decréscimo do fomento da participação. Este decréscimo é perceptível no fraco incentivo ao desporto adaptado,



ao desporto feminino, ao desporto escolar e ao desporto nos locais de trabalho, no défice de apoios ao movimento associativo e desportivo de cariz popular, tal como medidas que permitam a prática desportiva regular, sem haver prejuízo para os atletas e para os clubes, e de combate à violência no desporto.

A nível do movimento associativo, a prática desportiva tem sido caracterizada por uma inserção significativa da juventude nestes movimentos, uma vez que acabam por ser o primeiro contacto com o desporto. Porém, a não valorização destas associações e a criação de entraves à sua formação e continuidade têm sido prejudiciais para a divulgação e para a existência de uma rede que permita a prática desportiva regular.

Assistimos também ao aproveitamento político de resultados no panorama internacional, sem haver esforços significativos para a elaboração de um programa de apoio ao desporto de alta competição e ao desporto olímpico.

2.13 Comportamentos aditivos, dependências e exclusão social

O consumo de droga e de álcool, os comportamentos aditivos e as dependências não podem ser desligados do contexto em que vivemos, do modo de produção e da exploração capitalista. A destruição das capacidades mentais do indivíduo, a desumanização e a alienação social provocadas pelo consumo, a dependência e os comportamentos aditivos, funcionam como um instrumento de controlo das massas por parte do sistema capitalista que visam obstaculizar e limitar a sua capacidade de organização e acção.

Embora os diferentes tipos de adição tenham impactos sociais semelhantes, estes não podem nem devem ser analisados como sendo uma e a mesma coisa, como possuindo a mesma raiz e o mesmo enraizamento na sociedade portuguesa. Do mesmo modo, identificando que, no essencial, a resposta aos problemas de adição passa pela eliminação dos factores que conduzem à exclusão social (o desemprego; os baixos salários; a instabilidade dos vínculos; a dificuldade de conciliar a vida profissional e familiar; a negação de direitos fundamentais) e pelo investimento nas funções sociais do Estado, a resposta no plano concreto e imediato aos diferentes tipos de dependência não pode nunca ser igual.

O consumo excessivo de álcool tem raízes socioculturais profundas no nosso país e as fragilidades humanas anteriormente identificadas acabam por ser terreno fértil para o consumo nocivo e dependente. O álcool afecta não só quem consome num padrão nocivo, mas também aqueles que, apesar de não consumirem regularmente, apresentam consumos esporádicos excessivos com consequências potencialmente graves, bem como um número incalculavelmente maior de pessoas que sofrem danos sociais, psicológicos e materiais, causados pelo consumo próprio ou de outros.



A droga, para além da função alienante e dominadora do indivíduo, constitui, para o sistema capitalista, um dos mais lucrativos negócios à escala mundial, que assenta na destruição e dependência de milhões de seres humanos.

A despenalização do consumo de droga e o entendimento do toxicodependente como um doente e não como um criminoso são o resultado da intervenção do PCP. Nenhum toxicodependente pode ser preso ou sujeito a outras sanções por consumir, mantendo a lei um sinal negativo relativamente ao consumo de droga.

Rejeitamos entendimentos conservadores sobre o toxicodependente e o combate à droga, bem como o aproveitamento demagógico feito pelo BE, pela JS e pela JSD, em torno da legalização das “drogas leves”. A estratégia do combate à droga não deve ser pautada por iniciativas pontuais ou assentes em falsas despenalizações de alguns tipos de droga, sendo que tal mais não tem servido do que para desviar as atenções da questão fulcral: o combate ao consumo. Rejeitamos igualmente o argumentário demagógico, e que visa apenas servir interesses económicos de determinados segmentos do grande capital, relativamente à existência de drogas ditas “leves”, quando o que está realmente em causa não é a substância em si mas a relação que o indivíduo estabelece com ela, ou relativamente a equiparações não sustentadas entre o consumo de álcool ou tabaco e o consumo de drogas, ignorando raízes históricas, socioculturais, efeitos físicos e psicológicos e diferentes estratégias de combate ao seu consumo no nosso país.

Assistimos também à proliferação de outro tipo de comportamentos aditivos, como o jogo ou as apostas desportivas, sendo que a facilidade no acesso aos mesmos através da internet, a propaganda feita pelos órgãos de comunicação social tem contribuído para a sua massificação. Os promotores deste tipo de jogos estão muitas vezes directamente ligados aos principais centros de poder do grande capital e beneficiam de uma postura completamente complacente da parte do governo, sendo que, por exemplo, os casinos não têm qualquer forma de controlo em relação à sua entrada online, tal como os sites de apostas desportivas.

Para além destes comportamentos aditivos, destaca-se o crescimento nas últimas décadas do consumo de videojogos. A prática de comportamentos aditivos associada a videojogos contribui em grande medida para o afastamento da realidade da massa mais jovem da população, promovendo, por sua vez, falsas esperanças quanto ao futuro profissional de muitos jovens.

A luta contra a droga, o álcool, os comportamentos aditivos e as dependências deve ser garantida totalmente por serviços públicos e a legislação e consequentes orientações estratégicas existentes actualmente devem ser aplicadas de forma determinada (ao invés do que tem sucedido por parte do governo).

O combate à droga, ao álcool, aos comportamentos aditivos e às dependências passa, como referido anteriormente, pela eliminação de factores que possam conduzir à exclusão social, no quadro de uma política alternativa que garanta a todos o direito ao trabalho, valorize salários e rendimentos e assegure a todos direitos fundamentais, e



pelo reforço do papel do Estado e das suas funções sociais no quadro da prevenção e dissuasão, do tratamento e da reinserção social. O último governo PSD/CDS promoveu a extinção do Instituto da Droga e Toxicoddependência (IDT) e a criação do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), desmantelando a estratégia nacional de resposta às dependências, abandonando e marginalizando os que dela necessitam. Por tudo isto, defendemos a reversão da extinção do IDT, com mais investimento, o alargamento da rede pública de prevenção e tratamento da toxicoddependência e a reestruturação dos serviços de alcoologia.

Por outro lado, mais do que um fenómeno que suscita uma reacção repressiva e estigmatizadora, em linha com os objectivos do capital, a criminalidade juvenil deve ser entendida como um sintoma do capitalismo e das políticas de direita, que antes exige o investimento em políticas sociais, de habitação e educação, e medidas de prevenção, acompanhamento, reinserção e reabilitação.

2.14 Assimetrias regionais

O despovoamento e desertificação das regiões do interior do País continua a ser uma realidade vincada, com milhares de jovens a deixar as suas localidades de origem para o litoral do país, onde se verifica uma forte e díspar centralização da economia, ou para as capitais de distrito, onde se concentram os serviços públicos.

A falta de investimento e as debilidades do aparelho produtivo têm vindo a piorar a vida da juventude e das populações no interior, agravando o acesso ao trabalho, educação, saúde, mobilidade, habitação entre outros serviços. É necessário um investimento e plano efectivo que realmente dê resposta ao desenvolvimento de uma vida plena para estas populações e estes territórios.

A extinção de freguesias levada a cabo pelo governo PSD/CDS agravou o afastamento das populações dos serviços públicos e dos centros decisórios assim como a participação democrática nas freguesias. Esta medida aprofundou a escassez de recursos financeiros e humanos capaz de responder às necessidades das populações. O PS não se compromete na reposição de freguesias, ao contrário do PCP que se debateu pela sua reposição desde que a medida foi imposta.

As regiões autónomas dos Açores e da Madeira continuam a carecer de respostas adequadas às especificidades regionais e às dificuldades resultantes da insularidade, que a juventude sente com especial gravidade. Observa-se um grande desinvestimento por parte do Estado central agravado pelas políticas dos sucessivos governos regionais. Resultam em elevados níveis de desemprego, degradação das condições da Escola Pública, em dificuldades acrescidas no acesso à saúde, cultura e desporto, factores que frequentemente forçam a juventude insular a migrar para o continente. Os estudantes deslocados continuam a carecer de respostas que garantam condições de igualdade, ao passo que se mantém a insuficiência de apoios às deslocações entre ilhas ou do continente para as ilhas. Os elevados preços dos bilhetes de avião, a liberalização do



tráfego aéreo e a ausência de uma política que garanta a mobilidade e o princípio da continuidade territorial são factores que tornam incomportáveis as deslocações.

A regionalização, a criação de melhores condições para a capacidade de actuação do Poder Local Democrático, a reabertura de serviços públicos e o investimento no sector produtivo são essenciais para garantir uma política de promoção do desenvolvimento regional e de combate às assimetrias regionais. Não deve ser confundida com medidas defendidas pelos governos responsáveis pelas políticas de direita, que têm resultado na desresponsabilização do governo face a serviços públicos e na transferência de encargos da administração central para a administração local, persistindo ou agravando problemas. Neste quadro, a proposta do PCP para a regionalização assume-se como elemento fundamental para o desenvolvimento territorial.

2.15 Transportes e Mobilidade

O direito à mobilidade é essencial a todos e cabe ao Estado assegurar uma rede de transportes públicos de cobertura nacional, equilibrada, regular, de qualidade e acessível a todos, caminhando para a sua gratuitidade.

A política de transportes continua marcada pela sobreposição dos interesses dos grupos económicos do sector às necessidades das populações. Frequentemente são abandonadas rotas justificando que não rendem o esperado, atacando a mobilidade dos jovens das zonas menos povoadas. Nas cidades, suprimem-se carreiras e reduzem-se horários criando obstáculos à mobilidade. Contudo, é de valorizar a redução significativa dos preços do passe social e o seu alargamento, por constituírem vitórias de grande alcance no que diz respeito ao direito à mobilidade.

Nos transportes ferroviários, continuam as políticas de falta de investimento e o abandono de estações, a degradação e insuficiência do material circulante e a falta de ligação e electrificação das linhas. Em 2021, o governo do PS apresentou o Plano Ferroviário Nacional que continua aquém das necessidades do País e amarrado aos ditames da EU, ficando claro na opção política de continuar a não produzir material circulante ferroviário em Portugal. O País e a juventude necessitam que se mobilizem os meios necessários para a produção de material circulante e para a electrificação e modernização das linhas, assegurando mais ligações rápidas e directas dentro do País assegurando respostas para as necessidades das populações e para o garante da coesão territorial.

A sobrelotação dos transportes públicos, é uma das maiores consequências das políticas de desinvestimento, situação que a JCP e o PCP já têm vindo a alertar há muitos anos e que com a Covid-19 fica particularmente exposta.

No transporte rodoviário, há vários problemas alarmantes como a degradação das estradas, os preços elevados de combustíveis e portagens. Continua a não haver uma resposta pública de escolas de condução, que torna incomportável para muitos, particularmente jovens, tirar a carta de condução pelos seus preços proibitivos, esta



situação é uma agravante principalmente em áreas com maiores carências de transportes.

2.16 Defesa Nacional

A CRP estabelece que Portugal se deve pautar pela resolução pacífica dos conflitos e pela dissolução dos blocos político-militares, em perfeita oposição à política de sucessivos governos.

A orientação política seguida ditou o crescente envolvimento em missões e estruturas supranacionais, a par da subordinação aos interesses dos EUA, da NATO e ao projecto militarista da UE, de que é exemplo a integração com a Cooperação Estruturada Permanente. Assim, todo o investimento é canalizado para a aquisição de equipamento militar destinado a operações da NATO e da UE, em detrimento das necessidades nacionais.

As Forças Armadas e os militares confrontam-se com a degradação das suas condições de trabalho, das suas carreiras e vencimentos, a par de um grande desinvestimento em material militar e em todo o sector público das indústrias de defesa.

O fim do Serviço Militar Obrigatório há 20 anos revelou-se um passo determinante para a total profissionalização das Forças Armadas (FFAA). Fez parte de uma estratégia do capital de instrumentalização do justificado descontentamento com o modo como o SMO se praticava, tendo em vista objectivos de grande alcance: o afastamento de amplas camadas jovens e populares da participação na vida das FFAA e da defesa nacional; o avanço em profundas alterações na natureza, doutrina e base organizativa das FFAA; e a alteração do conceito estratégico de defesa nacional, afirmando e reforçando uma vez mais os objectivos e interesses da NATO e do imperialismo, reforçando o seu carácter hegemónico e belicista, submetendo os países aos objectivos do grande capital, pondo em causa a sua soberania.

Manteve-se o recenseamento militar obrigatório e foi instituído o chamado “Dia da Defesa Nacional”, entretanto interrompido e depois retomado, utilizado para valorizar a NATO e o militarismo.

A JCP defende a democratização do acesso às Forças Armadas e um serviço militar inclusivo, prestado em condições dignas para que este seja útil, criativo, respeitando e valorizando as aptidões e vocações dos jovens que nele participam. Se só com uma efectiva participação popular nas FFAA se garante o seu carácter democrático na defesa dos direitos do povo, então este deverá ser encarado enquanto dever, mas, acima de tudo, como um direito inalienável de participar activamente na defesa e soberania nacionais.

Para a JCP, a defesa nacional deve orientar-se para a preservação da liberdade, da democracia, da independência e da soberania do país, sendo a participação do povo a verdadeira garantia de umas FFAA ao serviço da defesa da paz, da vontade popular e da amizade entre os povos.



2.17 Emigração

Nos últimos anos registam-se avanços para a vida dos trabalhadores, mas claramente insuficientes não assegurando as condições de vida plena, continuando muitos jovens a ser forçados a emigrar. Muitos procuram soluções no estrangeiro para encontrar melhores salários e estabilidade. A emigração de milhares de jovens tem consequências demográficas graves, como o envelhecimento populacional, más condições económicas e sociais. Ao longo destes 4 anos continuamos a registar uma série de direitos cortados a estes jovens emigrados resultado do encerramento de consulados em diversos países com grande presença de emigrantes portugueses, criando constrangimentos ao exercício da participação em actos eleitorais. As comunidades portuguesas noutros países não podem ser esquecidas pelo governo.

São necessárias políticas que, por um lado, fixem a juventude no seu país, garantindo condições para a sua realização pessoal e profissional e, por outro, que ajudem os emigrantes a manter ligações com o país, criando soluções para que, se for essa a sua vontade, possam regressar.

2.18 Ofensiva Ideológica

As classes dominantes recorrem a uma brutal ofensiva ideológica com o objectivo de agravar a exploração e dominação. Dispõem de ferramentas de dominação ideológica e difusão de ideias como os meios de comunicação social, estruturas de comunicação electrónicas, redes sociais e a instrumentalização da produção cultural e científica. Promovem-se valores assentes no individualismo e conformismo, normaliza-se a guerra e a violência, instiga-se o medo, ao passo que se procura dividir a juventude, tendo como objectivo ocultar a natureza exploradora, opressora, agressiva e predadora do capitalismo. Tem uma abrangência mundial a partir da rede de multinacionais da comunicação, cuja propriedade está cada vez mais concentrada e centralizada em grandes oligopólios da “informação”.

A juventude é alvo preferencial desta ofensiva que começa muito cedo, procurando o sistema capitalista induzir concepções e valores que sustentem a sua perpetuação. Os sistemas educativos assumem um papel determinante para este objectivo, servindo de instrumentos de formatação ideológica. É aqui que encontramos inúmeros exemplos da procura de reescrever a história, da promoção do anticomunismo e do branqueamento do fascismo em Portugal, com os manuais escolares a desempenhar um papel fundamental. A promoção do individualismo e da competição individual ganha expressão com a elitização da educação, um sistema de avaliação assente em momentos pontuais como os Exames Nacionais, os “rankings de escolas” e o sistema de vagas no Ensino Superior assente no *numerus clausus*.

A ofensiva e tentativa de imposição de determinados valores à juventude está presente em elementos como conteúdos televisivos, livros, videojogos ou publicidade.



As redes sociais informáticas, dominadas pelo grande capital e com acção à escala mundial, servem como centro difusor de ideias, onde estão presentes a manipulação, a desinformação premeditada e a censura. Concorrem também para o objectivo de desestruturação de relações interpessoais da organização colectiva.

Nas empresas e locais de trabalho, são visíveis estratégias para diminuir a consciência de classe dos trabalhadores. A tentativa da substituição do termo “trabalhador” por “colaborador” procura ocultar que trabalhadores e patronato têm interesses antagónicos, promovendo discursos que apontam a luta de classes como anacrónica. Assistimos ainda a tentativas de desestruturação e menorização do papel do movimento sindical unitário. A precariedade no trabalho, com grande expressão na juventude, é afirmada como positiva ou normal, proliferando ideias de que aquilo que na prática corresponde à instabilidade laboral e ausência de direitos poderá ser benéfico para os trabalhadores. A proliferação do teletrabalho conduz à desestruturação de relações entre os trabalhadores, com consequências na sua capacidade de organização. O surgimento de plataformas digitais, pelo seu modelo de organização, potenciou o aprofundamento da exploração dos trabalhadores com implicações na batalha ideológica, procurando transmitir a ideia de que “não têm patrão”.

Na reescrita da História, procura-se apagar as grandes lutas da Humanidade pela sua emancipação, declarando o sistema capitalista como inevitável, ao passo que se justifica a exploração. Assistimos à sistemática tentativa de criminalização do papel dos comunistas ao mesmo tempo que se branqueia o fascismo, como foi visível no momento do 75º Aniversário da Vitória sobre o Nazi-Fascismo.

A tentativa de ocultação do papel transformador da luta organizada tem o objectivo de a desagregar e substituir disponibilidade para a mesma e descontentamento por conformismo.

Assim, escondem-se inúmeras acções de luta travadas pela juventude, bem como vitórias alcançadas, enquanto se propaga a ideia de que a juventude é uma camada inerte e amorfa. Atacam-se os direitos e liberdades da juventude, enquanto se apregoa a importância da participação política da juventude. Assistimos, inclusive, a tentativas de criminalização da luta, com objectivos de ataque a valores democráticos, com maior expressão na campanha que envolveu em 2020 as comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, a Festa do Avante! e o XXI Congresso do PCP.

Assistimos a uma campanha anti-comunista que se intensificou, assente na difusão da mentira, calúnia e deturpação em articulação com o silenciamento da actividade do PCP e da JCP. Esta ofensiva assenta na distorção do seu projecto, dimensão, influência e funcionamento democrático, na promoção do ódio, na exacerbação de preconceitos anti-comunistas.

Promove-se a ideia de que “os partidos são todos iguais”, colocando no mesmo patamar os partidos responsáveis por décadas de políticas de direita e por actos de corrupção e o PCP, que os combate, tentando justificar a impossibilidade de alternativa política, promovendo a teoria das “inevitabilidades”, da desistência e atitudes de afastamento e



rejeição da participação cívica e política. Esconde-se a promiscuidade entre poder político e poder económico, procurando banalizar a corrupção.

Estimulam-se concepções abertamente reaccionárias, racistas e xenófobas, profundamente retrógradas e obscurantistas, a partir de discursos “apolíticos” ou “contra o sistema”, instrumentalizando descontentamentos para facilitar a imposição do retrocesso e os ataques a direitos.

O sistema cria várias válvulas de escape para garantir a sua perpetuação. Continuamos a assistir ao aparecimento de movimentos ditos inorgânicos, que surgem em função da conjuntura ou oportunidade mediática. Quando deixam de interessar ao grande capital, deixam de ter visibilidade e perdem adesão. Em muitas situações revelam-se manipuláveis, sendo absorvidos pelo sistema, remetendo para segundo plano as origens sistémicas e de classe que originam os problemas que afirmam combater.

A dimensão da ofensiva ideológica demonstra que o sistema capitalista está ciente do papel dos comunistas e do poder transformador da luta dos trabalhadores e da juventude, e por isso recorre a todas estas formas de ataque e dominação. Com a acção da JCP, com desenvolvimento da luta e com a consciencialização e envolvimento dos trabalhadores, do povo e da juventude, damos passos no sentido de contrariar a ofensiva ideológica.

2.19 A alternativa

A juventude precisa de respostas a problemas estruturais que afectam o país. Os avanços alcançados no período da nova fase da vida política nacional não apagam a necessidade de ir mais longe, de respostas de fundo que rompam com a política de direita e com a submissão ao grande capital e à UE.

A realidade continua a demonstrar que a mobilização da juventude em torno das suas justas aspirações é determinante para a alcançar conquistas. A luta pela afirmação de uma política alternativa, patriótica e de esquerda, afirma-se essencial. À JCP, organização revolucionária da juventude, cabe organizar a resistência aos ataques a direitos da juventude e lutar por novos avanços. Afirmamos como medidas urgentes para o desenvolvimento nacional:

- Recusar os constrangimentos externos e internos a nível político, económico e financeiro;
- Renegociar a dívida pública nos seus juros prazos e montantes de modo a recusar a política de saque para com os trabalhadores e o povo;
- Nacionalizar os sectores estratégicos de modo a garantir os serviços públicos e as funções sociais do Estado;
- Apostar na produção nacional em todos os sectores, de modo a ter a matéria e a transformação desta, fugindo à dependência de terceiros e da sazonalidade da prestação de serviços terciários;



- Taxar as grandes fortunas e os grandes grupos económicos;
- Cumprir a Constituição da República Portuguesa e impedir tentativas de ataque e revisões que a desvirtuem;
- Garantir uma Educação Pública, Gratuita, Democrática e de Qualidade sem barreiras económicas ou sociais em todos os graus de ensino;
- Reverter os mega-agrupamentos e garantir a revisão dos rácios e a contratação de mais trabalhadores docentes e não-docentes para a escola pública e reverter as privatizações dos serviços escolares;
- Reforçar a ASE de modo a suprir as condicionantes socioeconómicas e promover o sucesso escolar;
- Defender e valorizar o Ensino Profissional de modo a evitar a triagem social canalizada para este tipo de Ensino e a formação de mão-de-obra barata para o mercado de trabalho;
- Combater o desemprego, aumentando o investimento público, atendendo às necessidades dos trabalhadores de modo a valorizá-los;
- Valorizar os salários com o seu aumento geral e proceder ao aumento do Salário Mínimo Nacional para os 850€, de modo a dar dignidade de vida aos trabalhadores e estimular a economia;
- Erradicar a precariedade, garantindo o trabalho com direitos e que a um posto de trabalho permanente corresponda um vínculo de trabalho efectivo;
- Efectivar e defender a contratação colectiva, revogando a sua caducidade e repondo o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador;
- Garantir um SNS público, gratuito e de qualidade que seja eficaz e vá ao encontro das necessidades do povo, rejeitando tentativas de privatização e da sua desvalorização;
- Combater todas as formas de discriminação, violência e injustiça social;
- Efectivar o direito da mulher à igualdade na vida, no trabalho e na escola;
- Garantir o direito à habitação para os jovens, com dignidade e a custo acessível, intervindo na promoção pública da edificação e reabilitação do edificado e na promoção do arrendamento;
- Desenvolver uma política cultural e desportiva que garanta os necessários meios ao movimento juvenil para concretizar o direito dos jovens à participação desportiva e à fruição e produção cultural;
- Garantir o acesso à mobilidade em todo o território nacional suprimindo as lacunas que existem, assegurando a gratuidade dos transportes públicos;



- Combater as assimetrias regionais, alterando a disposição da concentração populacional, criando emprego e revitalizando serviços públicos;
- Seguir uma política ambiental que preserve os ecossistemas, mitigue as alterações climáticas e concretize o direito a um ambiente sadio - algo que apenas o controlo público pode garantir;
- Salvar os apoios necessários aos emigrantes e jovens luso-descendentes;
- Acabar com os impedimentos de diversa natureza à actividade associativa e política, promovendo a participação juvenil através de todas as expressões;
- Lutar pela dissolução da NATO e pela paz.

A JCP e o PCP apresentam assim uma alternativa clara ao rumo que vêm sendo marcado pelas opções da política de direita.

A JCP, parte integrante do movimento juvenil português, afirma a sua visão, com a urgência de organizar a juventude para alcançar conquistas, unindo as mil lutas que travamos diariamente com o caminho de Abril no horizonte.



3. Caracterização e Luta da Juventude

3.1 Movimento Juvenil

A juventude tem características próprias e uma composição heterogénea e em constante mutação, com criatividade, alegria e confiança, incorpora valores de solidariedade, entrega, capacidade de organização e participação. A juventude organiza-se e luta em torno dos seus direitos e interesses, pela concretização dos seus sonhos e aspirações. Ciente do potencial revolucionário da juventude, o capital não olha a meios para tentar a refrear e desviar da sua luta conseqüente e organizada, seja pelo fomento de falsas soluções, pelo apelo ao conformismo, pelo desvirtuar dos seus sentimentos ou pela instrumentalização do movimento juvenil.

É através da sua força e capacidade de organização e luta conseqüente que a juventude luta contra a política de direita, alcança novos e importantes direitos e faz recuar vários ataques a conquistas históricas do povo português. Nos últimos quatro anos a juventude dinamizou inúmeras e diversificadas lutas pela resolução dos seus problemas concretos nas escolas e locais de trabalho, marcando também presença na linha da frente em numerosas lutas de outras camadas e sectores. Desta forma, a juventude assumiu um importante papel na luta pela reposição e conquista de direitos que nos últimos quatro anos o nosso povo alcançou.

Nos últimos quatro anos, milhares de estudantes organizaram-se e lutaram nas suas escolas e nas ruas, reivindicando e defendendo a Escola de Abril – pública, gratuita, de qualidade e democrática. Pelo direito a estudar e a ser jovem, contra a sobrecarga-horária; pela gratuidade dos manuais escolares, contra os elevados custos de frequência; por mais e melhor Acção Social Escolar; por mais condições materiais e humanas nas escolas, por mais investimento público; contra a desresponsabilização do Estado e os vários caminhos encetados de privatização da Educação; pela democracia nas escolas, exigindo a participação dos estudantes na gestão das escolas e a autonomia do Movimento Associativo Estudantil.

Nas empresas e locais de trabalho e nas ruas, os jovens trabalhadores lutaram pelo direito ao trabalho com direitos, contra a exploração, pela estabilidade e contra a precariedade no trabalho, pelo aumento salarial, contra a desregulação dos horários. Destaca-se o papel da juventude no movimento sindical unitário de classe e nas várias acções de luta organizadas pela CGTP-IN, destacando-se as manifestações e acções reivindicativas, onde a Interjovem/CGTP-IN teve um papel fundamental.

Desde o último Congresso, as comemorações e manifestações do 1º de Maio e do 25 de Abril contaram com a participação de milhares de jovens portugueses, entre os quais muitos jovens trabalhadores. É de destacar, pelo elevado grau de ofensiva que enfrentaram, a participação de centenas de jovens seja nas comemorações do 25 de Abril, seja nas comemorações do 1º de Maio de 2020, convocado pela CGTP-IN,



mostrando a coragem e a vontade da juventude em se organizar e lutar pela melhoria das suas condições de vida, pelos seus direitos, liberdades e garantias.

O movimento juvenil é composto por várias expressões e formas de organização da juventude. Reflexo da sua capacidade, entrega e criatividade é o desenvolvimento de associações juvenis, que crescem a partir da necessidade de os jovens se organizarem, participarem e intervirem em torno de diferentes interesses, gostos e vontades. Por todo o país, a juventude organiza-se também em associações, colectividades ou em grupos informais, onde desenvolvem iniciativas em torno das mais diversas áreas da cultura, do desporto e de lazer, entre muitas outras, num património rico intimamente ligado à realidade do nosso país e ao Portugal de Abril.

A participação juvenil é variada e assume, por vezes, formas contraditórias. A larga presença de jovens em iniciativas assistencialistas e em programas de voluntariado, em diversas acções em defesa dos animais, em torno das questões do ambiente, é expressão da generosidade e disponibilidade da juventude para intervir, ainda que, não se traduza em avanços na consagração dos seus direitos e anseios.

O movimento juvenil português tem encontrado diversas formas de se organizar e lutar para dar resposta às suas aspirações e interesses, organizando-se nos meios onde actua, constituindo um amplo universo de realidades que importa conhecer, influenciar e organizar de forma a garantir formas de luta e intervenção consequentes e transformadoras.

3.1.1 Movimento estudantil no ensino básico e secundário

O movimento estudantil no Ensino Básico e Secundário assume as mais diversas formas e ocupa um espaço significativo nas escolas. O desporto escolar, as rádios, os jornais, os grupos informais, as comissões de festas e finalistas, listas e associações de estudantes são algumas das formas usadas pelos jovens, para se organizarem em torno dos seus interesses. Estas actividades são de tal forma relevantes no percurso dos estudantes, na formação do espírito de interesse, participação e discussão, que acabam por se tornar numa forma de resistir às limitações à participação e às opções políticas que visam desmobilizar os estudantes.

Muitas destas expressões viram-se diminuídas, devido aos obstáculos colocados à participação dos estudantes, desde logo, as dificuldades socioeconómicas, bem como a degradação da qualidade e condições de ensino, o cultivo do medo, a repressão e a ofensiva ideológica, dentro e fora das escolas e a retirada de tempo livre.

As dificuldades socioeconómicas estão à cabeça destes obstáculos, desde logo, devido aos baixos rendimentos das famílias portuguesas, que obrigam muitos jovens estudantes a procurar emprego para fazer face às despesas do ensino e aos encargos do agregado familiar.

Semeia-se o medo, a repressão e a ofensiva ideológica, procurando paralisar os estudantes. São inúmeras as formas nas quais se traduzem os principais entraves à



organização e participação dos estudantes a proibição de RGA e de afixação e distribuição de propaganda política, o impedimento de acções de luta e intimidação por parte de directores e por forças de segurança instrumentalizadas. Toda esta acção é concertada em torno do Estatuto do Aluno e dos regulamentos das escolas que, ao invés de servirem e defenderem os estudantes e as suas liberdades democráticas, funcionam como um código penal profundamente antidemocrático.

Acrescenta-se a desvirtuação do papel das AAEE, afastando-as do seu objectivo primordial de discutir os problemas das escolas e reivindicar melhores condições, procurando travar luta organizada dos estudantes, e promover o seu afastamento da vida democrática e da gestão das escolas.

Toda esta ofensiva materializa-se na ingerência de direcções das escolas quer nos processos eleitorais, quer no próprio funcionamento das Associações de Estudantes, apoiadas em regulamentos internos antidemocráticos e muitas das vezes anticonstitucionais. Terminando muitas vezes por limitar a livre participação e organização dos estudantes, por estes serem confrontados com processos disciplinares, como resposta à sua resistência.

Outras formas de limitar os estudantes e desvalorizar o papel do movimento associativo na representação dos estudantes são as tentativas de o substituir pelos delegados e subdelegados de turma, fazendo acompanhar esta tendência por uma cada vez menor representação dos estudantes do Conselho Geral.

Não obstante todas as tentativas de limitação de direitos, instrumentalização e descaracterização, não está decretado o fim do movimento estudantil no ensino básico e secundário, antes pelo contrário, isso significa que há necessidade de intensificar a luta organizada, em unidade, por objectivos justos e concretos. Defender as suas características, a autonomia dos processos eleitorais e do seu funcionamento ligado aos estudantes, com intervenção política e reivindicativa, é uma batalha prioritária na defesa dos direitos dos estudantes, da participação democrática e da escola de Abril.

Apesar da acutilante ofensiva ideológica e do ataque aos direitos, a resistência e luta dos estudantes desde o último congresso manteve-se e, em alguns casos, intensificou-se, sendo de valorizar a multiplicação das acções em muitas escolas, onde os estudantes assumem de forma corajosa a luta a partir e junto à sua própria escola, sendo mais significativas pelo quadro em que se desenvolvem. Foram centenas de acções, pela melhoria das condições materiais e humanas, pelo fim dos exames, pela valorização da avaliação contínua, pela defesa da escola pública, gratuita, democrática e de qualidade.

São de salientar as acções convergentes, designadamente as acções que assinalam o 24 de Março, Dia Nacional do Estudante, que uniram milhares de estudantes ao longo dos anos de norte a sul do país.



A epidemia da Covid-19 e os sucessivos estados de emergência declarados serviram como motor para aprofundar ainda mais a falta de democracia nas escolas, servido de desculpa para ainda mais proibições.

Para que a força do movimento estudantil possa aumentar é imperativo que cresça, entre os estudantes, o conhecimento dos seus direitos. De facto, só conscientes daquela que é a escola de Abril, veiculada na Constituição, os estudantes serão capazes de, ao olhar para as suas escolas, reconhecer os seus problemas como um ataque aos seus direitos. Só conscientes das suas liberdades e direitos democráticos os estudantes, seguros e confiantes, engrossam o caudal da luta, as suas vitórias e a sua unidade contribuindo mais para a construção de uma alternativa.

3.1.2 Movimento Estudantil do Ensino Superior

O Movimento Estudantil do Ensino Superior é uma importante força do movimento juvenil com uma forte expressão de massas, apesar das imensas barreiras que impedem o acesso e a frequência dos jovens no Ensino Superior.

Compreender o movimento estudantil não se resume à caracterização das Associações de Estudantes. A realidade do movimento estudantil é de uma grande diversidade, onde os estudantes se envolvem em diversas formas de participação e associação no mundo académico. Esta realidade assume particular importância pois representa uma forma de resistência às barreiras económicas e valores que têm também enraizamento nas e a partir das Instituições de Ensino Superior (IES), potenciando a autonomia de organização, a fruição e criação cultural, a aprendizagem do trabalho colectivo, e valorizando a criação de condições por parte dos próprios estudantes para a participação política e para a formação integral do indivíduo. Formas de organização que em torno dos interesses dos estudantes assumem características formais e informais podendo possuir uma orientação cultural, informativa, desportiva, recreativa, entre outras.

Entre os entraves à participação dos estudantes na vida académica destacam-se os de raiz socioeconómica, que por um lado limitam o tempo disponível para o envolvimento na vida escolar e académica, pelo facto dos estudantes se verem obrigados a trabalhar para fazer face aos elevados custos de frequência no Ensino Superior, como também a cobrança de quotas que vedam o acesso aos direitos democráticos. A par disto, o Processo de Bolonha implicou um aumento da carga horária, ajudou a generalizar um regime de faltas rígido e ainda um grande aumento do tempo para estudo e trabalho escolar.

A ofensiva ideológica a que os estudantes estão sujeitos com iniciativas de promoção do empreendedorismo como solução para os problemas do desemprego juvenil e, ainda, iniciativas assistencialistas em torno de campanhas de caridade, sendo promovidas pela política de direita, são hoje usadas como objectivo de organização de alguns estudantes. O objectivo desta linha ideológica, além de escamotear as causas



dos problemas e promover os interesses do capital, é de atrasar ou limitar a tomada de consciência política e social dos estudantes.

A resistência e luta estudantil parte de objectivos que se materializam num conjunto diverso de acções que têm significado a tomada de posição dos estudantes face às dificuldades que enfrentam no acesso e frequência no Ensino Superior. A perseverança e unidade estudantil, foram e são forças determinantes no alcance de grandes conquistas, o que é atestado pela realidade histórica e actual das lutas estudantis. São de grande expressão não só as lutas concretas como também as manifestações e concentrações mais gerais que, sendo ou não iniciativa do movimento associativo, tomam lugar de norte a sul do país. Estes momentos de luta multiplicam-se em numerosas acções que, a partir de turmas, cursos, núcleos, passando por reuniões informais de grupos de estudantes e por Reuniões ou Assembleias Gerais de Alunos, foram ao encontro das reivindicações dos estudantes pelos seus direitos e à procura de resolução dos seus problemas.

Desde o último Congresso, as acções, partindo muitas vezes de problemas concretos, convergiram, no essencial, na luta por melhores condições materiais; por um reforço no financiamento do Ensino Superior e da Acção Social Escolar; contra as fundações públicas de direito privado e fusões; por um alojamento estudantil público que responda às necessidades; pelo fim da propina; por um ensino público, gratuito, democrático e de qualidade. Neste quadro, têm particular significado as acções que assinalam o 24 de Março, Dia do Estudante – marco da luta histórica dos estudantes.

Foi precisamente através da luta que foi possível avançar. Ao longo dos últimos anos foi reduzido o custo das propinas, rejeitada a passagem da Universidade de Coimbra para um regime fundacional, aprovado um plano de construção de residências, aumentado o complemento de alojamento e aprovada a entrega de teses e dissertações em formato digital.

Estas importantes conquistas significam que o trabalho tem sido desenvolvido no sentido da elevação da consciência política e social dos estudantes que deve continuar através da discussão política e de agitação nas escolas, buscando formas de luta que, com criatividade e de acordo com o sentimento dos estudantes, dêem resposta às suas situações, permitindo que todos tenham instrumentos para se mobilizarem e defenderem o Ensino Superior a que têm direito.

3.1.3 Movimento estudantil do Ensino Profissional

O movimento estudantil no ensino profissional tem características muito particulares. Desde logo, pelo facto de não existir uma rede pública de escolas profissionais, o que leva à existência de profundas diferenças a nível geográfico, e mesmo de funcionamento e qualidade deste tipo de ensino, o que coloca grandes obstáculos ao conhecimento amplo da situação. Criam-se vários entraves à organização destes estudantes, desde logo, pelo facto de a esmagadora maioria das escolas profissionais



não ter AAEE, o que dificulta a sua organização a nível cultural, desportivo, recreativo ou político.

Os factores que levam às dificuldades de organização dos estudantes nas suas mais variadas formas não estão ligadas a nenhum desinteresse “natural” dos estudantes, mas sim às duras condições de vida e estudo, e ao interesse político e económico em evitar a sua organização que acaba por se materializar, desde logo, na proibição ou ingerência de direcções das escolas nos processos de criação de Associações de Estudantes. Por outro lado, a realização de reuniões gerais de alunos ou a participação dos estudantes nos órgãos de gestão da escola, são processos ainda mais complexos e difíceis de realizar.

Os estudantes do ensino profissional não são, como quaisquer outros, imunes à poderosa ofensiva ideológica, profundamente enraizada no actual sistema educativo. Concretamente nesta via de ensino, está impresso um grande incentivo ao isolamento dos jovens, inserido numa lógica de cada um por si. Bem como uma grande promoção da competição entre colegas, em detrimento da solidariedade e entreajuda, por exemplo no que se refere aos estágios, ou seja, os estudantes são desde muito cedo levados a acreditar que as oportunidades de melhoramento das suas vidas serão encontradas através da submissão ao patrão que, neste caso, é também a pessoa que atribui uma nota relativamente à sua prestação no respectivo estágio.

A carga horária revela-se excessiva, quando confrontada com a necessidade que todos têm de tempo para a sua vida pessoal, fruição cultural, desportiva, entre outras. Assim como se revela um entrave à possibilidade de discussão colectiva dos problemas de cada escola e à organização para o combate dos mesmos.

O sistema de ensino e avaliação, baseado na aprendizagem por módulos, a par de um regime punitivo de faltas, acaba igualmente por ser ele mesmo um obstáculo à participação.

O regime de faltas define que uma ausência, mesmo que justificada, tenha de ser repostada, implica o não pagamento de subsídio nesse dia e pode levar à reprovação no módulo, entrando também em confronto com a lei do movimento associativo, mais concretamente com o direito dos estudantes a usufruir de faltas justificadas para a realização de RGA, o que por si, é um forte factor de limitação à participação dos estudantes do ensino profissional em discussões sobre os seus problemas.

A necessidade de pagamento de propinas e outros custos em materiais constituem mais uma limitação à participação já que pode implicar a necessidade de trabalhar, para os suportar.

Assim sendo, os estudantes do ensino profissional manifestam-se muitas vezes injustiçados, explorados e mesmo com um sentimento de impotência. Estes sentimentos são, não só uma consequência da política de direita, como um objectivo que procura a desmobilização e resignação face à sua condição.



3.1.4 Caracterização do Movimento Associativo Estudantil no Ensino Básico, Secundário e Superior

O Movimento Associativo Estudantil (MAE), nas suas diversas formas, é uma importante ferramenta de organização dos estudantes em torno dos seus gostos, interesses, direitos e aspirações. As Associações de Estudantes (AAEE) assumem aqui um papel de relevo na representação, organização e mobilização dos estudantes. As dificuldades económicas, as tentativas de silenciamento do Movimento Juvenil, o ataque à Escola Pública e a ofensiva ideológica constituem, actualmente, as principais barreiras à participação dos estudantes no MAE.

Não é de agora que, no Ensino Básico e Secundário, se registam fortes tentativas de desvirtuação do papel reivindicativo das AAEE, relegadas a meras comissões de finalistas, reflectindo, simultaneamente, as opções da política de direita e os interesses privados em lucrar com os estudantes. A participação de empresas privadas nas campanhas conduz ao privilegiar da promoção de viagens e bailes de finalistas em detrimento da representação dos estudantes, que deveria ser o seu papel essencial.

É de referir, também, a ingerência das direcções das escolas no funcionamento das AAEE, realidade presente desde os processos eleitorais. Para além de condicionados em tempo e formato, os estudantes vêem, a partir de normas e ilegítimas dos Estatuto do Aluno e regulamentos que lhe sucedem, limitada a sua participação quando confrontados com processos disciplinares, alguns desencadeados pela resistência a estas ingerências. Apoiando-se no Estado de Emergência e no pretexto do combate ao vírus, muitas direcções proibiram o funcionamento de actividades de várias AAEE, com graves consequências para o movimento associativo do Ensino Secundário.

Assim, e com vista a combater a repressão e o medo incutido nos estudantes, revelam-se da maior importância a informação e a consciencialização dos mesmos para que, dotados das ferramentas necessárias, estes possam travar e intensificar a sua luta pela defesa do movimento associativo democrático, de massas e reivindicativo. Defender as suas características, a autonomia dos processos eleitorais e do seu funcionamento, ligado aos estudantes e à sua participação, com uma intervenção política e reivindicativa é uma batalha prioritária na defesa dos direitos dos estudantes, da participação democrática e na defesa da Escola e valores de Abril.

No Ensino Superior, as AAEE, Associações Académicas, Núcleos e departamentos são aqueles que estão mais próximos dos estudantes e, por isso, são os grupos mais susceptíveis a ataques por forças com interesses alheios aos dos estudantes que visam desvirtuar, seja através de cortes no financiamento, de regulamentos restritivos e também dalgum fechamento corporativista, o objectivo de envolver democraticamente a comunidade estudantil na vida académica. No âmbito do processo de reconfiguração e descaracterização do MAE, agrava-se a instrumentalização de AAEE por parte dos partidos da política de direita, tendo havido processos de extinção de várias com vista à sua substituição por estruturas federativas, o que vem corresponder sobretudo ao



investimento da direita para afastar os estudantes da sua participação e representação directa.

Isto corresponde à centralização de direcções e de decisões em estruturas de cúpula, académicas e federativas, do qual o Encontro Nacional de Associações Académicas (ENA) é exemplo, sendo um espaço fechado e antidemocrático, excluindo as AAEE. Estas estruturas de cúpula têm preconizado um concertado e intenso boicote à luta, encontrando-se, muitas vezes, alinhadas com a defesa da política de direita e dos seus partidos. Nesta acção impera o desrespeito pelo carácter unitário e reivindicativo das AAEE, correspondendo a uma correlação de forças negativa para o desenvolvimento da luta e para o relacionamento, respeito e acção convergente das associações, como no caso do Encontro Nacional de Direcções Associativas (ENDA) que, sendo um importante espaço de reflexão e discussão, tem vindo a ser pervertido, sendo necessário que cada vez mais este espaço garanta uma abrangente participação do MAE e tradução da realidade das escolas e problemas dos estudantes.

Um dos principais e mais importantes motores de organização dos estudantes é a movimentação em torno das suas lutas. Os grupos ou movimentos informais, não estruturados e dinâmicos, que se organizam em torno das suas reivindicações e aspirações têm cumprido um papel fundamental nas acções de luta, seja por insuficiências, opção ou boicote de algumas AAEE, seja por objectivos ideológicos de incentivo ao conformismo. Neste quadro ganham particular valor os projectos, listas, movimentos e AAEE que lutam diariamente pela participação dos estudantes, em vários momentos como as RGA e Assembleias, pela discussão abrangente e verdadeira sobre a realidade do ES e trabalham para a construção de acções e soluções em defesa dos direitos dos estudantes e de um Ensino Superior Público ao serviço do país.

3.1.4.1 Necessidade de desenvolver o movimento associativo estudantil no ensino profissional

A confiança, condição absolutamente fundamental ao desenvolvimento da luta, é conseguida através do esclarecimento dos estudantes sobre os seus direitos, que acaba por funcionar como forma de combater o conformismo imposto pela ofensiva ideológica.

É necessário criar condições para que seja possível a estes jovens não só identificar os problemas da sua escola, bem como considerá-los como possíveis de resolver, e chegando a esse ponto de reflexão definir as mais criativas formas de efectivar a luta em unidade pela sua resolução.

As AAEE desempenham esse papel agregador, com potencial para a reflexão, discussão e organização, pelo que importa vencer obstáculos e barreiras impostas pelas direcções escolares, como qualquer hesitação dos próprios estudantes, convencendo-os de que, com a sua mobilização, é possível um outro rumo para o Ensino Profissional.



3.1.5 Juventude trabalhadora

Desde o 11º Congresso, os trabalhadores têm desenvolvido uma luta intensa pelo direito ao trabalho com direitos, pelo aumento dos salários, contra a precariedade e a exploração. Luta contra a política de direita, que favorece o grande capital e os grupos económicos que, à custa dos direitos dos trabalhadores, vêm os seus lucros aumentarem cada vez mais.

A ofensiva contra a luta dos trabalhadores, em particular dos jovens trabalhadores, tem sido feroz. O patronato instrumentaliza a precariedade para chantagear e pressionar os jovens trabalhadores para não se sindicalizarem, não participarem em plenários, não questionarem e combaterem os ataques aos seus direitos e salários. A repressão e perseguição são uma realidade premente para os jovens trabalhadores, proliferando os casos de abuso de poder das chefias, de definição de metas de produção inalcançáveis e até mesmo de controlo das idas à casa de banho e de pequenas pausas.

Aproveitando o medo, mas também o desconhecimento dos jovens trabalhadores dos seus direitos, o patronato ataca os horários regulados, os direitos de maternidade e paternidade e o estatuto de trabalhador-estudante. Urge insistir que os direitos têm de ser efectivados e usufruídos. Tudo isto, aliado aos baixos salários, aos horários desregulados, contribui para a desvalorização do trabalho e dos trabalhadores.

Apostando no divisionismo, o patronato e os centros de poder fomentam a criação de movimentos e organizações ditas sindicais que, contra os interesses dos trabalhadores, têm como objectivo dividi-los e pôr em causa o direito à liberdade sindical e à greve.

No período da epidemia, a repressão atingiu níveis mais elevados. Instrumentalizando reais preocupações sanitárias, o patronato tem tentado impedir actividade sindical, criando obstáculos ao contacto de dirigentes sindicais com os trabalhadores e à realização de plenários, alegando questões de higiene e segurança.

Tem proliferado o trabalho através de plataformas digitais, em particular no sector dos transportes de passageiros e de estafetas. Através da precariedade, da ausência de vínculo de trabalho e da ideia do “empreendedorismo” é fomentada a competição entre estes trabalhadores, o individualismo e o isolamento, por via da arbitrariedade na atribuição de entregas e de taxas móveis que permitem baixas remuneração. Apesar disso, há um enorme potencial para a organização e luta destes trabalhadores, que tem de passar pela sua sindicalização nos seus sindicatos de classe.

A forte ofensiva comprova que a luta dos trabalhadores mete medo ao patronato. Nos últimos anos os jovens trabalhadores têm dado um importante contributo na luta nas empresas e locais de trabalho. Contrariando as teses que tentam dividir os trabalhadores entre “precários” e “efectivos”, a unidade dos trabalhadores na luta pelo fim da precariedade deu frutos e conquistou efectivação dos vínculos, como são exemplo as lutas na EMEF, nas logísticas da Sonae, Jerónimo Martins, Auchan e Lidl, na AIS e na Cabelte, nos call-centers da NOS e EDP e dos enfermeiros. Importantes lutas em sectores com muitos jovens trabalhadores pelo aumento do salário e a valorização



dos trabalhadores como na Renault-Cacia, na Autoneum, Autoeuropa e Delphi ou com os trabalhadores das artes e espectáculos, nomeadamente da Plural. A luta pela redução dos horários de trabalho e pelo fim da desregulação dos horários, com particular destaque à luta dos trabalhadores da grande distribuição contra o banco de horas grupal. No período da epidemia, os jovens trabalhadores foram particularmente afectados, com despedimento galopante à boleia da precariedade, ataque aos direitos e aos rendimentos. Também aí os trabalhadores não desarmaram da luta, revertendo despedimentos e lutando pelo direito a trabalhar em segurança, como são exemplo os sectores da hotelaria e turismo e os trabalhadores de empresas como a Siemens e a Camo.

É por isso essencial mobilizar, dar ânimo e confiança aos jovens trabalhadores para que, organizados nos seus sindicatos de classe, intensifiquem a luta nas empresas e locais de trabalho, pela efectivação dos seus vínculos, pelo aumento dos salários, pela defesa e negociação da contratação colectiva, pelo cumprimento dos horários regulados e a sua redução, pela conquista e efectivação dos direitos.

3.1.5.1 Movimento Sindical Unitário

Os trabalhadores, organizados nos seus sindicatos de classe, não desarmaram a luta e os jovens deram um importante contributo, a começar pelas grandes jornadas e semanas de luta contra a precariedade e os baixos salários, contra as alterações ao Código do Trabalho e pela revogação das suas normas gravosas. Exemplo disto foram as grandes jornadas do 1º de Maio, com particular destaque para as 23 concentrações que se realizaram por todo o país em 2020, em pleno confinamento, em que os trabalhadores, os seus sindicatos e a CGTP-IN exigiram a defesa da saúde dos trabalhadores, a garantia dos salários e do emprego.

Aos longos destes anos têm-se intensificado também as jornadas de luta em torno do dia 28 de Março, Dia Nacional da Juventude, com a participação, ano após ano, de milhares de jovens trabalhadores reivindicando o fim da precariedade, o fim da política de baixos salários e o direito ao trabalho com direitos, em manifestações nacionais mobilizadas pela Interjovem/CGTP-IN.

As acções desenvolvidas pelos sindicatos da CGTP-IN e pela Interjovem assumiram e assumem um papel cada vez mais preponderante no esclarecimento, mobilização e unidade dos trabalhadores, permitindo reforçar os sindicatos de classe e o caudal de luta contra as políticas de exploração e empobrecimento.

A Interjovem, organização específica da CGTP-IN dos jovens trabalhadores, funciona na base dos sindicatos, através das comissões de jovens, grupos de trabalho para a juventude ou outras formas de organização dos jovens trabalhadores. Estas formas de organização assumem, deste modo, um papel insubstituível na definição de orientações de trabalho específicas para a juventude, planeamento de acções de esclarecimento e luta de jovens trabalhadores, na promoção da discussão dos problemas da juventude em toda a estrutura e na formação de novos quadros sindicais, envolvendo-os na acção geral dos sindicatos, elegendo mais delegados e dirigentes sindicais jovens,



aproximando mais jovens trabalhadores do sindicato, esclarecendo-os dos seus direitos, mobilizando-os para a luta e garantindo o rejuvenescimento e o futuro do Movimento Sindical Unitário.

Na 9ª Conferência Nacional da Interjovem, realizada em Novembro de 2020, os jovens trabalhadores discutiram os seus problemas concretos nos locais de trabalho, denunciaram os abusos e a exploração e apontaram linhas de trabalho e de resposta a esta ofensiva, que passa pelo reforço da sindicalização de jovens trabalhadores, a sua responsabilização no seio do MSU e a intensificação da sua acção e intervenção nos locais de trabalho.

É nas empresas e nos locais de trabalho que a exploração acontece, onde se trava a mais directa batalha entre trabalho e capital, onde se eleva a consciência de classe dos trabalhadores. Assumem por isso uma destacada importância os delegados sindicais, assim como os representantes para a Segurança e Saúde no Trabalho, que são a base de organização dos trabalhadores dentro das empresas e estão em melhores condições de organizar os trabalhadores para dinamizar pela acção reivindicativa a luta concreta por objectivos comuns.

Desde o último Congresso prosseguiu também o divisionismo sindical, com a comprovação do papel da UGT como instrumento do grande capital, bem como com o surgimento de outras organizações “sindicais”, espécie de extensões de “movimentos sociais”, pretensamente inovadoras e modernas, que procuram destruir a unidade dos trabalhadores e o Movimento Sindical Unitário.

Neste quadro, nos sindicatos da CGTP-IN, é de registar positivamente a sindicalização de mais de 16 mil jovens trabalhadores entre 2016 e 2020, contrariando todas as teses de que a juventude não se organiza e luta, num período de grande ofensiva sobre os trabalhadores e contra todas as teorias e “inevitabilidades”. Contra todas as tentativas de divisionismo, o Movimento Sindical Unitário fortaleceu-se, rejuvenesceu e deu um contributo decisivo para a mobilização dos trabalhadores contra as políticas de empobrecimento. Uma tarefa inacabada e que é necessário prosseguir, sindicalizando mais jovens, desde logo os militantes da JCP, amigos e conhecidos, e envolvendo-os na vida dos sindicatos, procurando responsabilizar, dinamizando e fortalecendo ainda mais as lutas por uma política que dê resposta aos problemas e anseios dos trabalhadores, uma política alternativa.

3.1.6 Associativismo Popular de Base Local

O associativismo de base regional continua a assumir um papel de grande importância no funcionamento da sociedade democrática. Pela via das associações juvenis – e das suas mais variadas formas de organização –, a juventude tem encontrado um espaço que mais do que encontro e convívio é um espaço de intervenção, de desenvolvimento dos jovens na sua plenitude enquanto intervenientes da sociedade e da democracia. É precisamente o Movimento Associativo que tem vindo a procurar, ao longo dos anos, ser o garante da democratização do acesso à formação, ao desporto, à competição



desportiva, à prática do exercício físico, ao acesso e fruição culturais e à participação cívica.

As colectividades, as associações juvenis, os grupos musicais e os clubes desportivos, são algumas das mais variadas formas que o Movimento Associativo Jovem toma. Foi nestes espaços de diálogo e desenvolvimento que a juventude, desde o bairro até ao distrito, foi encontrando quem lhe desse a mão, substituindo a tarefa do Estado no que diz respeito à garantia constitucional dos seus diversos direitos.

Actualmente existem cerca de 1000 Associações Juvenis filiadas na Federação Nacional das Associações Juvenis (FNAJ) e são ainda conhecidas cerca de 30000 Colectividades e Associações que, directa ou indirectamente estão relacionadas com a juventude. Estruturas que viram a sua actividade posta em causa devido às políticas gravosas e de ataque aos direitos associativos por parte dos governos PS e PSD/CDS. Os sucessivos cortes, o não conhecimento concreto das verbas destinadas às associações por via do Orçamento do Estado, a falta de apoios e a sua crescente burocratização e mercantilização, contribuem mais uma vez para criar muros que impedem e dificultam a participação dos jovens no Movimento Associativo.

A obrigatoriedade de registo no Registo Central do Beneficiário Efectivo (RCBE), plataforma que, com a premissa de combate à evasão fiscal, equipara as associações a empresas privadas, veio-se a demonstrar uma enorme barreira burocrática à manutenção e composição das mesmas.

Nesta matéria, é de notar, o papel de proximidade e vanguarda que as autarquias CDU tiveram no apoio logístico às associações locais, dinamizando diversas iniciativas de auscultação e de esclarecimento de dúvidas.

Algumas federações regionais de associações juvenis continuam a procurar impor dinâmicas e uma discussão que acaba por travar as reivindicações das associações, encaminhando-as para a resignação e para a submissão às políticas de direita.

Por outro lado, confirma-se a tese, há muito defendida pela JCP, de que a lei dos Conselhos Municipais de Juventude (CMJ) procura uma exacerbada burocratização e institucionalização das organizações juvenis, constituindo, por si só, um mecanismo de afastamento da juventude da participação democrática e da discussão das políticas municipais, provando-se um espaço vazio de discussão onde o que interessa não é a verdadeira participação e construção de medidas de desenvolvimento do movimento associativo, mas sim da validação de medidas já impostas às autarquias pelo governo central. A JCP entende que cada autarquia deve poder decidir a forma de envolver a juventude, procurando sempre integrar os grupos mais e menos informais de jovens na discussão e participação na dinamização da vida da juventude, de que se pode destacar os Fóruns Municipais da Juventude ou o Festival Liberdade na região de Setúbal, momentos altos da participação juvenil e das suas associações.

Apesar da asfixia que os sucessivos governos têm levado a cabo, é de destacar o papel único e insubstituível que as autarquias CDU têm desenvolvido junto da juventude e no



apoio das suas associações. As autarquias CDU têm sido um elo entre o apoio e o desenvolvimento do Associativismo Local e Regional, pelo que é de máxima importância o reforço da CDU e o reforço da JCP para que mais jovens vejam no nosso projecto de sociedade e democracia avançada, assentes nos valores de Abril, a resposta aos seus anseios e a única força que apoia e procura desenvolver o Movimento Associativo.

É imperativa a participação dos jovens comunistas no movimento associativo, procurando contrariar o assalto das associações por forças divisionistas, e a subjugação à política de direita, respeitando a sua autonomia e intervenção.

Os jovens, mais do que nunca, devem organizar-se e lutar por aquilo a que têm direito. É necessário mais investimento, horários menos desregulados, efectivação do estatuto de dirigente associativo e desburocratização dos processos de gestão e criação de associações para que mais jovens possam usufruir destes espaços que são deles.

3.1.6.1 Outras formas de participação e luta

O movimento juvenil assume formas muito diversas. A crescente burocratização do associativismo, bem como a sua institucionalização e subfinanciamento, leva a juventude a procurar junto de movimentos de vários tipos a resposta aos seus anseios e ambições e à sua disponibilidade para acções no que diz respeito à participação democrática e cívica.

O Conselho Nacional de Juventude, plataforma nacional de associações juvenis de âmbito nacional, deve ser encarado como um instrumento de unidade juvenil que constitua, não só um estímulo à participação e ao associativismo, mas também um espaço de intervenção nos problemas mais sentidos pela juventude no geral, de debate e convergência de ideias entre organizações com vista à defesa dos interesses e aspirações dos jovens.

A JCP, culminando um processo de afirmação junto de outras organizações-membro (OOMM), foi novamente eleita para a direcção do CNJ. É importante continuar a contribuir para o envolvimento das OOMM e de mais associações e estruturas no CNJ, de modo a garantir o seu bom funcionamento e o aprofundamento do conhecimento sobre as mesmas e sobre a realidade da juventude. É também da diversidade e características das várias OOMM que advém o potencial e riqueza do CNJ. No entanto, são muitas as dificuldades no funcionamento e acção do CNJ, nomeadamente a sobreposição de interesses por parte de várias organizações para que esta seja uma plataforma desligada das questões políticas gerais que afectam hoje a juventude; a existência de várias organizações que pretendem utilizar esta plataforma para legitimar e amplificar a política de direita e os ditames da União Europeia, que são contrários aos interesses da juventude e afastar a discussão do essencial; e a instrumentalização e partidarização de muitas organizações, e a tentativa de fazer o mesmo com o CNJ, pondo em causa que muitas associações cumpram o seu papel de defesa dos direitos dos jovens.



O Encontro Nacional da Juventude, iniciativa promovida pelo CNJ, assume grande importância pelo amplo potencial de envolvimento associativo e juvenil na sua preparação e pelo carácter reivindicativo. As diversas edições do ENJ têm sido esvaziadas de conteúdo, sendo também exemplo da subordinação aos programas da União Europeia, ficando o envolvimento das associações e da juventude na sua preparação e discussão aquém do que seria desejado.

Os jovens continuam, apesar de tudo, a manter vivo o movimento juvenil por este país fora, onde nasce o interesse de muitos pela música e a cultura, pelo desporto e pela competição desportiva, pelos direitos sexuais e reprodutivos, pela igualdade, pela paz e pelo direito à autodeterminação e felicidade, contra o racismo e as variadas formas de discriminação, por um ambiente ecologicamente equilibrado, entre tantas outras lutas. Exemplo disto são as iniciativas do CPPC e do MPPM, de solidariedade internacionalista; o “Faz Ruído Pela Igualdade”, dinamizado pelo Projecto Ruído – Associação Juvenil e pelo Movimento Democrático de Mulheres, em prol da luta contra a violência e a desigualdade no seio da juventude; a Plataforma pela Paz e o Desarmamento que, vem realizando, anualmente, o Acampamento pela Paz mantendo a sua actividade em prol da paz no mundo; e tantos outros espaços de participação unitários que promoveram ao longo destes anos a defesa dos direitos basilares dos jovens.

Recentemente, a juventude portuguesa mobilizou-se em várias acções em defesa do ambiente ou contra o racismo. Mobilizações de massas, com características diferentes, mas que sinalizam uma significativa disponibilidade para agir e intervir em torno do que considera justo e um descontentamento latente com um sistema que se afigura cada vez mais incapaz de responder às suas aspirações.

Assinala-se a maneira como o grande capital tenta impor, através dos seus centros de decisão e dos meios ao seu dispor como a comunicação social, momentos de mobilização, importando modelos de luta de outros países. Sobretudo, procura afastar o descontentamento das organizações e forças que lhe respondem de forma consequente (usando para isso todo o arsenal anti-comunista) e, desta forma, esvaziar as reivindicações para que não coloquem em causa o próprio sistema capitalista.

Paralelamente, os discursos pseudo-revolucionários, a promoção de movimentos ditos inorgânicos, pulverizando a unidade em torno do problema em concreto em favor do sectarismo, concorrem para o afunilamento e desligamento das massas juvenis. De facto, a desorganização das massas juvenis é uma das maneiras de tornar inconsequente mesmo a maior das lutas.

É, então, papel dos comunistas apresentar respostas para estes problemas e orientar para a luta organizada e consequente, com vista à construção de uma sociedade mais justa. Por exemplo, expor a origem e objectivos da submissão da mulher, ou as raízes fundas do racismo num sistema inerentemente opressor ou a inconciliabilidade do modo de produção capitalista com uma gestão sustentável dos recursos naturais finitos, elevando a consciência da juventude e alargando a frente de luta.



3.1.7 Organizações de juventude de outros partidos

As juventudes partidárias constituem uma importante forma de participação dos jovens e, pela discussão que podem ter, uma relevante componente de movimento juvenil. A maneira como definem posições, participam na vida da juventude e devem procurar conhecer e intervir de modo a elaborar propostas para responder aos problemas dos jovens, fazem com que este tipo de organizações juvenis se revista de centralidade. Apesar das responsabilidades que deveriam ter, mantém-se a avaliação de que somente a JCP e a Ecolojovem têm uma acção que visa ir ao encontro dos anseios da juventude, pautando a acção pelo pleno exercício de direitos desta camada da população, defendendo-a de todos os ataques impostos às suas justas aspirações e não alinhando em agendas que visam corresponder aos interesses do grande capital.

Desde o 11º Congresso, a par da entrada de novos Partidos na Assembleia da República, surgiram novas Juventudes Partidárias, que, tal como os seus partidos, se apresentam como sucedâneas das que já defendiam a política de direita. Abrindo caminho para a normalização de discursos mais reaccionários e falsas soluções demagógicas, estas organizações de juventude não contribuem para a resolução dos problemas da juventude, mas sim para aprofundar os instrumentos que visam retirar direitos à juventude, esconder as reais soluções e abrir caminho à divisão dos jovens através da instrumentalização de discriminações.

3.2 A disponibilidade da Juventude, a unidade e a luta pela alternativa: o contributo da JCP

O que os últimos anos têm demonstrado é que o inconformismo, ao contrário do que ideologia dominante tenta impor, é uma característica intrínseca à juventude. O caudal e a dimensão das acções promovidas pelos jovens têm demonstrado que a disponibilidade para lutar pelo que acreditam continua viva, revelando todo o potencial de transformação profunda da sociedade. Esta disponibilidade comprova que grandes perigos convivem com grandes potencialidades e que, no que depender dos jovens, cada ataque a direitos terá a rua como palco de resistência.

Desde o último Congresso houve um conjunto de mobilizações de massas que comprovam esta disponibilidade. Fica também comprovado que as preocupações da juventude não são residuais ou meramente circunscritas a determinados temas, abrangem um conjunto de aspectos da vida que podem ir dos mais gerais aos mais concretos. Seja na luta pela Escola Pública, gratuita, democrática e de qualidade, seja na luta pelo direito ao trabalho e o trabalho com direitos, seja na luta pelo ambiente ou na luta contra o racismo, a xenofobia, e todas as formas de discriminação, a juventude esteve na linha da frente na defesa das suas mais justas aspirações.

Enquanto organização revolucionária da juventude, a JCP acompanha a dinâmica juvenil, não numa perspectiva oportunista, mas construtiva. A JCP, em todas as mil lutas da juventude, deve procurar ser a vanguarda da luta, acompanhando a disponibilidade



identificada, envolvendo os jovens que estão dispostos a lutar, trabalhando para a unidade de todos e criando condições para que a luta seja consequente e verdadeiramente transformadora.

Os jovens comunistas não devem encarar qualquer dinâmica juvenil como errada logo à partida, mas devem ter uma visão crítica sobre a realidade concreta em que estas se inserem, discutir em colectivo, construir a unidade em torno de problemas identificados, pugnar pelo alargamento da luta a mais jovens e não pelo seu afunilamento.

É com a discussão ampla e democrática, alargada e sem dogmas que se constrói a unidade no seio da juventude. As várias acções de luta no Ensino Secundário e no Ensino Superior e dos Jovens trabalhadores têm esses elementos em comum. Apesar dos ataques à unidade, da criação de organizações divisionistas é justo destacar que os comunistas dentro do Movimento Juvenil, dentro do Movimento Associativo Estudantil ou do Movimento Sindical Unitário pautaram a sua acção pelo trabalho em unidade. Prova disso são as acções de luta em torno do 24 de Março, Dia Nacional do Estudante e do 28 de Março, Dia Nacional da Juventude.

É no papel de vanguarda da JCP, na construção da unidade e na ampla e democrática discussão em torno de vários problemas da juventude que se constitui realmente a luta em torno de uma alternativa. Alternativa porque a forma de construir a luta é logo à partida diferente, procura definir um caminho, definir objectivos e formas criativas de luta. Uma alternativa que começa desde logo pela consequência da luta, pelo conceito de unidade na acção e liberdade na discussão. Alternativa porque entende que a luta é por objectivos concretos e imediatos, na defesa de direitos e liberdades como é na luta pela transformação profunda da sociedade. O contributo da JCP à luta da juventude é dado através da sua capacidade de análise e de organização, sempre com o objectivo de avançar e melhorar o nível de vida da juventude, de consciencializá-la de que, através da luta, é possível construir um país e uma sociedade à altura das suas mais justas e profundas aspirações e desejos.



4. A JCP

4.1 A JCP

4.1.1 A organização revolucionária da juventude portuguesa

Assumindo-se como a única organização partidária de juventude que questiona o actual sistema capitalista, a JCP, a organização revolucionária da juventude, dá resposta aos problemas dos jovens portugueses pela sua acção e projecto, lutando pelas suas aspirações e direitos.

A base teórica da JCP, o Marxismo-Leninismo, assenta numa concepção materialista e dialéctica do mundo como instrumento fundamental de análise da realidade, enriquecendo-se constantemente com a prática. É, assim, uma teoria científica que permite a análise e caracterização da realidade e, por conseguinte, nos mune de instrumentos para transformar o mundo em que vivemos.

O desenvolvimento criativo do centralismo democrático está na base do funcionamento da JCP que se caracteriza por uma profunda democracia interna, com base numa única orientação geral e uma única direcção central. Ou seja, o funcionamento da JCP envolve métodos de trabalho, de discussão e decisão, o respeito das opiniões de cada camarada e colectivo e troca de ideias honesta com o objectivo de desenvolver formas de concretizar a orientação geral do colectivo partidário, que deve ser cumprida.

Aplicando esta teoria revolucionária de forma criativa, a JCP desenvolve a sua actividade e luta pela transformação da sociedade, tendo como objectivo supremo o fim da exploração do Homem pelo Homem, visto que só uma sociedade com estas características - o Socialismo e o Comunismo - garante aos jovens portugueses a sua realização pessoal e colectiva.

4.1.2 Acção do PCP e da JCP

O PCP, partido da classe operária e de todos os trabalhadores, afirma-se ao longo da sua história como o único que verdadeiramente defende os seus interesses, assim como das camadas anti-monopolistas. Expressa na sua acção e projecto uma profunda ligação às massas, à intervenção e luta do povo português de forma coerente e independente da influência dos interesses, da ideologia e da política das forças do capital.

É junto dos trabalhadores e do povo, nas ruas, escolas e locais de trabalho que, diariamente, o PCP e a JCP intervêm com o objectivo de conhecer directamente os problemas e a realidade vivida. A acção da JCP está intimamente ligada à realidade da juventude, às constantes alterações da sua vida, aos ataques que enfrenta e às batalhas que trava. Assim, o papel de vanguarda da JCP é ímpar na construção da unidade da juventude, esclarecendo, consciencializando e dinamizando a luta consequente e organizada pelos direitos e aspirações da juventude.



O projecto comunista de uma sociedade mais justa, liberta da exploração e opressão capitalistas, e de um mundo solidário e em paz, tem na actual etapa de resistência os valores de Abril como expressão fundamental para a transformação. Assente no objectivo de transformação da sociedade, tendo em conta as aspirações e desejos da juventude, a JCP, pela sua participação única e ligação às massas juvenis, reafirma diariamente a sua identidade, intervindo na vida, nas escolas e locais de trabalho. A JCP mantém um olhar atento e disponível, necessariamente crítico sobre a realidade actual, e aprofunda a sua intervenção com base no conhecimento da realidade e através da discussão colectiva.

4.1.3 O Projecto do PCP

O Programa do PCP tem nos valores e conquistas de Abril, plasmados na Constituição da República Portuguesa, a base para construir uma Democracia Avançada, projecto ímpar que edificamos diariamente, o qual propõe uma sociedade baseada em quatro componentes de democracia: política, económica, social e cultural. Projecto que aponta cinco objectivos fundamentais:

- 1º) Um regime de liberdade no qual o povo decida do seu destino e um Estado democrático, representativo e participado;
- 2º) Um desenvolvimento económico assente numa economia mista, dinâmica, liberta do domínio dos monopólios, ao serviço do povo e do país;
- 3º) Uma política social que garanta a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo;
- 4º) Uma política cultural que assegure o acesso generalizado à livre criação e fruição culturais;
- 5º) Uma pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

A tarefa que hoje se coloca aos comunistas e demais democratas é a de contribuir para a construção da alternativa política patriótica e de esquerda que rompa com a política de direita. Só o contínuo reforço da JCP e do PCP, em unidade e com uma forte ligação às massas, para construir um Portugal democrático liberto das amarras internas e externas, abre o caminho para dar resposta às necessidades do País, e à construção de uma Democracia Avançada, com os Valores de Abril no futuro do Portugal, tendo como horizonte a construção do Socialismo e do Comunismo.

4.1.4 JCP, organização da juventude do PCP

A JCP, organização da Juventude do PCP, é uma organização autónoma com uma direcção própria que desenvolve o seu trabalho de acordo com os seus Princípios Orgânicos e com o Programa do Partido, estando salvaguardada a sua capacidade de decisão e uma articulação e cooperação no desenvolvimento do trabalho.



A experiência mostra que a JCP desempenha um papel insubstituível de ligação do PCP à juventude, dando um grande contributo na ligação com os jovens, com o movimento associativo, no recrutamento de novos militantes e na formação de quadros para o Partido e no seu rejuvenescimento.

Também o apoio do PCP ao fortalecimento da JCP é muito importante, nomeadamente na ajuda à criação e desenvolvimento de colectivos, em zonas em que esta se apresenta com mais dificuldades. O Partido representa assim um papel muito importante no reforço da organização, baseado no respeito fraternal da autonomia, criatividade e capacidade de decisão e acção dos jovens comunistas.

Permitindo que o PCP aumente a sua influência junto dos jovens, a JCP tem como tarefa “esclarecer, unir, organizar e mobilizar os jovens na luta pelos seus direitos e aspirações, pelos interesses dos trabalhadores, do povo e do país, pela liberdade, a democracia, a independência nacional, a paz, o socialismo e o comunismo”.

4.2 O papel dos jovens comunistas

4.2.1 Trabalho em unidade e luta

Unir a juventude pela defesa e exercício dos seus direitos é a principal tarefa dos comunistas. Para isso a discussão nos colectivos de base sobre a concretização prática do trabalho em unidade demonstra-se essencial para garantir uma intervenção organizada e consequente. A acção dos jovens comunistas junto com outros jovens pressupõe um grande sentido democrático.

Unimo-nos em torno de algo concreto, seja uma reivindicação, projecto ou acção. A construção de um processo de unidade – reflexão, organização, mobilização e acção - insere-se numa ideia mais geral de transformação colectiva. A tarefa diária que se impõe aos comunistas é que, perante qualquer problema, sejamos capazes de envolver outros e, de forma consequente, esclarecer e organizar o descontentamento, transformando-o em luta.

É no trabalho em unidade que se enquadram os processos de luta, por isso salientamos a importância de continuar a desenvolver lutas concretas, procurando resolver problemas da juventude, alcançar vitórias específicas e contribuir para a luta mais geral da juventude.

Demonstra-se importante para reforçar a luta em defesa dos direitos da juventude a participação dos muitos jovens no movimento estudantil e juvenil e no movimento sindical.

4.2.2 Recrutamento e enquadramento

O recrutamento de militantes é uma tarefa fundamental para o reforço da organização e é uma preocupação transversal a toda a organização, que deve estar sempre presente na militância de todos e em todos os momentos de intervenção.



É fundamental discutir com todos os militantes e em todos os colectivos o recrutamento dirigido nas escolas e empresas prioritárias. Cada colectivo deve definir a estratégia para o recrutamento, levantando nomes, pensando quais os elementos de contacto, que jovens queremos contactar, que iniciativas realizar, permitindo o envolvimento de outros e que objectivos concretos e gerais queremos alcançar. A definição de metas de recrutamento tem-se verificado importante para o reforço da organização.

Também o enquadramento dos novos militantes é importantíssimo numa organização como a JCP. Os novos militantes devem ser envolvidos no trabalho da organização, sendo inseridos nos respectivos colectivos, convocados para as reuniões e a participar nas iniciativas. Estes novos militantes devem ser responsabilizados por tarefas concretas adequadas às suas disponibilidades e características, logo que possível.

O nosso projecto afirma o imenso potencial atractivo junto das massas populares e juvenis, como se comprova pelo contínuo reforço da JCP e do PCP.

O recrutamento de militantes da JCP para o PCP tem-se demonstrado de grande importância para o rejuvenescimento do Partido, por isso deve continuar a estar presente no dia-a-dia da JCP.

4.2.3 Colectivos de base

Afirmam os Princípios Orgânicos da JCP, no ponto 28.1: “Os colectivos são a forma de organização de base da JCP. Podem assumir múltiplas expressões dependendo dos objectivos com que são criados (escola, empresa, sector, local ou outros cuja necessidade e objectivos o justifiquem). Existindo como espaços de participação juvenil, podem ser abertos à participação dos jovens que não sejam militantes da JCP, estimulando-os a partilhar os seus ideais, opiniões e vivências.”

Compreendemos assim que os colectivos são a forma de organização de base da JCP. São eles os responsáveis por definir a acção dos jovens comunistas no meio onde se inserem e contribuir para a elaboração e aplicação das orientações. Os militantes da JCP têm como prioridade a realidade onde se inserem e, neste sentido, a prioridade é o seu colectivo de base.

Os colectivos da JCP são um espaço de discussão aberto. Neste sentido é importante ter a preocupação de chamar amigos a participar nas reuniões, trocando ideias, opiniões, experiências, aprofundando a discussão colectiva e fortalecendo a orientação da JCP. É através do regular funcionamento dos colectivos de base que reforçamos a intervenção da JCP e a luta nas escolas ou nos locais de trabalho. É por isso importante a criação e reactivação de colectivos.

Os colectivos de base podem assumir diversas expressões, tendo em conta as características e necessidades da organização. É fundamental garantir que todos os militantes têm um espaço de discussão colectiva, priorizando a sua intervenção na escola ou local de trabalho respectivos.



A realidade em que vivemos hoje empurra-nos para um maior isolamento. É cada vez mais difícil coordenar disponibilidades, desde os horários desregulados e excessivos, passando pela redução de transportes, incluindo os custos que o dia-a-dia acarreta. A discussão colectiva permite apontar soluções, traçar linhas de trabalho que se adequem à realidade local dos jovens e da organização.

A importância dos colectivos está ligada à sua capacidade realizadora e à sua acção. Por isso a sua capacidade de envolvimento e mobilização é fundamental ao desenvolvimento da luta ou à realização de iniciativas que possam servir à afirmação da JCP. Tudo isto é determinante porque os colectivos são a base de intervenção da JCP.

4.2.4 Militância

O reforço da luta da juventude prende-se também com a capacidade de intervenção de cada comunista, organizado no seu colectivo de base. É fundamental que toda a organização compreenda a necessidade de reforçar a intervenção nas escolas e locais de trabalho, com vista à ampliação da frente social de luta, assumindo este trabalho como prioritário.

Os militantes são a parte essencial da organização, são os mesmos que fazem com que a JCP intervenha junto da juventude, que trabalham para o reforço da organização, na formação de novos quadros e do seu enquadramento nas tarefas do dia-a-dia, junto dos seus colectivos, nas escolas e nos locais de trabalho. Cada militante deve estar consciente do seu papel, individual e colectivo, de agitador, organizador e mobilizador, por isso aquilo que se coloca a todos os jovens comunistas, independentemente de terem ou não colectivo, é que procurem contribuir, no quadro das suas possibilidades, para o reforço da organização e da luta.

É o contributo individual de cada militante que constrói e enriquece o trabalho colectivo. Cada camarada, com a sua realidade, com características específicas, com aptidões e vontades, é capaz de construir e transformar, construindo-se a si e ao colectivo. Na nossa vida construímos a militância e a acção, com os contributos individuais inseridos na discussão colectiva dentro da organização e nos princípios do centralismo democrático.

A acção dos jovens comunistas nos vários planos da vida deve pautar-se pelo exemplo, por uma conduta ética e pela salvaguarda da unidade da organização. O mesmo princípio se aplica à presença nas redes sociais, espaço com grande exposição e crescente utilização.

A militância é essencial para o trabalho dos colectivos, através da descentralização de tarefas pelos camaradas que as passam a assegurar dentro dos seus respectivos colectivos, o que ajuda à realização e concretização do trabalho. É necessário que os camaradas desde cedo conheçam a importância da militância, que é a única forma da JCP poder dar avanço ao seu trabalho, junto da juventude, pois os militantes são a força da JCP, são os mesmos que através do trabalho diário nas suas escolas ou locais de



trabalho identificam os problemas que afectam a juventude e alargam a consciência de que há alternativa e ajudam na dinamização das lutas pelos direitos da juventude.

A militância é a forma de os militantes terem uma maior organização. É necessário que colectivamente encontremos as soluções com vista ao envolvimento dos camaradas e a elevação da militância.

4.3 Intervenção, afirmação e reforço da JCP

4.3.1 Campanhas e iniciativas diversas

A afirmação e intervenção da JCP distingue-se pela sua diversificação de acção que reflecte a capacidade criativa e transformadora da juventude. Capacidade de olhar e intervir dialecticamente num método constante e com uma ampla discussão, planificação e intervenção dos jovens comunistas que, de forma organizada, realizaram um leque vasto de acções e iniciativas desde o 11º Congresso.

Debates, conversas, convívios, tribunas públicas, acções de contacto e esclarecimento, sessões de cinema, pinturas de murais e colagens, torneios desportivos, campanhas em defesa da escola pública, pelo fim da precariedade e pelo trabalho com direitos, por questões e problemas locais, entre muitas iniciativas de envolvimento juvenil.

A Plataforma pela Paz e o Desarmamento e a realização dos Acampamentos pela Paz, realizados em unidade com outras associações juvenis, continuam a ser momentos importantes na vida da organização.

Participámos nas batalhas eleitorais, no âmbito da Juventude CDU, dando um importante contributo à construção e afirmação do nosso projecto no seio da juventude.

Das múltiplas campanhas, acções e iniciativas destacamos as seguintes:

- Dezenas de iniciativas no âmbito do Centenário da Revolução de Outubro sob o lema “A Juventude é a chama mais viva da revolução”;
- Diversas campanhas de solidariedade internacionalista com a juventude e os povos do mundo, especialmente Médio Oriente e América Latina. Neste âmbito destacamos o empenho da JCP na afirmação, construção e divulgação do 19º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, em Outubro de 2017, na Rússia;
- Realização de iniciativas em torno do II Centenário do nascimento do Karl Marx com o lema “Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo, o que importa é transformá-lo”;
- Inúmeras iniciativas de afirmação do aniversário da JCP, das quais destacamos a campanha “Avançamos com a Força da Juventude” em torno dos 40 anos da JCP e dos 45 anos da Revolução de Abril, com destaque para o grande jantar de celebração do 40º Aniversário da JCP, realizado em Lisboa, em Novembro de 2019;



- Comemorámos e assinalámos o 75º Aniversário da Vitória sobre o nazi-fascismo;
- No quadro do surto de Covid-19 foi realizada uma grande variedade de iniciativas com o mote “Prevenção, atenção, intervenção”. Iniciativas afirmando que “O vírus não mata direitos! É preciso defendê-los”. Acções de contacto, esclarecimento, agitação e denúncia, como foram exemplos a campanha “Voz aos estudantes!” e os múltiplos directos “Que fazer?” nas redes sociais;
- Campanha do Centenário do PCP “Liberdade, Democracia, Socialismo - O futuro tem Partido”. Uma campanha que decorre até Março de 2022 e conta com iniciativas de afirmação de 100 anos de luta heróica ao serviço do povo e da pátria, pela democracia e o socialismo;
- Afirmação da JCP nos inícios de anos lectivos, tanto no Ensino Secundário, Ensino Superior e Ensino Profissional;
- No Ensino Secundário as campanhas anuais pelo fim dos Exames Nacionais e a campanha “Limitam-te? Luta! Juntos pela democracia nas escolas!”;
- Preparação e divulgação do 14º ENES e da 16ª CNES, bem como a preparação de inúmeras assembleias de organização, encontros, plenários, entre outros;
- A preparação, divulgação e a realização do Encontro Nacional da Juventude Trabalhadora sob o lema - “Pelo trabalho estável e com direitos: Mais organização, mais luta”. Além de diversas campanhas de esclarecimento e mobilização para a luta dos jovens trabalhadores;
- Dezenas de acções em defesa da habitação, de transportes públicos e da cultura;
- Esclarecimento e mobilização em torno das questões da Igualdade, com especial destaque à Manifestação Nacional de Mulheres promovida pelo MDM;
- A realização do AGIT’Atalaia, com três dias de debate, convívio, desporto e construção da Festa do Avante!;
- Diversas acções em torno do lema “#Capitalismonãoéverde”. Afirmando que a defesa do ambiente e a alternativa não estão no sistema capitalista.

4.3.2 Propaganda

A propaganda tem um importante papel a desempenhar na transmissão da informação do que é a JCP e o que defende. É através do trabalho de construção da propaganda que é possível difundir a nossa mensagem, tornando-a acessível em todos os sentidos, ao mesmo tempo que é um elemento complementar no combate ao silenciamento e às campanhas de desinformação. Desde a realização do último Congresso foram elaborados centenas de elementos de propaganda, nos mais variados formatos.



Para além da partilha e difusão dos elementos de propaganda central, é necessário que as organizações e colectivos elaborem os seus próprios materiais relativos à realidade onde estão inseridos. Este trabalho é essencial, pois são estes materiais específicos que fazem com que os jovens se identifiquem e unam em torno de justas reivindicações.

Tendo como prioridade o contacto directo, na rua, nos locais de trabalho, na escola, na vida onde regularmente intervimos e divulgamos a propaganda, há também outros espaços onde a proposta, intervenção e acção da JCP e do PCP assumem importância, como os meios de comunicação digital, designadamente as redes sociais.

Estas plataformas, detidas por grupos económicos, apresentam limitações ligadas à proliferação e difusão da ideologia dominante de forma a limitar o alcance da divulgação das nossas propostas. Ainda assim são importantes espaços de afirmação da luta e da JCP, sendo crucial a partilha e difusão dos conteúdos colocados nas mesmas. É de maior importância procurar debater, esclarecer e elevar o debate, contrariando a procura de divisão dos jovens.

Um aspecto fundamental que complementa a propaganda são as acções de contacto, as conversas e o esclarecimento aquando da distribuição de documentos. É através destas acções que se torna possível mostrar e aproximar os jovens da luta e do trabalho da JCP.

Os materiais de propaganda devem ter uma linguagem clara, simples e concisa, devendo ser ainda apelativos e criativos. Os militantes encarregues desta tarefa devem explorar várias possibilidades, de modo a que se possam encontrar novas formas criativas de passar a mensagem desejável aos jovens estudantes e trabalhadores.

O trabalho de propaganda tem um balanço essencialmente positivo, dado que se avançou desde a realização do último Congresso. Nestes avanços englobam-se, por exemplo, uma maior produção de conteúdos audiovisuais e um maior desenvolvimento das redes sociais da JCP, assim como a criação de mais conteúdos específicos e com maior interacção, a par da elaboração de grafismos específicos para várias actividades.

Estes avanços foram possíveis com um grande esforço da organização, continuando a existir dificuldades pela falta de camaradas com os conhecimentos necessários para elaboração de conteúdos audiovisuais, sendo necessário promover a formação dos nossos militantes para esta tarefa.

4.3.3 AGIT – Jornal da JCP

O AGIT, jornal da Juventude Comunista Portuguesa, afirma-se como expressão das lutas da juventude, em todas as suas dimensões. Assumindo-se como um preponderante veículo de informação, comunicação e agitação junto dos jovens, é particularmente relevante face à conjuntura que hoje vivemos. Perante a agudização das contradições do capitalismo, cresce a ofensiva reaccionária contra aqueles que resistem e não se rendem perante a injustiça, a violência e a exploração. Esta, calejada pelo anticomunismo primário, pela mentira, calúnia e difamação, é disseminada pelos



múltiplos meios de massas nas mãos do capital. Neste plano, é redobrada a importância do AGIT, enquanto meio de esclarecimento e contacto com a juventude.

Para além disso, é importante garantir e reforçar a leitura, divulgação e discussão do AGIT de forma prática, activa e regular dentro da organização, nos colectivos, entre os colegas e amigos, ou nas escolas, assim como nos locais de trabalho.

Deste modo, deve ser dado um contributo para que o seu conteúdo seja adequado e apelativo, respondendo às dúvidas e anseios imediatos da juventude, ao mesmo tempo que incita à leitura da análise e acção da JCP e do PCP, da teoria Marxista-Leninista, da história e actualidade do movimento comunista.

Nesse sentido, devem os camaradas adoptar uma postura crítica, procurando apresentar propostas em torno do modelo, do conteúdo e da forma do AGIT, recolhendo contributos escritos ou visuais sobre actividades dinamizadas pela organização e os colectivos para que possam ser inseridos nas edições.

É importante assegurar a presença online do AGIT, dando a conhecer a mais jovens a sua existência e o trabalho produzido pela organização no seu âmbito, tanto nas redes sociais, como no site da JCP. Desde o último Congresso foram dados passos neste sentido, tendo sido criado um local específico de acesso ao AGIT no site da JCP.

4.3.4 Imprensa Partidária

A promoção, divulgação e alargamento da difusão da imprensa partidária, do *Avante!*, d'O *Militante* e do AGIT, assume uma grande importância, sendo uma tarefa que se relaciona com todas as outras: na preparação para a intervenção na batalha das ideias, na divulgação da informação criteriosa e verdadeira sobre a situação política nacional e internacional, desconstruindo a ofensiva ideológica veiculada pela comunicação social dominante e as constantes campanhas anticomunistas, na afirmação da luta da juventude, dos trabalhadores e dos povos, na afirmação do ideal e do projecto comunistas, partes que constituem o fundamental da nossa imprensa partidária.

Apesar dos importantes passos dados desde o 11º Congresso, é necessário continuar a responsabilizar mais militantes pela compra, promoção, divulgação e venda, criar os meios e as formas nos colectivos, sectores e organizações para promover a venda orgânica de forma estruturada e organizada, criando novas ADE do *Avante!* e d'O *Militante*, levando mais longe a venda do Jornal AGIT. Criando espaços de discussão nos colectivos para aprofundar os assuntos colocados na imprensa partidária. Promovendo vendas especiais nas escolas, nos locais de trabalho e outros locais de concentração juvenil, reforçando a realização de bancas de venda do AGIT e do *Avante!*.

4.3.5 Formação Ideológica

O combate ideológico é diário e a ofensiva ideológica de grande dimensão. Cada militante deve, pois, estar informado para estar em condições de informar e esclarecer. A intervenção diária e a luta organizada e consequente são dos maiores contributos para a formação ideológica de um comunista. A formação ideológica é importante para



que todos os militantes compreendam o funcionamento da organização, para que tenham um maior conhecimento sobre a acção que desenvolvem na JCP, sobre a sua base teórica e prática, o marxismo-leninismo, concepção materialista e dialéctica da realidade.

As iniciativas que visem a formação ideológica devem partir de toda a organização, e em particular dos colectivos. A JCP organiza cursos de formação ideológica e debates temáticos, sendo importante a capacidade criativa de toda a organização, e em particular dos colectivos, fomentar iniciativas e debates. O trabalho de elevação do nível político e ideológico desenvolve-se diariamente, seja através do indispensável trabalho colectivo, através da discussão nas reuniões, debates, encontros e outras iniciativas, assim como pela leitura e análise da imprensa partidária, do Programa do Partido, dos Princípios Orgânicos da JCP, das obras de Marx, Engels, Lénine, e das obras de Álvaro Cunhal e de outras publicações da Editorial «Avante!», entre outros documentos e obras.

É importante que cada militante procure desenvolver o seu conhecimento sobre o Partido, a sua história e a JCP. Sendo responsabilidade individual de cada militante procurar saber mais através do estudo, é também dever da organização acompanhar cada militante, contribuindo para a sua preparação para a luta pela defesa dos interesses da juventude e a construção de uma política alternativa, patriótica e de esquerda.

4.3.6 Festa do Avante!

A Festa do Avante! assume-se como um dos mais importantes momentos na vida do PCP e da JCP. Pela sua dimensão e pelas exigências que a realização da Festa implica - desde o planeamento, à construção e à divulgação, sempre com envolvimento de muitos camaradas e amigos - assume-se também como um factor de integração da juventude, responsabilização dos camaradas e de formação de quadros dentro da organização.

Entendemos o papel da JCP na FA! como determinante para o sucesso da mesma. Não só na construção de vários espaços na Festa, na qual destacamos a Cidade da Juventude, mas também no que respeita ao trabalho prévio de divulgação junto de milhares de jovens por todo o país. Neste âmbito, a Carrinha da Festa tem tido um papel fulcral, percorrendo locais de concentração juvenil e de eventos culturais e recreativos, dando a conhecer o maior evento político-cultural do país.

A FA! tem sido alvo de ataques e calúnias ao longo dos últimos anos, tendo sido particularmente violento em 2020 quando, a pretexto da epidemia, se tentou impedir e condicionar a sua realização. A sua preparação, organização e concretização constituiu um grande êxito do nosso colectivo partidário, de afirmação, coragem, resistência e determinação.

As jornadas e brigadas de construção são um importante momento de contacto com a dimensão da experiência de trabalho colectivo e solidário.



O Comboio da Festa e também as excursões da juventude de vários pontos do país em direcção à Festa têm permitido trazer de todo o país milhares de jovens. São positivas as experiências de organizar a transportes para a Festa.

A compra e venda antecipada da Entrada Permanente (EP) deve ser tarefa de toda a organização. A aquisição da EP não está limitada apenas à entrada nos 3 dias da Festa do Avante!, porque se trata de um título de solidariedade com a Festa e o Partido. É também tarefa de todos os militantes da JCP a responsabilização pela descentralização e recolha de EP's, assim como a compreensão do seu valor político.

4.3.7 Concurso de Bandas do Palco Novos Valores da FA!

O Concurso de Bandas para o Palco Novos Valores (PNV) é expressão do património de anteriores iniciativas de envolvimento da juventude na defesa da cultura. Assume no plano cultural nacional a maior expressão de luta em defesa da cultura para todos, da livre criação e fruição cultural e da afirmação da cultura como pilar da democracia. É o maior concurso de bandas com expressão nacional, envolvendo centenas de bandas e músicos, realizando diversas eliminatórias por todo o país, afirmando amplamente a JCP e a Festa.

É responsabilidade de todos os camaradas discutir quais as formas que poderão dar mais expressão ao Concurso de Bandas nas várias regiões e a nível nacional, bem como divulgá-lo, contextualizando com a posição da organização face à cultura e como esta se relaciona com os anseios e reivindicações da juventude.

De salientar a realização do Concurso de Bandas ainda em período lectivo, permitindo a divulgação do Concurso de Bandas para o PNV e para a Festa do Avante! em centenas de escolas por todo o país.

No quadro das novas circunstâncias decorrentes da epidemia, o Concurso de Bandas foi adaptado, continuando a dar projecção aos jovens músicos e, em 2020, não deixou de se realizar, com a participação de oito bandas na Festa do Avante!, que actuaram nos palcos 25 de Abril, Auditório 1º de Maio e Palco Paz.

4.3.8 Política de Fundos

A JCP é a organização revolucionária da juventude, mantendo-se ideologicamente independente, agindo em defesa das aspirações e direitos da juventude.

O reforço da recolha financeira é garantia dos meios necessários para a intervenção da JCP junto dos jovens. É fundamental assegurar a intervenção da JCP e ao mesmo tempo a capacidade financeira da organização, assegurando mais intervenção e mais actividade em melhores condições e com maior ligação às massas.

A recolha financeira é tarefa de todos os militantes e inclui, em primeiro lugar, a recolha de quotas e a iniciativa e capacidade realizadora dos colectivos. É fundamental responsabilizar militantes nesta área e criar linhas de trabalho nos colectivos. É a partir da recolha de quotas dentro dos mesmos, da responsabilização de camaradas e da



acção criadora dos colectivos, nomeadamente com a realização de iniciativas, que se consegue efectivar a regular recolha de fundos.

Desde o último congresso foram dados passos na sistematização e na organização da recolha financeira, na organização e identificação de militantes com quota em atraso, definindo planos de pagamento. É necessário aprofundar linhas de trabalho neste sentido.

No âmbito das comemorações do Centenário do Partido foi lançada a Campanha Nacional de Fundos «O futuro tem Partido», que decorre entre Abril de 2020 e Maio de 2021. A campanha mais significativa que o Partido já realizou em que o objectivo é a defesa do próprio Partido, a sua actividade e intervenção, o ideal e projecto. Também a JCP tem um papel fundamental no sucesso desta campanha, sendo necessário levá-la mais longe junto dos jovens.

4.3.9 Relacionamento Institucional e Batalhas Eleitorais

O trabalho nesta área deve encarar o relacionamento e as tarefas institucionais como mais uma forma de denúncia e esclarecimento, promovendo a ligação da luta de massas e da acção juvenil à actividade institucional do Partido e da JCP. A actividade institucional da JCP desenvolve-se prioritariamente no CNJ, e na AR, e também nas Autarquias.

O papel da JCP no CNJ deve ter como linha orientadora o diálogo e entendimento entre as organizações-membro, em torno de questões concretas que permitam criar unidade e reivindicação e simultaneamente um pólo de apoio à juventude e ao associativismo juvenil. A JCP intervém regularmente na vida do CNJ. Foi neste quadro que foi eleita, ao longo destes 4 anos, duas vezes para a direcção do CNJ, participando nas suas várias comissões, assembleias gerais e no ENJ, denunciando e batendo-se por posições justas e ligadas à juventude no quadro da situação política e social da juventude portuguesa.

O CCJ (Conselho Consultivo da Juventude) tem sido usado como um instrumento de legitimação da política do Governo, servindo apenas para a exposição de programas e políticas anunciadas pelo Governo e não para consultar as várias organizações juvenis sobre as dificuldades, problemas e aspirações da juventude portuguesa.

O trabalho institucional no quadro do Grupo Parlamentar do PCP mostrou ser uma forte ferramenta na denúncia dos problemas e na intervenção da JCP junto dos jovens, levando à AR a força da luta da juventude e suas justas propostas. Através do conhecimento e intervenção da JCP, o Grupo Parlamentar do PCP efectuou várias perguntas ao Governo em torno de problemas que afectam a juventude. É necessário continuar a divulgar e afirmar o trabalho realizado, nas escolas e locais de trabalho, designadamente as centenas de requerimentos e perguntas, dezenas de projectos lei e projectos de resolução que visam resolver problemas dos jovens.

A JCP contribuiu para as batalhas eleitorais no âmbito da Juventude CDU, nas eleições Autárquicas, em 2017, no Parlamento Europeu, em 2019, para a Assembleia da



República, em Outubro de 2019 e para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e da Madeira em 2019, para Presidente da República, em Janeiro de 2021. Sublinhamos o grande contributo das centenas de jovens da JCP, da Ecolojovem ou sem filiação partidária que participaram e dinamizaram as campanhas da CDU. A JCP tem o dever de envolver todos os jovens que estão ao nosso lado durante as eleições para ampliar a construção de uma política patriótica e de esquerda.

As batalhas eleitorais que se avizinham irão ser realizadas num quadro complexo e exigente que parte de uma realidade que consiste num ataque sistemático de calúnia, discriminação e silenciamento ao PCP. Assumimos a prioridade de denunciar a política de direita e os seus executantes e, ao mesmo tempo, afirmar uma alternativa política e uma política alternativa patriótica e de esquerda, na qual a CDU se afirma como a sólida garantia de Abril e na luta por uma vida melhor.

As eleições em 2021 para Presidente da República realizaram-se num quadro difícil, nas quais a afirmação da candidatura do João Ferreira, uma candidatura dos trabalhadores e do povo, assumindo a defesa dos valores de Abril consagrados na CRP, assegurou um progresso eleitoral.

Realizar-se-ão em 2021 as Eleições Autárquicas e as Eleições para a Assembleia da República estão previstas para 2023, momentos para os quais é fundamental que a JCP, integrada na Juventude CDU, dê um grande contributo para levar os problemas da juventude até aos poderes locais, contribuindo para o reforço do resultado da CDU e envolvendo os muitos milhares de jovens que acreditam no trabalho, honestidade e competência da CDU.

4.3.10 Actividade Internacional

Assumindo-se como organização internacionalista, a JCP desenvolve uma intensa actividade internacional, na medida das suas possibilidades, no sentido de contribuir para o reforço e alargamento da frente anti-imperialista, de aprofundar os laços de amizade entre a JCP e organizações de juventude comunistas, revolucionárias, progressistas e anti-imperialistas, bem como a solidariedade para com a luta da juventude em todo o mundo.

No desenvolvimento da sua actividade internacional, a JCP privilegia relações de tipo bilateral, respeitando sempre as características de cada organização e de cada país, numa postura de solidariedade para com as lutas da juventude e dos povos, independentemente das divergências de opinião, ideologia, caminhos e objectivos que possamos ter.

A JCP tem como prioridade no plano do seu trabalho internacional o reforço da frente anti-imperialista, que no plano da juventude tem como expressão maior a Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD). Consideramos o espaço da FMJD como uma grande potencialidade para a luta da juventude contra o imperialismo, pela sua história, pela sua implantação em todos os continentes, pelo seu carácter marcadamente anti-imperialista e unitário e por congregar as organizações que mais



consequentemente lutam contra o imperialismo e pela Paz. Nesse sentido, a JCP continuará a contribuir para o reforço da FMJD, nomeadamente no plano da Comissão da Europa e América do Norte (CENA) onde assume responsabilidades na Coordenação.

Os Festivais Mundiais da Juventude e dos Estudantes são para a JCP espaços de grande importância para o reforço da luta anti-imperialista, que juntam a cada edição milhares de jovens de dezenas de países, tendo em comum a luta contra o imperialismo, nas suas várias expressões. Os FMJE devem continuar a ser espaços de grande amplitude política, de carácter anti-imperialista. Desde o 11º Congresso da JCP a realização do 19.º FMJE em Outubro de 2017 em Sochi, na Rússia, constituiu, apesar de dificuldades, um importante momento de afirmação e visibilidade da FMJD e dos FMJE.

A JCP participou ainda noutros espaços multilaterais como os encontros de organizações de juventude comunistas europeias, brigadas de solidariedade para com a luta de outros povos, iniciativas de solidariedade, seminários, entre outros.

No que diz respeito a actividades da FMJD, desde o 11º Congresso, a JCP participou nas reuniões do Conselho Geral da FMJD em Katmandu, Nepal (2018); e em Caracas, Venezuela (2019); e na 20ª Assembleia da FMJD, realizada em Dezembro de 2019 em Nicósia, Chipre. A 20.ª Assembleia da FMJD, uma das mais participadas dos últimos anos, confirmou o carácter anti-imperialista e unitário da FMJD.

A JCP esteve directamente envolvida no processo preparatório e eleitoral da 20ª Assembleia Geral da FMJD, tendo realizado encontros bilaterais no nosso país e noutros, em particular na visita à sede da FMJD, em Budapeste, e encontros com a EDON, Chipre, organização que presidia a FMJD e a UJCE, Espanha, actual presidente.

A JCP esteve ainda presente nas duas edições do Acampamento de Jovens Anti-imperialistas da Europa e América do Norte (Áustria, 2018; Sérvia, 2019), nas Brigadas da FMJD de Solidariedade na Síria (2018), na Venezuela (2019), Sahara (2020) e em diversas outras iniciativas da Federação.

Participámos ainda na Reunião Consultiva Internacional, na 1.ª, 2.ª e 3ª Reuniões Preparatórias Internacionais (RPI) do 19.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, respectivamente na Rússia, na Venezuela, Namíbia e no Sri Lanka.

No plano bilateral, desde o último Congresso, a JCP participou no 6º Congresso da União da Juventude Comunista Leninista da Federação Russa (LKSM), no 23.º Congresso da Juventude Trabalhadora Socialista Alemã (SDAJ), no 14º Congresso da Federação da Juventude Comunista da Argentina - LA FEDE, no 4º Congresso da Liga da Juventude Comunista da Jugoslávia (SKOJ), da Sérvia, no 19º Congresso da União da Juventude Socialista (UJS) do Brasil, na 15ª Assembleia Nacional da organização Galiza Nova, no 19º Congresso da Organização da Juventude Democrática Unida (EDON) de Chipre, no 42º Congresso do Movimento de Jovens Comunistas de França (MJCF), no 12º Congresso da Juventude Comunista da Grécia (KNE), no 10º Congresso dos Colectivos de Jovens Comunistas (CJC) de Espanha, no 14.º Congresso da União das Juventudes



Comunistas de Espanha (UJCE), no 2º e 3º Congresso da Juventude Comunista da Catalunha.

Participámos em três edições (2017, 2018 e 2019) do Festival Pancipriota da Juventude, organizado pela EDON de Chipre, e em três edições (2017, 2018, 2019) do Festival Odigitis, organizado pela KNE da Grécia, e na Festa do Partido Comunista de Espanha, em 2019, a convite da UJCE, na Universidade de jovens marxistas da UJCE de Espanha, na comemoração dos 100 anos da Internacional da Juventude Comunista, na Rússia, a convite da LKSM, entre outras iniciativas, conferências e encontros.

Desde o 11.º Congresso a JCP esteve ainda presente em duas reuniões de organizações juvenis comunistas europeias, realizadas respectivamente na Grécia (2018) e na Áustria (2019).

No quadro da epidemia de Covid- 19, e dos grandes prejuízos que esta criou na actividade internacional presencial das várias organizações, a JCP participou em iniciativas de formato online no plano multilateral e em reuniões no plano bilateral.

4.4 Organizações autónomas e sectores

4.4.1 OE Secundário

A Organização do Ensino Secundário (OE Sec) é uma organização autónoma de âmbito nacional, com estrutura e direcção próprias. É constituída pelos militantes da JCP que frequentam o Ensino Básico e Secundário, que intervêm junto dos estudantes nas suas escolas. Os órgãos de direcção próprios da OES são a Coordenadora Nacional do Ensino Secundário (CNES) e o seu Secretariado (ou outros organismos que a CNES entenda necessário eger), que definem as linhas orientadoras em todos os aspectos da actividade e organização da JCP no Ensino Básico e Secundário.

O 14º Encontro Nacional do Ensino Secundário (ENES) realizou-se dia 11 de Novembro de 2017, onde foram discutidas as lutas travadas nas escolas pelos estudantes e, nelas, o papel dirigente da JCP. Destaca-se ainda o plenário nacional da Organização do Ensino Secundário realizado em Outubro de 2020. Nas jornadas nacionais de implantação da Festa do Avante!, tiveram lugar plenários da Organização do Ensino Secundário. Apelou-se a que todos os estudantes intensificassem os processos de luta pela escola a que têm direito: a Escola Pública, Gratuita, Democrática e de Qualidade.

A organização do Ensino Secundário é a organização prioritária da JCP e o seu reforço é essencial, criando condições para alargar o recrutamento de novos militantes e envolvendo os muitos jovens que dão o contacto à JCP. É essencial reforçar e reactivar os colectivos e proporcionar condições para que se criem novos. É de máxima importância manter os colectivos activos, desempenhando o seu papel determinante para o reforço da luta dos estudantes e ampliando a afirmação da JCP nas escolas.

Contudo, vários são os factores que limitam a disponibilidade dos militantes na actividade diária da JCP, desde a ofensiva ideológica, a par dos ataques aos direitos e liberdades democráticas, aliados à pouca disponibilidade dos estudantes para qualquer



outra actividade que não a escola, devido à sobrecarga horária, às dificuldades económicas e à falta de transportes. Cabe aos colectivos encontrarem formas criativas para que não se ponha em causa a sua intervenção na escola e o seu funcionamento no quadro da JCP, como reuniões nos intervalos à porta da escola ou conversas à hora de almoço. Muitas são as soluções que os jovens comunistas têm vindo a encontrar para que se reforce a organização, alargue e organize a luta, juntando mais jovens para aquela que é a luta consequente pela conquista dos seus direitos, a luta organizada dos estudantes.

4.4.2 OESuperior

A Organização do Ensino Superior (OESup) é uma organização autónoma de âmbito nacional, onde estão organizados os estudantes do Ensino Superior, que tem como estruturas de direcção a Direcção Central do Ensino Superior (DCES) e o seu Secretariado bem como outros organismos que a DCES entenda necessário eleger. A OESup tem organismos intermédios como a DOESL (Lisboa), a DOESP (Porto) e a DOESC (Coimbra) que coordenam a actividade da organização do Ensino Superior nas regiões em que se entenda que é necessário.

Desde o último Congresso realizou-se em Lisboa a 16.^a Conferência Nacional do Ensino Superior (CNES), que contou com a presença de camaradas e amigos de todo o País. Destaca-se ainda o plenário nacional da Organização do Ensino Superior realizado em Outubro de 2020. Nas jornadas nacionais de implantação da Festa do Avante!, tiveram lugar plenários da Organização. Uma expressiva participação que serviu como um enorme contributo para o fortalecimento da luta, discussão e análise feitas no e sobre o Ensino Superior, dando um grande avanço na luta e intervenção da JCP junto dos estudantes.

É com os militantes nas escolas, com os colectivos, com a vivência da realidade no dia-a-dia, com o encarar das dificuldades e problemas existentes no Ensino Superior que se aprofunda o conhecimento e se delinea a acção e luta organizada de forma a responder aos problemas sentidos pelos estudantes.

O movimento associativo estudantil é de grande importância na acção, ligação e conhecimento da realidade da comunidade estudantil. A participação dos estudantes comunistas tem um grande papel na definição de linhas de trabalho, na luta para a resolução de problemas e a sua concretização, bem como na representação democrática dos estudantes.

As distribuições da JCP nas faculdades asseguram a presença no dia-a-dia e as conversas com os colegas contribuem para levar cada vez mais estudantes a militarem na JCP e a lutar do nosso lado.

Desde o último congresso, demos passos importantes na intervenção, acção e conquistas no Ensino Superior, de que é exemplo a redução do valor das propinas. É, no entanto, necessário intensificar a luta e intervenção da JCP, com a presença em todas as escolas, mesmo naquela em que não há um militante comunista, no Ensino



Superior Público e Privado, no Ensino Superior Politécnico, sempre na defesa por um Ensino Superior Público, Gratuito e de Qualidade.

4.4.3 Intervenção junto dos estudantes do ensino profissional

Desde o último congresso foram dados passos na intervenção da JCP junto dos estudantes do Ensino Profissional, levando ao reforço da organização e ao aprofundamento do conhecimento da realidade em que estes jovens estudam e das dificuldades e problemas com que se confrontam nas escolas.

Apesar das muitas dificuldades e insuficiências, a JCP está hoje em melhores condições de intervir juntos dos jovens estudantes do ensino profissional. É necessário recrutar, organizar e criar colectivos de escola, reforçando o trabalho colectivo, levando mais longe a sua actividade própria e desenvolvendo criticamente as orientações gerais da JCP.

É necessário desenvolver formas criativas dos militantes e amigos participarem mais, contornando as dificuldades geradas pela carga horária excessiva, pela repressão sobre os estudantes no que diz respeito à democracia nas escolas profissionais. É de maior urgência esclarecer a importância da democracia nas escolas profissionais, unindo os estudantes na defesa dos seus direitos, realizando RGA/AGE e criando e consolidando as Associações de Estudantes das escolas.

É fundamental aprofundar a ligação ao Ensino Profissional: reforçar o contacto regular com estes militantes e amigos; definir prioridades e linhas de intervenção específicas; responsabilizar militantes, planificar trabalho e executar tarefas; procurar fazer crescer a unidade dos estudantes do ensino profissional com vista ao reforço da luta e ao recrutamento.

4.4.4 Intervenção junto dos jovens trabalhadores

A JCP tem como linha de trabalho a presença e intervenção juntos dos jovens trabalhadores nas empresas e locais de trabalho. Acção que garante a defesa dos direitos dos jovens trabalhadores, a sua consciencialização e a sua presença no movimento sindical de classe. Acção que deve ser reforçada e levada mais longe.

Todos estes factores de luta são importantes para a intervenção e organização do trabalho da JCP, é também fundamental apoiar e melhorar a intervenção junto dos jovens desempregados.

As realidades de cada empresa, cada local de trabalho, são cada vez mais diferentes, e por isso é cada vez mais importante que os militantes estejam organizados por empresa ou sector, que participem no seu colectivo, para que se possa reflectir cada uma dessas realidades e elaborar assim linhas de intervenção ligadas às mais variadas realidades. É ainda necessária uma profunda ligação ao Partido, particularmente onde o Partido tenha célula de empresa, que estejam sindicalizados nos sindicatos de classe da CGTP-IN e que intervenham na Interjovem.



Desde o 11º Congresso realizou-se em Janeiro de 2018 o Encontro Nacional dos Jovens Trabalhadores, com o lema “Pelo trabalho estável e com direitos: Mais organização, mais luta”, afirmando-se como um momento importante de partilha de experiências de luta e dificuldades a nível nacional. Destaca-se a Comissão Nacional para as Questões da Juventude Trabalhadora, que, ainda que reunindo de forma irregular, assume um papel importante na discussão, sendo necessário reforçar a regularidade das suas reuniões.

É urgente ir mais longe nesta frente de trabalho e na intervenção levando mais longe a intervenção junto dos jovens trabalhadores nas empresas e nos locais de trabalho.

4.4.5 Organizações Regionais

As Organizações Regionais da JCP têm como função essencial organizar os jovens comunistas para a intervenção, acção política e dinamização da luta nas respectivas regiões. O funcionamento das Organizações Regionais deve reflectir a diversidade de formas de organização dos colectivos de base e a realidade de cada região, valorizando as experiências e soluções encontradas para o enquadramento harmonioso e coordenado das várias frentes de intervenção, abrindo espaço para a discussão colectiva de todos os militantes da JCP.

Desde o 11º Congresso da JCP foram realizados vários encontros e plenários regionais nas organizações regionais. O seu contributo foi essencial para o reforço das organizações e o seu trabalho de articulação, sendo necessário continuar a reforçar a actividade e expressão da JCP em todas as organizações regionais e aprofundar o conhecimento sobre questões diversificadas ligadas à vida dos jovens nos diversos colectivos de base que integram as organizações dos Ensinos Secundário, Superior, Profissional e da Juventude Trabalhadora. A discussão permite apontar soluções, traçar linhas de trabalho que se adequem à realidade local dos jovens e da organização. Nos vários Encontros Regionais foram eleitas Comissões Regionais, algumas das quais decidiram eleger um organismo executivo, o respectivo Executivo Regional. Os organismos eleitos procuraram reflectir a realidade dos activistas das organizações e a ligação às mais variadas áreas de intervenção, organizações autónomas, concelhos e colectivos.

4.5 Linhas de orientação para o trabalho de direcção da JCP

A estrutura de direcção da JCP assenta nos princípios e formas democráticas do nosso funcionamento e, entre Congressos, cabe à Direcção Nacional (DN) e aos seus Organismos Executivos – Comissão Política e Secretariado da DN –, às Comissões Regionais e à Coordenadora Nacional do Secundário (CNES) e Direcção Central do Ensino Superior (DCES), assegurar a cada momento e em cada uma das organizações e sectores a direcção e as formas de concretização da orientação geral da JCP.



4.5.1 O Congresso

O Congresso é o órgão máximo da JCP. O Congresso é realizado de 3 em 3 anos, salvo situações excepcionais. Ao Congresso compete definir a todos os níveis a orientação da JCP, alterar e aprovar Princípios Orgânicos e eleger a DN da JCP. A preparação do Congresso da JCP é um momento fundamental na aplicação do centralismo democrático, permitindo a todos os militantes a discussão das linhas orientadoras da JCP e da Resolução Política, a discussão dos quadros a integrar a proposta de Direcção Nacional e a sua eleição.

A sua preparação é muito importante para a organização, sendo promovidos momentos de discussão do Congresso para fazer chegar o Congresso da JCP à juventude portuguesa e recolhidos contributos dos militantes e de muitos amigos. Na sua preparação, a criatividade das organizações é essencial na procura do reforço orgânico e da intervenção e tem-se mostrado fundamental para a realização de um Congresso ligado à vida e que saliente as verdadeiras aspirações e direitos da juventude. É também um momento de formação ideológica de cada militante da JCP.

4.5.2 A Direcção Nacional

A DN é o órgão máximo de direcção da JCP entre Congressos. A DN tem cumprido o seu papel fundamental de direcção do trabalho, definindo as orientações para a acção e intervenção da JCP. A DN teve um papel decisivo na análise da situação política da juventude, assim como a definição de orientações para cada momento da vida nacional por forma a alargar a influência da JCP, e garantir a resposta às questões mais prementes da juventude, e a todas as tarefas da organização. A DN deu resposta à direcção do trabalho, através de recomposição e cooptações de novos camaradas perante situações em que se verificou necessário. Sempre que se verificou adequado à direcção do trabalho, a DN elegeu camaradas para os seus organismos executivos.

É importante criar condições para uma maior participação dos camaradas nas reuniões da DN, para que estes possam intervir e dar o seu contributo na definição das linhas de orientação para a intervenção da JCP. O trabalho de direcção na JCP é fundamental e por isso deve manter-se a regularidade das reuniões da DN por forma a manter a capacidade de análise e de definição de orientações mais adequadas a cada momento.

Compete à DN:

- Dirigir a JCP de acordo com a orientação geral definida no Congresso;
- Definir as linhas de orientação para o trabalho político, ideológico e orgânico da JCP de acordo com as linhas gerais definidas em Congresso;
- Definir as linhas de intervenção política da JCP no sentido de aprofundar a ligação à realidade juvenil;
- Definir o plano anual de actividades da JCP;



- Conhecer e aprofundar o conhecimento da realidade política, social, económica e cultural da juventude, tanto no plano nacional como internacional;
- Convocar os Encontros Nacionais da JCP e traçar os seus objectivos;
- Convocar o Congresso da JCP, definir as suas normas de funcionamento, representação e assumir a sua preparação;
- Prestar contas ao Congresso da actividade da JCP, da análise da política juvenil, da situação da juventude e das linhas de orientação sobre a intervenção, organização e direcção, devidamente documentada e fundamentada;
- Eleger, de entre os seus membros, a Comissão Política e o Secretariado, considerando no desenvolvimento da sua actividade a necessidade de renovação destes organismos;
- Ter capacidade de se renovar através do processo de cooptação de novos membros que incluirá, obrigatoriamente, o processo de auscultação previsto para a eleição em Congresso, ouvindo os organismos aos quais os membros propostos pertencem;
- Retirar a qualidade de membros da DN a todos aqueles que não participem injustificadamente em 4 reuniões consecutivas;
- Cumprir e fazer cumprir os Princípios Orgânicos da JCP;
- Reunir de forma operacional garantindo a todos os seus membros espaço de intervenção.

A nova DN a ser eleita pelo Congresso, sob proposta da DN cessante, deverá ter por base os seguintes critérios:

- Ter uma composição etária, social e de rapazes e raparigas, que reflecta a realidade da organização e os objectivos de trabalho;
- Ser constituída a partir do núcleo fundamental dos quadros activistas da JCP;
- Assegurar uma ligação ao fundamental das organizações regionais, sectores e áreas de intervenção;
- Ter uma composição de quadros profundamente ligados às várias áreas e realidades do movimento juvenil;
- Ter em conta, no número de elementos a eleger, as questões de funcionalidade.

4.5.3 A Comissão Política

Desde o último Congresso, a Comissão Política manteve o seu regular funcionamento ao nível da direcção política, conhecimento e análise da realidade juvenil. A Comissão Política procurou assegurar uma distribuição equilibrada das tarefas entre os seus membros e cumpriu as competências que lhe foram atribuídas: articulou o trabalho e traçou orientações gerais entre as reuniões da DN de forma a dar resposta às



necessidades de reforço da Organização, do avanço da situação da juventude e da sua luta; procurou ter discussões temáticas de forma a aprofundar a reflexão da Organização sobre variadas áreas.

As Competências da Comissão Política da DN são:

- Assumir a direcção política da JCP entre reuniões da DN;
- Acompanhar o desenvolvimento e traçar orientações para a actividade da JCP de acordo com a orientação da DN;
- Acompanhar o desenvolvimento e tomar posição sobre a situação juvenil e outros aspectos de especial relevância no plano nacional.

4.5.4 O Secretariado

Desde o 11.º Congresso, o Secretariado da DN garantiu o seu regular funcionamento, cumprindo nos diferentes momentos o fundamental das competências que lhe foram atribuídas, conseguindo uma distribuição equilibrada das diversas tarefas entre os seus membros. O papel do Secretariado revelou-se fundamental na actividade da JCP, no acompanhamento, formação e promoção de quadros da JCP, para o seu desenvolvimento orgânico. Desde o último Congresso não se conseguiu alcançar o objectivo que os membros do Secretariado da DN não acompanhassem directamente Organizações Regionais ou Organizações Autónomas na Comissão Política. Apesar do trabalho do organismo se ter desenvolvido positivamente deve-se procurar que esta situação tenha o menor peso possível no quadro das tarefas dos seus membros para que não ponha em causa o cumprimento das competências do organismo. O Secretariado assegurou, no desenvolvimento do trabalho, uma profunda articulação com a Comissão Política, as Comissões Regionais, e as direcções centrais da OESec e da OESup.

São competências do Secretariado da DN:

- Assumir a responsabilidade do tratamento das questões de organização e de acompanhamento aos quadros da JCP, através do acompanhamento à actividade da JCP nas diferentes Organizações Regionais, sectores e áreas de intervenção;
- Assumir o relacionamento internacional da JCP;
- Assumir o relacionamento institucional da JCP;
- Acompanhar o trabalho de informação e propaganda da JCP;
- Gerir e dinamizar a actividade financeira da JCP;
- Gerir o património da JCP.



4.5.5 A Coordenadora Nacional do Ensino Secundário (CNES)

O ENES define as linhas de orientação e de trabalho e elege a CNES que dirige a OESEc entre ENES. A CNES pode eleger quaisquer organismos que considerar necessários.

Deve-se envolver camaradas de todas as regiões na CNES, alargando assim a percepção da realidade de cada sítio, para a organização poder ter uma maior capacidade de análise e direcção.

Desde o último Congresso, a CNES reuniu com regularidade, apesar de se terem verificado algumas dificuldades em reunir com a presença de todos os camaradas membros, fruto da instabilidade na vida dos quadros e da organização. Apesar disso, a CNES cumpriu o seu papel e traçou medidas para o desenvolvimento da luta e da organização, no quadro da orientação geral da JCP, que se comprovaram acertadas.

Por necessidade de trabalho e pela instabilidade na vida dos quadros, procedeu-se à recomposição do organismo para que fosse o reflexo do quadro de activistas da organização e da sua realidade e, pontualmente, decidiu-se alargar a participação a alguns camaradas não eleitos na CNES, o que se verificou útil ao desenvolvimento do trabalho. A CNES e o seu Secretariado foram fundamentais na análise da situação dos estudantes do Ensino Secundário, bem como na dinamização da luta destes estudantes por questões concretas e pela defesa da Escola Pública. A CNES assegura a direcção do trabalho junto destes estudantes de modo a contribuir para o alargamento da influência da JCP e para o reforço orgânico, tendo em conta características e questões específicas.

4.5.6 A Direcção Central do Ensino Superior (DCES)

O órgão máximo de direcção da Organização do Ensino Superior é a Conferência Nacional do Ensino Superior (CNES), na qual são definidas as linhas orientadoras para a actividade da JCP ao nível do Ensino Superior nos anos seguintes e é eleita a Direcção Nacional do Ensino Superior (DCES). A DCES, o seu Secretariado e outros organismos que a DCES entenda como necessário eleger para melhor responder a cada realidade, analisam, discutem e definem as linhas de trabalho da JCP face à realidade do Ensino Superior e seus estudantes. Os organismos de direcção intermédios referidos seguem as orientações centrais e dão um importante contributo à articulação e adaptação das linhas de trabalho definidas para melhor responder à realidade do local a que dizem respeito.

Desde o último Congresso a DCES reuniu com regularidade, verificando-se dificuldades em reunir com todos os seus membros, fruto da instabilidade na vida dos quadros e da organização. Teve sempre um Secretariado eleito, que reuniu regularmente, dando, no essencial, resposta à direcção do trabalho. O organismo foi objecto de recomposições para que fosse o reflexo do quadro de activistas da organização e da sua realidade e, pontualmente, decidiu-se alargar a participação a alguns camaradas não eleitos na DCES, o que se verificou útil ao desenvolvimento do trabalho.



Cabe à DCES assegurar a ligação ao movimento estudantil e aos vários colectivos do Ensino Superior, assim como definir as linhas de trabalho para a intervenção. Deram-se passos no aprofundamento da análise da realidade, em particular do Ensino Superior Politécnico, sendo possível e necessário ir mais longe por forma a potenciar um melhor conhecimento da mesma. Foram tomadas pela DCES diversas posições para responder politicamente a questões com as quais os estudantes se confrontaram nos últimos 4 anos. Deve-se ainda trabalhar para envolver camaradas que possam estabelecer ligação a mais instituições e regiões, com grande relevo para o Ensino Superior Politécnico.

4.5.7 As Comissões Regionais

As Comissões Regionais são a direcção regional da JCP em cada organização. As Comissões Regionais da JCP são eleitas nos Encontros Regionais, os quais têm uma grande importância na definição de orientações para o trabalho da JCP nas regiões no quadro da orientação geral da JCP, na afirmação e influência da JCP junto da juventude e na promoção de momentos de convívio entre os camaradas.

A orientação de organizar até este Congresso Encontros e Plenários Regionais, permite-nos ter hoje uma organização mais estruturada e um maior número de Comissões Regionais eleitas e mais ligadas à realidade concreta de cada região. Ainda que nem todas as organizações regionais tenham hoje Comissões Regionais eleitas, têm-se dado passos no reforço do trabalho colectivo, por via de plenários regionais quando se considere ser necessário.

São orientações para o trabalho das Comissões Regionais da JCP:

- Terem capacidade de direcção e acção política nas regiões, designadamente no plano local;
- Fazerem corresponder a sua composição à realidade da organização e manter um funcionamento estável;
- Serem eleitas em Encontros Regionais, podendo proceder à cooptação de novos camaradas, sempre que se achar necessário;
- Poderem eleger um organismo executivo se entenderem necessário para o desenvolvimento do trabalho;
- Analisar regularmente a situação regional e nacional e tomar posição sobre elas, assumindo maior protagonismo e responsabilidade, reforçando e prestigiando a JCP na região.

Desde o 11º Congresso registaram-se dificuldades em manter um trabalho regular das várias Comissões Regionais eleitas. A irregularidade do trabalho destes organismos prendeu-se com a instabilidade da vida dos quadros da JCP e dificuldades em responsabilizar outros pelas várias tarefas. Várias comissões regionais foram recompostas e, sempre que necessário, alargou-se a participação a camaradas que ajudam no trabalho diário das organizações regionais.



4.5.8 Colectivos de apoio e grupos de trabalho centrais

A acção dos colectivos de apoio à Direcção Nacional da JCP e os grupos de trabalho centrais dão um importante contributo no apoio ao conhecimento e desenvolvimento da intervenção da JCP em diversas áreas. Constituem, muitas vezes, a solução mais adequada para o apoio do trabalho da Direcção Nacional da JCP. Assim, a dinamização e criação de colectivos e grupos de trabalho centrais deve ser equacionada como forma de responder a necessidades da JCP no plano central e da intervenção nas áreas de trabalho que sejam transversais à Organização e, como tal, as organizações regionais e sectoriais devem ter em conta a necessidade e reconhecer a importância de disponibilizar quadros para o trabalho nestes colectivos. Uma vez em funcionamento, a sua discussão e actividade deve ser acompanhada e merecer particular atenção por parte da Direcção da JCP.

Desde o 11º Congresso da JCP registou-se um funcionamento regular do colectivo do AGIT, da Secção Internacional e do Grupo de Trabalho para a Propaganda e Comunicação e do Grupo de Trabalho Institucional. O Grupo de Trabalho das Liberdades e Direitos Democráticos, o Grupo de Trabalho para o Associativismo, o Grupo de Trabalho da FA! e o Grupo de Trabalho do PNV funcionaram de forma irregular, mas os seus membros foram contribuindo para responder às tarefas colocadas. Constituiu-se o Grupo de Trabalho para a Igualdade.

